

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS III
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM EDUCAÇÃO,
CULTURA E TERRITÓRIOS SEMIÁRIDOS**

INGRYD HAYARA DOS SANTOS

**AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA EDUCAÇÃO NAS PÁGINAS DO
CORREIO DO S. FRANCISCO (1903-1904)**

**JUAZEIRO-BA
2022**



INGRYD HAYARA DOS SANTOS

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA EDUCAÇÃO NAS PÁGINAS DO *CORREIO DO S. FRANCISCO* (1903-1904)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Stricto Sensu – Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos (PPGESA) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos.

Linha de Pesquisa: Educação, Comunicação e Interculturalidade

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª Carla Conceição da Silva Paiva

JUAZEIRO – BA
2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
por Regivaldo José da Silva/CRB-5-1169

S237r Santos, Ingrid Hayara dos

As representações sociais da educação nas páginas do Correio do São Francisco /
Ingrid Hayara dos Santos. Juazeiro-BA, 2022.
138 fls.: il.

Orientador (a): Prof^a. Dr^a. Carla Conceição da Silva Paiva.
Inclui Referências.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) – Universidade do Estado da Bahia.
Departamento de Ciências Humanas DCH-III. Programa de Pós-Graduação em
Educação, Cultura e Territórios Semiáridos – PPGESA, Campus III. 2022.

1. Comunicação na educação. 2. Representações sociais – Educação. 3. História da
imprensa. 4. Correio do São Francisco. 5. Pesquisa Documental. I. Paiva, Carla
Conceição da Silva. II. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências
Humanas DCH-III. III. Título.

CDD: 370.192

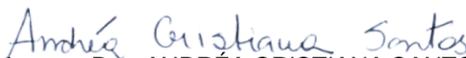
FOLHA DE APROVAÇÃO
"AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA EDUCAÇÃO NAS PÁGINAS DO CORREIO DO S.
FRANCISCO (1903-1904)"

INGRYD HAYARA DOS SANTOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos – PPGESA, em 12 de julho de 2022, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos pela Universidade do Estado da Bahia, conforme avaliação da Banca Examinadora:



Professora Dra. CARLA CONCEIÇÃO DA SILVA PAIVA (Orientadora)
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Doutorado em Multimeios
Universidade Estadual de Campinas – Unicamp



Professora Dra. ANDRÉA CRISTIANA SANTOS (Examinadora Interna)
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Doutorado em COMUNICAÇÃO E CULTURA
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ



Professora Dra. ADRIANA APARECIDA PINTO (Examinadora Externa)
Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD
Doutorado em Educação Escolar
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação foi escrita por mim, mas carrega muito de muita gente. Como diria Sued Nunes, “nessa terra, nesse chão de meu Deus, sou uma, mas não sou só”.

Primeiro, gostaria de agradecer àqueles que vieram antes de mim e que não se encontram mais neste plano: meus avós, José Luís dos Santos, Noir Bernadete e Maria Diamantina, com quem aprendi muito nesses meus poucos anos de vida.

Aos meus pais, Cleidemar e Barboza, que dedicaram muitos anos de suas vidas para garantir que meus sonhos fossem realizados. Obrigada por estarem do meu lado e me apoiarem em todas as decisões que tomei na vida. Essa é uma conquista que só foi possível por causa de vocês.

À minha irmã Hyalyne, com quem compartilhei inúmeros momentos nesses últimos anos. Obrigada por dividir comigo a vida e um apartamento no coração do Recife. E, quando não foi mais possível a vivência diária, se fazer presente por meio de ligações.

Aos meus tios, Cleonice, Cleudenir (Pequena), Maria Bernadete (Novinha), Clenilda, Cleidenete, Claudete, José Luiz e Reginaldo, por comemorarem as minhas conquistas como se fossem dos seus próprios filhos.

Aos meus amigos Luana, Júlia e João Victor (Binga) por, diariamente, dividirem a vida comigo e por estarem presentes nos melhores e piores dias. Eu tenho muita sorte por ter vocês!

À minha orientadora, Carla Paiva, com quem tive a oportunidade de partilhar estes últimos anos acadêmicos. Obrigada pelas conversas, partilhas e por sempre apoiar meus projetos. Diariamente, eu vejo em mim reflexos dos teus ensinamentos e acho isso fantástico!

À Andrea Santos, quem me apresentou o Correio do S. Francisco e compartilhou comigo seu amor pela história da imprensa de tal forma que eu também me apaixonei.

Também existe uma parcela de pessoas que me acolheram, em diferentes momentos, ao longo dos anos do mestrado. Nathalya, Luma, Rodrigo, Matheus, Artur, Juliana, Victória, Milena, Mirella, Bruna, Adriana, Emerson, Dida Maria, Luís Osete, Joaquim, Augusto. Eu vou sempre (re)lembrar com carinho de como as nossas conversas me fizeram olhar o mundo com mais atenção.

Por fim, gostaria de agradecer a Universidade do Estado da Bahia que, desde 2014, me acolheu neste importante momento da minha vida, que foi a vivência na universidade. Foram nesses corredores – e além deles – que me formei não apenas como jornalista, mas como pesquisadora e cidadã. Grata também ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos por ter possibilitado a imersão no universo da pesquisa. Aos

meus professores, colegas e o corpo técnico da secretaria. Esse mestrado também só foi possível pela nossa união.

As potencialidades do homem só
fluem sobre a realidade através das
fissuras abertas pelas palavras.

(SEVCENKO, 1999)

RESUMO

Esta pesquisa se dedica a analisar as principais representações sociais de educação presentes na produção jornalística do *Correio do S. Francisco* (1903-1904), que circulou em Juazeiro, no início do século XX, período concomitante ao processo de modernização da sociedade brasileira, no qual os jornais desenvolveram um papel essencial na divulgação de estratégias educativas, fomentando diversos valores e código morais. Nesse sentido, esta investigação adotou a natureza quanti-qualitativa, partindo da pesquisa documental das edições desse periódico. A coleta e a apreciação de dados foram baseadas na análise de conteúdo dos textos jornalísticos presentes no jornal. Os resultados apontam que o *Correio do S. Francisco* trazia representações da Educação que estavam alinhadas diretamente aos valores que ganharam ascensão e visibilidade no Regime Republicano por meio da divulgação de posturas e medidas que deveriam ser adotadas como condutas desejáveis para serem seguidos no coletivo, discussões sobre o modo de viver e exercer a cidadania, medicalização preventiva do espaço público e a organização do espaço citadino e rural, reforçando o papel da imprensa em contribuir para a divulgação de ideias que, muitas vezes, não tinham a devida propagação, assim como o seu papel em esclarecer e instruir as camadas da sociedade por meio da difusão de conhecimentos “úteis e necessários” aos homens.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; História da Imprensa; Modernidade; *Correio do S. Francisco*; Pesquisa Documental.

RESUMEN

Esta investigación está dedicada a analizar las principales representaciones sociales de la educación presentes en la producción periodística del *Correio do S. Francisco* (1903-1904), que circuló en Juazeiro, a principios del siglo XX, período concomitante con el proceso de modernización de la sociedad brasileña, en la que los periódicos jugaron un papel esencial en la difusión de estrategias educativas, fomentando diferentes valores y códigos morales. En ese sentido, esta investigación adoptó un carácter cuantitativo-cualitativo, a partir de la investigación documental de las ediciones de este periódico. La recolección y apreciación de datos se basó en el análisis de contenido de textos periodísticos presentes en el periódico. Los resultados indican que el *Correio do S. Francisco* trajo representaciones de la educación directamente alineadas a los valores que ganaron auge y visibilidad en el Régimen Republicano a través de la difusión de posturas y medidas que deberían ser adoptadas como comportamientos deseables a seguir en el colectivo, discusiones sobre la forma de vivir y ejercer la ciudadanía, la medicalización preventiva de lo espacio público y la organización del espacio urbano y rural, reforzando el papel de la prensa en contribuir con la difusión de ideas que, muchas veces, no tuvieron la debida difusión, así como su papel en el esclarecimiento e instrucción de las capas de la sociedad a través de la difusión de conocimientos "útiles y necesarios" a los hombres.

PALAVRAS-CLAVE: Educación; História de la Prensa; Modernidad; *Correio do S. Francisco*; Investigación Documental.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Planilha de Análise das Matérias do Correio do S. Francisco.....	36
Figura 2 - Estação de Juazeiro.....	60
Figura 3 - Vista ampla da Estação de Juazeiro	60
Figura 4 - <i>O Pharol</i> , 30 de novembro de 1916	70
Figura 5 - Anúncio da Tipografia do <i>Correio do S. Francisco</i>	71
Figura 6 - <i>Correio do S. Francisco</i> , 27 de dezembro de 1903.....	74
Figura 7 – Anúncios do <i>Correio do S. Francisco</i> , 19 de setembro de 1904.....	81

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
1.1 SOBRE HISTÓRIA, IMPRENSA E REPRESENTAÇÕES: TESSITURAS TEÓRICAS.....	17
1.2 TESSITURAS METODOLÓGICAS.....	26
2. MODERNIDADE, EDUCAÇÃO E IMPRENSA: ELUCIDAÇÕES SOBRE A SOCIEDADE BRASILEIRA DO INÍCIO DO SÉCULO XX.....	39
2.1. A CIDADE NO CENTRO DAS TRANSFORMAÇÕES MODERNAS.....	42
2.2. A EDUCAÇÃO COMO FORÇA MOTRIZ DO PROGRESSO.....	48
2.3. A IMPRENSA PERIÓDICA NA MEDIAÇÃO DAS IDEIAS MODERNAS	52
3. O EMPÓRIO DO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO: REFLEXOS DA MODERNIDADE NA SOCIEDADE JUAZEIRENSE.....	58
3.1. “A VIDA BREVE DAS ROSAS DE MALHERBE”: AS PRIMEIRAS TENTATIVAS DE SE FAZER JORNALISMO EM JUAZEIRO.....	64
3.2. “A EXISTÊNCIA DE UM JORNAL QUE POSSIBILITASSE A TODOS O CONHECIMENTO DE SUAS NECESSIDADES”: O ADVENTO DO <i>CORREIO DO S. FRANCISCO</i> EM JUAZEIRO.....	69
3.2.1. Das ruas aos prelos: a produção jornalística do Correio do S. Francisco.	72
4. REPRESENTAÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO NAS PÁGINAS DO <i>CORREIO DO S. FRANCISCO</i>.....	83
4.1. AS INSITITUIÇÕES ESCOLARES NO CENTRO DA MODERNIZAÇÃO..	83
4.1.1. “No desempenho da ingente e benemérita nissão de educar a mocidade”: O Gremio Polymathico Manoel Xavier	88
4.1.2. Arraial de Santa Rita do Rio Preto e as escolas distantes do projeto modernizador.....	97
4.2. A FORMAÇÃO DO HOMEM REPUBLICANO.....	98
4.2.1. As posturas do cidadão republicano frente a cidade moderna.....	99
4.2.2. “Evitar é sempre mais fácil, mais eficaz e seguro do que curar”: as relações entre o discurso higienista com a instrução e virtude da sociedade juazeirense.....	106
4.2.3. Os desafios do desenvolvimento através da natureza: relatos sobre os territórios rurais.....	114

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	124
6. REFERÊNCIAS	130
ARQUIVOS E FONTES	138

1. INTRODUÇÃO

Antes mesmo de começar a tecer as primeiras tramas desta pesquisa, caberia explicar o curso do caminho que as águas percorreram até desaguar nesta dissertação. Certamente, o início da trajetória começa ainda na infância, quando já somos envoltos de questionamentos sobre o que faremos no futuro. Recordo-me que apontava tantas profissões que, dificilmente, eu conseguiria atuar em todas em apenas uma vida. Essa fase se encerrou em uma noite muito específica, na qual parada diante da televisão da sala de casa, vi uma repórter correspondente transmitindo notícias de algum país. Naquela noite, me lembro de achar muito nobre o fato de levar informações às pessoas que não tinham acesso diretamente a ela.

Esse pensamento me seguiu até finalmente ter condições de escolher uma graduação para cursar. Em 2014, entrei no curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo em Múltiplos Meios, na Universidade do Estado da Bahia, Campus III, Juazeiro-BA. Nesse lugar, vivenciei diversas experiências que me aproximaram do fazer jornalístico e fizeram perceber que conhecer e contar histórias foram as coisas mais bonitas que o jornalismo poderia me proporcionar. É claro que essa afirmação abre variadas interpretações, inclusive, a do estereótipo jornalista segurando um gravador em uma mão e, na outra, equilibrando um bloco de notas com uma caneta. Sem necessariamente desconsiderar a experiência de estar olho a olho com a fonte da matéria, também seria na UNEB que eu teria a vivência de tentar contar a história - dessa vez, com uma visão analítica - de jornais que tinham circulado há décadas, em uma Juazeiro muito diferente da atual.

Assim, em 2017, participei como bolsista de Iniciação Científica da Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia, por meio do Projeto “Tempo & História da Imprensa no polo Juazeiro-BA e Petrolina-PE”, coordenado pela Prof^a. Dr^a Andrea Santos. De forma geral, a proposta era sistematizar o conhecimento acerca da história da imprensa, com foco especial nos processos que permitiram a consolidação dessa instituição nas duas cidades, a partir da análise de jornais que circularam na região durante a primeira metade do século XX. Essa iniciativa foi importante, uma vez que os periódicos analisados apresentavam um grande potencial para a compreensão da dinâmica social atrelada aos processos de modernização, característicos desse período.

Neste processo, conheci o *Correio do S. Francisco* que, na época, tornou-se meu objeto de estudo. Inaugurado no dia em que se celebrava o aniversário da República, por Jesuíno Ignácio da Silva, o periódico tinha circulação semanal, geralmente aos domingos. Em suas quatro folhas, trazia pautas que relatavam os acontecimentos pertinentes à sociedade

juazeirense, trazendo aspectos voltados para a política, economia, educação, cultura etc. Desenvolvi, naquele momento, junto com a referida professora, o subprojeto “O *Correio do S. Francisco* e os processos de modernização na cidade de Juazeiro-Bahia (1903-1908)”, objetivando analisar a produção jornalística do periódico, a partir dos processos micro e macrossociais nos quais se evidenciam aspectos da modernização da sociedade juazeirense e da imprensa que se constituía como instituição no início do século XX.

É importante ressaltar que, até então, esse material era uma fonte de pesquisa inédita para os estudos do campo da Comunicação, História e Educação, uma vez que as edições do periódico, que eram encontradas, sempre se apresentavam de forma bastante fragmentada, com marcas de deterioração e em números insuficientes para uma análise mais aprofundada. Esse fato mudou em 2012, quando o Museu Regional do São Francisco, localizado em Juazeiro-BA, recebeu a doação de dezenas de edições do jornal que se apresentavam em um bom estado de conservação, correspondendo aos anos de 1903, 1904 e 1908. Devido ao seu projeto anterior, um mapeamento dos profissionais que atuaram na imprensa nas cidades de Petrolina e Juazeiro, ao longo do século XX, a professora Andrea Santos foi noticiada pelo Museu acerca do acervo que tinha sido doado.

Assim, deu-se início ao processo de foto digitalização das edições doadas ao Museu, visando a possibilidade da consulta do material a qualquer momento, sem o desgaste físico dos documentos. No total, 76 números foram convertidos para o formato digital, mais alguns fragmentos soltos que não tinham identificação. A partir disso, ao iniciar o período da pesquisa da iniciação científica, a referida professora compartilhou comigo o acervo digital que já se encontrava organizado e pronto para ser analisado cientificamente.

Essa experiência de me debruçar diante das edições do *Correio do S. Francisco* me faz recordar da comparação irreverente que Bacellar (2020) realiza ao descrever o encantamento dos jovens cientistas que, ao se depararem pela primeira vez com os papéis antigos, sentem emergir uma energia a *la* “Indiana Jones” que os motivam a ir em busca das novidades escondidas em meio ao arquivo. De certa forma, esse autor descreve bem o sentimento de encontrar os documentos que há muito tempo foram guardados. Há, de fato, um certo tipo de encantamento do pesquisador em relação a sua fonte de pesquisa, não do tipo que o distrai do olhar crítico em relação ao documento, mas direcionado ao fato de, por alguns minutos, ser possível se sentir imerso, em um outro tempo, à medida em que a leitura dos testemunhos do passado avança. Com o tempo, acaba ganhando-se uma certa familiaridade com esses personagens que, por diversos motivos, voltam a aparecer nos escritos.

Tal como a descrição acima, as leituras do *Correio do S. Francisco* me permitiram - e ainda permitem - observar os fragmentos de um período de grande relevância na formação da esfera pública juazeirense. A transição entre os séculos XIX e XX foi marcada por uma profunda mudança nas configurações da sociedade, em especial, devido aos fatores econômicos e sociais que deram destaque a cidade, situada a 550 km de Salvador-BA. Por se estabelecer em um local geograficamente privilegiado, em especial, para o comércio, não demorou muito para que a Província da Bahia desenvolvesse uma rede de transportes levando em conta as possibilidades terrestres e hidrográficas (CUNHA, 1978). Devido a esse grande fluxo de pessoas de lugares distintos, não seria impossível imaginar as possíveis influências que a cidade recebia de outras localidades, incluindo o centro administrativo e político do país.

Esse último aspecto é importante para esta pesquisa, uma vez que as últimas décadas do século XIX, marcaram um amplo processo de transformação na esfera pública e privada no Brasil (NEVES, 2003). Cidades como Rio de Janeiro e São Paulo se inspiravam nas capitais europeias para fomentar mudanças na urbe, calcadas nesse ideal modernizador. Apesar de não se encontrar próximo a esse polo, é possível notar reflexos nesses pensamentos na cidade de Juazeiro, através do *Correio do S. Francisco*. De acordo com Santos e Santos (2018), o periódico trazia pautas que relatavam os acontecimentos pertinentes à sociedade juazeirense do início do século XX, trazendo aspectos da educação, evidenciando os processos de modernização da cidade e do norte baiano.

Seguindo essa linha de raciocínio, ao longo de um ano de pesquisa, consegui sistematizar alguns conhecimentos e características do *Correio do S. Francisco*. Como naquela época, o jornal nunca tinha passado por um processo de análise científica, todas as informações levantadas representavam uma novidade sobre o periódico. Assim, pude observar com maior riqueza de detalhes aspectos que só tinham sido mencionados em documentos publicados posteriormente, como a atuação dos homens de imprensa, a consolidação de algumas instituições socioculturais, o panorama político, o balanço comercial da cidade etc.

Em meio a isso, um aspecto que despertou minha atenção era a recorrência de textos jornalísticos que traziam, de certa forma, um caráter educativo. Eram comuns artigos que discutiam sobre as condutas que deveriam ser adotadas pelos moradores e moradoras para viver em sociedade, a divulgação científica, especialmente no que diz respeito a saúde pública, assim como as atividades de instituições escolares. Inclusive, frequentemente essas notícias eram acompanhadas do passo-a-passo dessas técnicas, de forma que poderiam ser aplicadas pelas pessoas que estariam lendo.

Martins (2006) afirma que mesmo os periódicos que não tinham o intuito pedagógico, ou seja, não tinham como finalidade principal educar ou formar pessoas, tinham um caráter intrinsecamente educativo, uma vez que divulgavam e discutiam os novos ideais de “civilização” e “progresso”, trazidos pelas propostas republicanas. Assim, a imprensa se consolidara como um meio de educação não-formal, ao trazer discussões voltadas para a formação da sociedade e do indivíduo, a divulgação de conhecimentos e pesquisas científicas, além da disseminação de condutas morais tidas como desejáveis naquele momento.

Para compreender melhor como os processos educativos não formais estão inerentes a comunicação, neste caso, protagonizada pelo fazer jornalístico do *Correio do S. Francisco*, irei me basear na concepção de Educação defendida por Manacorda (1992, p. 6) que compreende que existe um processo educativo no qual “a humanidade elabora a si mesma, em todos os seus vários aspectos”. Nesse panorama, os “aspectos” condizem a temas diversos da história da humanidade, a exemplo da própria socialização e relações sociais que os indivíduos protagonizam, assim como os aspectos cotidianos, técnicos e materiais inerentes a instrução do atores e atrizes, que vão desde a perspectiva forma-instrumental – leitura, escrita e contagem - como o conteúdo do conhecimento, ligado ao desenvolvimento social e político.

Maria Gohn (2006) também trabalha, de certa forma, com uma perspectiva semelhante, ao observar que existem campos dentro da Educação que tem objetivos, atributos e finalidades diversas, mas que, ainda assim, se configuram dentro do processo educativo. A Educação Não-Formal (ENF), por exemplo, corresponde a um projeto com variadas dimensões, na qual se aprende através dos processos de compartilhamento das experiências do “outro” com quem se interage ou integra. A ENF irá ocorrer em ambientes que vão além do espaço escolar, em locais que estejam atrelados às trajetórias dos grupos, onde há situações construídas coletivamente, através da interação intencional de indivíduos.

Sua finalidade é abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos e suas relações sociais. Seus objetivos não são dados a priori, eles se constroem no processo interativo, gerando um processo educativo. Um modo de educar surge como resultado do processo voltados para os interesses e as necessidades que dele participa. A construção de relações sociais baseadas em princípios de igualdade e justiça social, quando presentes num dado grupo social, fortalece o exercício da cidadania. A transmissão de informação e formação política e sociocultural é uma meta na educação não formal. Ela prepara os cidadãos, educa o ser humano para a civilidade, em oposição à barbárie, ao egoísmo, individualismo etc (GOHN, 2006, p. 29-30).

Ainda segundo essa autora, por meio desse processo, será possível ampliar uma série de aspectos que irão preparar os indivíduos para a vida, tais como: construção de concepções

acerca do mundo; consciência de como agir coletivamente, através do desenvolvimento de noções de pertencimento em relação a alguma comunidade; organização do sentimento de empoderamento de si, etc. Esses aspectos melhoram também a compreensão de suas próprias práticas e interação com o coletivo, corroborando para que esses indivíduos aprendam a “ler e interpretar o mundo”.

Partindo dessa compreensão, que a Educação Não-Formal oferece sobre os processos educativos - especialmente da construção e formação dos indivíduos, dos seus interesses e necessidades, em territórios e situações que dialogam com suas trajetórias - avaliei ser necessário investigar outras possibilidades de desenvolvimento da ENF, que não pautadas unicamente pela interação em espaços físicos, como a casa, a praça, a igreja. Conseqüentemente, nesta pesquisa, levo em consideração a construção dos processos educativos através da influência e circulação de jornais, que se configuram como artefatos materiais capazes de mediar e disseminar discussões que contribuem para a formação do indivíduo e suas relações com a esfera pública.

Atribuir aos jornais o papel de mediador no processo educativo, me permite observar outras possibilidades de integração entre a Comunicação e a Educação, que não aquelas mediadas por novas tecnologias ou unicamente limitada a influência de espaços formais, como a instituição escolar. Esse entendimento foi essencial para instigar o desejo em seguir uma investigação que permitisse aprofundar tais aspectos, por isso o interesse em formular um projeto de pesquisa para o Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos – PPGESA, na UNEB, em Juazeiro. Nesse Programa, vi a oportunidade de fomentar novas possibilidades de conhecimento sobre o município de Juazeiro, tanto no passado como no presente, viabilizando outras perspectivas de integração entre a Comunicação e Educação, além de poder me aprofundar e contar a história do *Correio do S. Francisco*, ressaltando sua relevância para a formação da esfera pública juazeirense.

Para atender essas inquietações, decidi nortear esta pesquisa partindo da seguinte provocação: quais as principais representações sobre educação presentes na produção jornalística do *Correio do S. Francisco*? Essa preocupação encontra acolhimento nos objetivos do PPGESA, que defende a construção de uma visão sociocultural e educativa dos territórios semiáridos, estimulando a capacidade de redimensionar o lugar dos sujeitos e, portanto, as imagens que produzem sobre si e a natureza semiárida. Em especial, na linha 2 – Educação, Comunicação e Interculturalidade, que acolhe esta pesquisa, foi importante observar a imprensa moderna, e, especificamente, o jornal *Correio do S. Francisco*, que apresenta uma discussão

dos processos educativos, examinando as mediações estabelecidas pelos seus canais de comunicação.

Para esclarecer a problemática proposta, elenquei como objetivo principal: analisar as principais representações sobre educação presentes no jornal *Correio do S. Francisco*. Para me guiar em busca desse propósito, estabeleci três objetivos específicos: estudar o papel do jornal *Correio do S. Francisco* na consolidação do projeto de modernização e na formação da esfera pública juazeirense no início do século XX; identificar as principais representações sobre educação presentes nas edições dos anos de 1903 e 1904 do jornal *Correio do S. Francisco*; e examinar a relevância dessas edições do jornal *Correio do S. Francisco* para as áreas da educação, comunicação e cultura.

Ao propor uma análise do *Correio do S. Francisco*, priorizando pesquisar as representações da educação de uma Juazeiro que passava por constantes mudanças, em um cenário no qual existe uma concentração geográfica das análises de jornais (RIBEIRO & HERSCHMANN, 2009), esta investigação instiga a refletir sobre o papel educativo que os jornais ocupavam na esfera pública, durante a transição dos séculos XIX para o XX, pautando questões voltadas para a formação desses indivíduos enquanto cidadãos que estavam inseridos nas mudanças que se passavam no Brasil e no mundo. Assim, compreendo que as publicações do *Correio do S. Francisco* chegam aos dias de hoje, constituindo um indício vasto que nos permite, através de suas mensagens do passado, investigar o papel desse periódico na discussão e divulgação de ideais educativos na sociedade juazeirense.

1.1 SOBRE HISTÓRIA, IMPRENSA E REPRESENTAÇÕES: TESSITURAS TEÓRICAS

Ao longo das últimas décadas, estiveram presentes, no meio acadêmico, inúmeras discussões teórico-metodológicas acerca do processo de construção da historiografia. Esses debates contavam, também, com a contribuição de outras disciplinas, como a Arqueologia, Geografia, Semiótica e a Comunicação que, através dos seus objetos de estudo, acrescentavam novas/outras perspectivas para ampliar as reflexões desse campo epistemológico. Ao considerar as contribuições e a valorização dos conhecimentos da Comunicação, por exemplo, se abrem caminhos para diversas transformações que ocorreram no decorrer desse processo, enfatizando a construção de um conhecimento transdisciplinar. Tania de Luca (2020a) ressalta que, até a década de 1970, era comum que jornais e revistas fossem mencionados em bibliografias, no entanto, sua inserção enquanto fonte de consulta para trabalhos científicos se limitava, muitas

vezes, para a confirmação de dados coletados anteriormente, como taxas de câmbio, preços e produtos comercializados.

Ainda segundo essa última autora, inúmeros motivos estavam ligados a esse fato, entre eles, o ideal científico de buscar veracidade e objetividades dos fatos. Nessa perspectiva, o historiador deveria se basear em fontes que são marcadas pela neutralidade e fidedignidade dos acontecimentos. Os jornais pareciam, então, “pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas ‘enciclopédias do cotidiano’ continham registros fragmentados do presente, realizados sob o influxo de interesses compromissos e paixões” (LUCA, 2020a, p. 112). Essas características, suscitava uma “complexidade desanimadora”, por sempre estarem sujeitos a influências internas e externas, promovendo um discurso que poderia ser imparcial e tendencioso. Tais aspectos se tornariam desafiadores ao pesquisador que estariam sujeitos a fazer um uso ingênuo dessa fonte.

Essa concepção irá se modificar gradualmente, na medida em que novos problemas questionam o fazer história, assim como novas abordagens ganham ascensão e novos objetos passam a fazer parte do campo epistemológico da história (LE GOFF; NORA, 1978 apud LUCA, 2020a). Destaca-se, especialmente, para o florescimento de um entendimento de que a capacidade que temos de entender o passado é deficiente em vários aspectos. Lowenthal (1998) nos alerta que os resíduos que remanescem de coisas e pensamentos, representam apenas uma pequena fração dos acontecimentos que, furtivamente, chegaram até o presente. O conhecimento sobre o passado é toldado de incerteza, uma vez que, inevitavelmente, a passagem do tempo desgasta a compreensão acerca do passado e tudo que temos para interpretá-lo são os vestígios que chegam aos dias de hoje.

Tania de Luca (2020b) alerta que, diferente de outras especialidades de conhecimento, no campo histórico, não há a possibilidade de reproduzir em laboratório os processos que os pesquisadores estudam, limitando-o, assim, a fazer releituras partindo de retrospectões que nos mostram vestígios e indícios. Dessa forma, cabe ao estudioso o papel de tecer interpretações a partir de documentos que sobreviveram ao tempo. Barbosa (2004) reflete que, ao investigar os acontecimentos do passado, o historiador – ou demais pesquisadores que trabalham com o campo da História - faz um movimento de reinvenção, não no sentido que o que ele descreve seja mentira, mas por saber que existem acontecimentos e personagens que se perderam nas fímbrias do tempo.

Assim, caberia ao pesquisador tentar reconstruir aspectos de outras épocas a partir dos fragmentos que sobreviveram ao tempo, observando as entrelinhas, os ditos e não ditos, os silêncios contidos no material para decifrar significados plurais. Para Barbosa (2004, p. 3), o

passado deve iluminar o presente não como uma fonte de ensinamento a fim de evitar que se cometa os mesmos erros, “mas como um lugar imaginário de onde tiramos inspiração, buscamos fontes, escutamos personagens – os mortos – para falar daquilo que hoje seria importante para a reflexão e, a partir dela, para a mudança”.

De certa forma, a história padece de uma estabilidade efêmera. Ao mesmo tempo em que há um princípio fundamental em preservá-la – seja através da escrita, oralidade ou, mais recentemente, no formato de áudio ou vídeos - a fim de não deixar perecer com o passar do tempo, o passado está em constante revisão. A interpretação do passado está sempre em mutação, isto porque as diferentes condições e conjunturas ligadas ao presente nos fazem consultar o passado para, assim, tecer novas interpretações: “o conhecimento histórico é dinâmico e cada geração relê, reinterpreta e reescreve o passado, que é marcado pela transitoriedade ou, para usar um termo mais preciso, pela historicidade” (LUCA, 2020b, p. 27).

Em contrapartida, os documentos que atestam essa historicidade permanecem os mesmos. Tania de Luca (2020b) traça uma reflexão muito interessante acerca da imutabilidade do livro, que irei me apropriar para fazer uma analogia aos documentos utilizados como fontes, especialmente, os jornais, que são fonte de estudo desta pesquisa. Para a autora, uma vez publicado, aquela edição do livro, em específico, permanece imutável, enquanto que o mundo ao redor se transforma e novos valores entram em ascensão. De forma semelhante, se desenvolve a experiência de consultar jornais antigos que permanecem guardados em bibliotecas ou acervos institucionais e privados. Ao folhear suas páginas, o conteúdo escrito das notícias e informações permanecem inalteradas ao longo dos anos, após sua impressão. É possível até que se tenha conhecimento do desfecho dos eventos que ocorreram, mas as representações e interpretações feitas pelo periodista sobre os acontecimentos daquele momento, permanecem no papel. Dessa forma, o que muda são os questionamentos e olhares que são dirigidos a esse documento.

Em paralelo a essas discussões, também foram surgindo pesquisas pioneiras, abordando os jornais como fonte primária. O trabalho de Nelson Werneck Sodré (1999), por exemplo, foi muito importante para a formação da história da imprensa enquanto campo de investigação. Em seu livro “História da Imprensa no Brasil”, lançado em 1966, foi feita uma sistematização das informações acerca da imprensa brasileira, desde 1808, com a chegada da coroa portuguesa, até a década de 1960. Esse autor cita os jornais e revistas que circularam nesse período - um total 1.194 -, além de trazer dados analíticos, observando não apenas os aspectos técnicos e editoriais, como o contexto político pelos quais os periódicos circulavam. Para isso, Sodré utilizou de um

diversificado conjunto de documentos, que davam suporte para sua narrativa, desde textos literários até, obviamente, os próprios jornais (RIBEIRO, 2015).

A partir dessas iniciativas e discussões, vão se abrindo novas perspectivas sobre o lugar que a historiografia brasileira destina aos impressos, não apenas para usá-los como fonte para escrever a História da imprensa, mas escrever a própria História por meio da imprensa:

As considerações apontam, portanto, para um tipo de utilização da imprensa periódica que não se limitava a extrair um ou outro texto de autores isolados, por mais representativos que sejam, mas antes prescreve a análise circunstanciada do seu lugar de inserção e delineia uma abordagem que faz dos impressos, a um só tempo, fonte e objeto de pesquisa historiográfica, rigorosamente inseridos na crítica competente (LUCA, 2020a, p. 141)

Para Martino (2008), esse movimento irá oferecer duas possibilidades de compreender a História da Comunicação. A primeira, partindo das perspectivas dos historiadores, que passarão a ver um caminho no qual eles podem historicizar os instrumentos de conhecimento – no caso, os meios de comunicação -, superando a visão de ver através deles. Já os comunicólogos passam a se deparar com novas perspectivas, vendo os meios de comunicação a partir de uma leitura social, no qual os veículos - e os autores que estão por trás deles - são interpretados como fazendo parte de um processo sociocultural.

Barbosa (2010) afirma que esse movimento possibilitou uma aproximação dos pesquisadores com “documentos-monumentos”, permitindo observar novos e diversos vestígios para atestar os processos referentes a um tempo que já passou. Assim, ao consultarmos jornais, revistas, periódicos de naturezas distintas, temos a mão uma materialidade dos processos comunicacionais, no qual podemos observar os olhares que homens e mulheres detinham sobre a sociedade em que viviam. Por isso, é necessário encarar o jornal como um arquivo que é composto por fragmentos de expressões particulares sobre acontecimentos do cotidiano das ações de homens e mulheres. Lowenthal (1998) traz um conceito interessante de fragmentos, entendendo-os como artefatos produzidos pelo homem que tem a capacidade de atestar o passado biologicamente, pelo envelhecimento e desgaste dos materiais e, historicamente, pelas formas e estruturas anacrônicas. Nessa perspectiva, os fragmentos não são processos, mas os resíduos desses artifícios que resistem a ação do tempo.

Através das páginas do jornal, é possível observar o resultado dos processos de seleção, ordenação, estruturação e narrativa dos fatos que editores, periodistas e redatores julgavam dignos de registro, por exemplo. É esse caráter coletivo que sempre está por trás do funcionamento de um periódico, no qual um grupo de indivíduos fica responsável por difundir

notícias que fomentem e reflitam ideias, crenças e valores acerca da sociedade que vivem. Refletindo sobre esse processo comunicativo, podemos começar a compreender melhor o papel que Jodelet (2011) irá atribuir à comunicação social, incluindo também os veículos de comunicação como meios capazes de possibilitar e determinar pensamentos e representações sociais na esfera pública.

Para melhor compreender como essa autora efetua a relação descrita acima, irei aprofundar os aspectos ligados às representações sociais, partindo da Teoria das Representações Sociais (TRS), que foi desenvolvida no campo da Psicologia Social, por meio do pesquisador romeno Serge Moscovici (2001; 2007). O termo irá aparecer pela primeira vez em 1961, na publicação do livro *La Psychanalyse son image et son publique*, na qual o autor irá discutir sobre os processos de difusão da psicanálise na esfera pública parisiense, ressaltando, especialmente, a apropriação feita pela comunidade e a forma como os habitantes pensavam, sentiam e agiam diante disso. Esse trabalho irá significar, em vários sentidos, um rompimento com os pensamentos que até então eram predominantes na disciplina, marcados por uma análise que recaia sobre as micro relações dos indivíduos, primeiro pela perspectiva comportamentalista e, posteriormente, pelo cognitivismo. Com a ascensão da TRS, Moscovici (2001; 2007) irá insistir no reconhecimento das representações sociais como uma forma possível de conhecimento e investigação sobre a sociedade, opondo-se à natureza individual que a psicologia social apresentava anteriormente.

A partir dessas considerações irão proliferar uma série de estudos sobre a percepção social e a análise de informações sobre a relação do indivíduo com o outro, observando como esse processo infere na dimensão psicológica (SANTOS, 2005). Ao tratar sobre representações, Moscovici (2001; 2007) não traz um conceito inédito à comunidade acadêmica. O termo já tinha sido trabalhado antes pelo sociólogo Emile Durkheim, em 1895, através da concepção de “representações coletivas”.

De acordo com Duveen (2007), com o intuito de estabelecer a sociologia como uma ciência autônoma, Durkheim elencou uma separação entre os entendimentos sobre representações individuais e coletivas. Enquanto as primeiras deveriam ser campo de estudo da Psicologia, as últimas seriam o objeto de estudo da Sociologia. Para Durkheim (apud MOSCOVICI, 2001; 2007), as representações coletivas teriam como substrato a sociedade em sua totalidade e, por isso, tinha uma compreensão homogênea, uma vez que era vivenciada por todos os membros de um grupo. Dessa forma, as representações se referiam a uma ampla classe de formas mentais, de opiniões e de saberes, que tinha como principal função, a preservação

dos vínculos desse coletivo, preparando-os para pensar e agir de forma uniforme (MOSCOVICI, 2001).

Ao resgatar o conceito de representações coletivas, Moscovici (2007) tece algumas críticas acerca da visão sociológica sobre as representações. A primeira, certamente, seria de que as representações eram concebidas como formas estáveis de compreensão coletiva. Assim, eram vistas como instrumentos essencialmente explanatórios, que não tinham espaço para uma análise posterior, além disso aspectos como sua estrutura e dinâmica interna não eram levados em consideração no momento da investigação. Outro ponto questionado também seria o fato das representações coletivas compreenderem qualquer tipo de ideia, crença ou emoção que se passava em uma sociedade, chegando a incluir uma classe geral de ideias, como a ciência, religião, mitos etc. Assim, ao querer incluir demais, afirma esse autor, acaba-se incluindo pouco.

Consequentemente, Moscovici (2007) acrescenta algumas qualificações que seriam essenciais para o entendimento do que ele chamaria de representações sociais. Antes de tudo, ele passa a interpretá-las como fenômenos complexos, deixando para trás o que era visto antes apenas como um conceito. Dessa forma, as representações passam a ser vista como uma forma específica de compreender questões da sociedade, ou seja, tem como “objetivo abstrair sentido do mundo e introduzir nele ordem e percepções, que reproduzam o mundo de uma forma significativa” (MOSCOVICI, 2007, p. 46). Estruturas dinâmicas que operam em conjunto com relações e comportamentos que têm um caráter móvel e circulante, surgindo, então, a necessidade de serem descritas e explicadas. Esse caráter ativo condiz não apenas a forma como as estruturas são estabelecidas, mas também ao processo pelos quais as representações são elaboradas (DUVEEN, 2007), ficando melhor definidas como:

Um sistema de valores, idéias e práticas, com uma dupla função: primeiro, estabelecer uma ordem que possibilitará as pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controlá-lo; e, em segundo lugar, possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambiguidade, os vários aspectos de seu mundo e da sua história individual e social (DUVEEN, 2007, p. 21 apud MOSCOVICI, 1976).

Para Denise Jodelet (2001), apesar de serem fenômenos complexos, as representações sociais estão presentes, de forma naturalizada, no nosso dia-a-dia, através da veiculação de discursos, palavras e imagens, mensagens midiáticas etc., tendo ação direta na vida social. Essa autora desenvolve uma compreensão sobre o fenômeno que dialoga em muitos aspectos as

perspectivas de Moscovici (2001; 2007), uma vez que compreende essas representações como importantes na vida cotidiana, pois são através delas que a sociedade guia suas condutas, interpretando os aspectos que estão à volta, tomando decisões e se posicionando. Ou seja, agem como um “sistema de interpretação” que norteiam suas relações com o mundo e os outros, da mesma forma em que intervêm em diversos processos, como a difusão e assimilação de conhecimentos, assim como a definição de identidades pessoais e coletivas.

Jodelet (2001, p. 27) também coloca, no centro das representações sociais, a relação sujeito-objeto. De acordo com essa pesquisadora, representar ou se representar sempre irá corresponder ao ato de pensamento pelo qual o sujeito irá se referir a determinado objeto. Não há, assim, representação sem objeto: “tem com seu objeto uma relação de simbolização (substituindo-o) e de interpretação (conferindo-lhe significações). Estas significações resultam de uma atividade que faz da representação uma construção e uma expressão do sujeito”. É a partir dessa relação que será possível observar os pertencimentos e participações dos sujeitos, tanto nas questões sociais, como culturais, observando as formas como as representações agem no mundo, os contextos e condições em que são desenvolvidas, entre outras.

Para tanto, Jodelet (2001) nos alerta que é preciso compreender a dinâmica das representações a partir da articulação com os elementos afetivos, mentais e sociais, uma vez que as relações sociais afetam as representações e a realidade na qual elas intervêm. Cabe ressaltarmos aqui uma característica das representações sociais, que talvez não tenha ficado tão evidente em nosso texto, mas que ganha relevância pelas escolhas teóricas e metodológicas adotadas: se parte da compreensão de que essas representações são uma forma de conhecimento elaborada socialmente que diz respeito a uma realidade comumente aceita a um conjunto social (JODELET, 2001). Isto é, os sentidos partem de práticas e conhecimento do senso comum que buscam compreender e explicar a realidade social. Assim, as representações sociais não são impostas a determinados grupos ou pessoas, elas partem de um conhecimento preexistente e constroem uma visão congraçada da realidade para esse grupo, ou seja, um universo consensual.

De acordo com Moscovici (2007), a dinâmica das relações consiste, na verdade, em uma dinâmica de familiarização. Sejam objetos, pessoas ou acontecimentos, tudo é percebido e decifrado a partir de percepções já existentes das memórias. Diante disso, esse último autor atribui como principal finalidade das representações sociais o tomar familiar aquilo que, até então, era algo não-familiar. Através desse esforço que

(...) nós superamos o problema e o integramos em nosso mundo mental e físico, que é, com isso, enriquecido e transformado. Depois de uma série de

ajustamentos, o que estava longe, parece ao alcance de nossa mão; o que parecia abstrato, torna-se concreto e quase normal. Ao criá-los, porém, não estamos sempre mais ou menos conscientes de nossas intenções, pois as imagens e ideias com as quais nós compreendemos o não-usual (incomum) apenas trazem-nos de volta ao que nós já conhecíamos e como qual nós já estávamos familiarizados há tempo e que, por isso, nos dá uma impressão segura de algo “já visto” (déjà vu) e já conhecido (déjà connu) (MOSCOVICI, 2007, p. 58)

Ainda de acordo com Moscovici (2007), essa familiarização ocorre através de dois processos que são baseados na memória e conclusões passadas – ancoragem e objetivação. Durante a ancoragem, as ideias estranhas ou perturbadoras que intrigam certo grupo, passam a ser assimiladas em categorias particulares, colocando-as em um contexto familiar ou às aproximando de algo que é considerado apropriado. Ainda de acordo com esse autor, os fatos que não são nomeados ou classificados causam uma sensação de estranhamento, por isso, na medida em que se avança nesse processo, se desenvolve a capacidade imaginar e, por fim, representar determinada imagem nas mentes dos indivíduos.

Já a objetivação seria mais atuante que a ancoragem. Nela, a ideia de não familiaridade se une com a realidade, tornando-a uma verdadeira essência da realidade. Seria como reproduzir um conceito por meio de uma imagem. Para que isso aconteça, são necessários três movimentos: 1) Construção seletiva, na qual há uma seleção de informações acerca de um objeto ou evento, simplificando e relacionando-os com conhecimentos e experiências prévias; 2) Esquematisação, na qual ocorre uma sistematização dos elementos a serem representados 3) Naturalização dos elementos que foram construídos socialmente e passam a ser identificados com familiares, palpáveis. Após a nova representação ter sido aceita, finalmente, se torna fácil falar sobre o novo paradigma, até a criação de fórmulas ou clichês que o sintetizem. Assim, "não somente se fala dele, mas ele passa a ser usado, em várias situações sociais, como um meio de compreender outros e a si mesmo" (MOSCOVICI, 2007, p. 73).

Dessa forma, a comunicação acaba se relacionando diretamente com as representações sociais, não apenas no processo final de assimilação, como durante a construção dessa imagem na cabeça dos grupos sociais. De acordo com Duveen (2007), as representações são um produto da interação e comunicação, tomando forma e configurações específicas em todo o momento, como que em decorrência dos processos de influência social. Para Jodelet (2001), a comunicação social é um objeto próprio da Psicologia Social, pois contribui para abordar os fenômenos cognitivos, além de desempenhar um papel significativo nas trocas e interações de informação, intervindo e abrindo caminhos para a construção de um universo consensual.

Jodelet (2001) ressalta ainda a incidência da comunicação nos processos de representações sociais a partir do exame em três níveis: 1) a emergência das representações em condições que afetam os aspectos cognitivos, envolvendo diversos aspectos, como o foco sobre determinadas características do objeto, de acordo com o interesse do grupo, ou até mesmo a dispersão e defasagem de informações acerca dele, uma vez que esse conhecimento chega de forma desigual aos indivíduos; 2) os processos de formação das representações, que incluem a objetivação e a ancoragem, discutidos anteriormente nesta Introdução; 3) as dimensões das representações que se relacionam diretamente com a edificação da conduta, ou seja, a intervenção dos sistemas de comunicação midiático na construção de opiniões, estereótipos e atitudes por meio de difusão, propagação e propaganda. De forma sintetizada, essa autora conclui que

Primeiro, ela [a comunicação social] é o vetor de transmissão da linguagem, portadora em si mesma de representações. Em seguida, ela incide sobre os aspectos estruturais e formais do pensamento social, à medida que engaja processos de interação social, influência, consenso ou dissenso e polêmica. Finalmente, ela contribui para forjar representações que, apoiadas numa energética social, são pertinentes para a vida prática e afetiva dos grupos. Energética e pertinência sociais que explicam, juntamente como poder performático das palavras e dos discursos, a força com a qual as representações instauram versões da realidade, comuns e partilhadas (JODELET, 2001, p. 32).

Devido a essa relação de proximidade, muitas pesquisas foram desenvolvidas ancoradas na análise de certas representações sociais presentes nos veículos de comunicação, inclusive, o próprio Moscovici (2001; 2007) se utilizou da imprensa para observar as representações da psicanálise. Duveen (2007) acredita que seria através desse intercâmbio comunicativo que as representações sociais se estruturam e são transformadas, uma vez que reflete o esforço de compreender o mundo através de ideias que são constantemente transmitidas e acabam por influenciar outras pessoas.

Face ao exposto, centrei em analisar como os ideais educativos foram representados na esfera pública juazeirense, através do periódico *Correio do S. Francisco*. Gilly (2001, p. 321) chama a atenção que a área educacional nos proporciona um campo privilegiado para observar como as representações sociais se constroem, uma vez que podemos notar “o papel de conjuntos organizados de significações sociais no processo educativo”. Isto é, podemos observar novos caminhos e mecanismos acerca das significações sociais contidas no processo educativo.

Da mesma forma, muito nos interessa esse vínculo entre comunicação e representações sociais, uma vez que propomos, nesta investigação, analisar os aspectos educacionais que estão presentes nas páginas do *Correio do S. Francisco*, enfatizando nas representações que o jornal trazia acerca da educação e como refletiam os processos de modernização da sociedade juazeirense, no início do século XX. Mais uma vez, se destaca o contexto em que o periódico se encontrava. A Proclamação da República no Brasil se tornaria um marco na ascensão de ideais modernizadores, que fomentaria mudanças tanto nas estruturas das cidades, como no modo de pensar da sociedade brasileira, que viriam a ser calcadas na razão e na ciência. Para Moscovici (2007), esses períodos em que os indivíduos passam pela crise e advento de novos princípios revelam o caráter das representações sociais. Especialmente, neste período de ascensão da modernidade, no qual há uma certa ruptura com valores tradicionais que são deixados para trás, em contrapartida, com as novas possibilidades de circulação de ideias, através das novas formas de comunicar e ampliação dos meios de comunicação.

1.2 TESSITURAS METODOLÓGICAS

Ao refletir sobre os procedimentos que devem ser seguidos para o início da pesquisa acerca da História por meio dos periódicos, Tania de Luca (2020) revela que não há uma receita pronta para ser aplicada que indica um único trajeto metodológico para obter as respostas das perguntas que se propõe em um projeto. Ciente dessa reflexão, me concentrei em traçar uma série de procedimentos metodológicos que levariam a desbravar os caminhos da investigação científica, em busca de obter possíveis respostas para os questionamentos propostos, atendendo os objetivos elencados nesta pesquisa.

Para isso, segui a recomendação de Flick (2009), que alerta que “o objeto de um estudo é o fator determinante para a escolha de um método”. Assim, voltando os olhos para o objeto central desta pesquisa - o *Correio do S. Francisco* -, reverberei sobre as diversas possibilidades de postura investigativa possíveis nos campos da Educação, Comunicação e História. Para esclarecer os questionamentos propostos, em especial, para identificar as principais representações sobre educação presentes nas páginas desse periódico, sistematizei essas notícias para, assim, analisá-las. Conseqüentemente, o trabalho acabou se encaminhando para uma pesquisa de abordagem quanti-qualitativa, na qual optei pela construção dos dados sistematizados através de um viés quantitativo e, ao analisá-los, exercer a perspectiva qualitativa.

Minayo e Sanches (1993) tecem um debate metodológico entre a abordagem quantitativa e qualitativa, observando as possibilidades de complementação dos métodos para a compreensão da realidade social. Para esses autores,

A primeira [abordagem quantitativa] tem como campo de práticas e objetivos trazer à luz dados, indicadores e tendências observáveis. Deve ser utilizada para abarcar, do ponto de vista social, grandes aglomerados de dados, de conjuntos demográficos, por exemplo, classificando-os e tornando-os inteligíveis através de variáveis.

A segunda [abordagem qualitativa] adequa-se a aprofundar a complexidade de fenômenos, fatos e processos particulares e específicos de grupos mais ou menos delimitados em extensão e capazes de serem abrangidos intensamente (MINAYO e SANCHES, 1993, p. 247).

Essa relação entre quantitativo e qualitativo deve ser compreendida como uma possibilidade mais abrangente ou até mesmo uma abordagem metodológica que permite um olhar multifacetado para a percepção do fenômeno investigado (SOUZA e KERBAUY, 2017), que envolva desde seus aspectos mais “concretos”, simbolizados pelos números, até a observação do universo de significados contidos nas relações sociais, que não podem ser esclarecidos através de equações (MINAYO e SANCHES, 1993). Dessa forma, a abordagem quantitativa pode promover questões complementando a perspectiva qualitativa e vice-versa.

Pela natureza do objeto de estudo, o ponto de partida desta investigação foi a pesquisa documental. Cellard (2012) ressalta a importância de recorrer a essas evidências, para vislumbrar certos aspectos do passado que, por inúmeras razões, podem estar além dos conhecimentos do pesquisador.

Por possibilitar realizar alguns tipos de reconstrução, o documento escrito constitui, portanto, uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente (CELLARD, 2012, p. 295).

Ainda de acordo com esse autor, tudo que serve de testemunho, que chega aos dias de hoje, carregando vestígios do passado, pode ser considerado como documento ou fonte, seja no formato escrito, iconográfico, cinematográfico e entre outros. Nesta pesquisa, trabalhei com

documentos impressos, registrados em papel, mais especificamente, com os jornais, considerados por Cellard (2012), como documentos públicos não arquivados.

Kripka (2014) enfatiza que, ao se debruçar sobre uma investigação documental, os pesquisadores têm a possibilidade de “mergulhar” no objeto de estudo, captando os fenômenos a partir de diversas perspectivas englobadas no documento, ou seja, é possível observar a linguagem e expressões dos sujeitos envolvidos na confecção do material. A adoção desse procedimento metodológico esteve evidente desde o início, uma vez que, ao propor analisar as principais representações da educação voltadas para a modernização da sociedade juazeirense, utilizei como base os textos jornalísticos presentes nas edições do *Correio do S. Francisco*.

Ao propor uma pesquisa que envolve documentos que circularam em um período de tempo distante, é comum se deparar com inúmeros desafios, como a preservação de acervos históricos, a organização e materialidade dos documentos, entre outros. Ao refletir sobre os usos e mau usos dos arquivos, Bocellar (2020) alerta que uma das primeiras tarefas na pesquisa documental, é conhecer e descobrir onde se encontram os papéis que serão úteis para a investigação. Essa etapa pode se tornar burocrática, a depender do local de armazenamento do material, seja na esfera pública ou privada. Ele também nos recomenda a preparação para lidar com as condições de trabalho do arquivo escolhido, que pode ou não seguir uma ordem ou sentido de organização. É necessário também ter cuidado em relação ao estado do material que, muitas vezes, pode estar em processo de deterioração, seja pela ação do tempo ou pelas condições de conservação.

No caso do *Correio do S. Francisco*, as edições materiais chegaram ao Museu Regional do São Francisco após mais de 100 anos de sua circulação e, até os dias de hoje, não se encontra acessível ao público. Para obter uma versão mais acessível à pesquisa, a professora Andrea Santos iniciou um longo processo de foto digitalização, no qual as edições foram organizadas por número, data, mês e ano no formato *Joint Photographics Experts Group* (JPEG). Todo esse processo foi anterior ao meu primeiro contato com o acervo, ou seja, para esta pesquisa não foi necessário o processo inicial de sistematização do material. A versão digital dos números do periódico permitiu o acesso ao catálogo a qualquer momento, ao mesmo tempo em que não contribuiu para o desgaste inevitável do arquivo.

Em geral, é possível ter uma boa percepção dos textos contidos no *Correio do S. Francisco*, permitindo uma leitura contínua. No entanto, é inevitável que, durante o último século, as edições tenham permanecido “imunes” à ação do tempo. Dessa forma, me deparei com alguns números que se encontram rasgados – em especial, entre os meses de março e abril

de 1904 -, além de pequenas deteriorações nas bordas externas do jornal que, por vezes, dificultaram a leitura de alguns trechos.

Antes de iniciar a parte analítica desta investigação, realizei uma pesquisa de natureza bibliográfica ou revisão de literatura, a fim de consolidar um embasamento teórico acerca do que alguns autores que já escreveram e pesquisaram sobre conteúdos parecidos. A pesquisa bibliográfica, para Stumpf (2005), é um conjunto de procedimentos que visa identificar informações necessárias a uma indagação, por isso seleciona documentos pertinentes de um determinado tema, procede anotações e/ou fichamentos das referências que são, constantemente, revisitadas para o alinhamento da pesquisadora junto ao objeto de seu estudo. Ainda de acordo com essa autora, a revisão da literatura é uma atividade contínua e constante no processo de investigação, desde a enunciação da problemática até a análise dos resultados.

Para tanto, efetuei o levantamento de produções científicas através de três plataformas de pesquisa: o Google Scholar¹ – também conhecido como Google Acadêmico -, o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior – CAPES², além da Biblioteca Nacional Digital do Brasil³. Foram definidas como palavras-chave o nome do jornal - “Correio do São Francisco” e a todas as possíveis combinações dos conceitos “Imprensa, Educação, Modernidade/ Modernização”⁴. Nessa busca, obtive resultados apenas no portal do Google Scholar.

Ao pesquisar “Correio do São Francisco”, colhi um total de 11 resultados. Desses, sete estavam diretamente ligados a pesquisadora Andrea Santos (2016) que, há mais de dez anos, tem se dedicado a analisar a trajetória da imprensa juazeirense, no período de 1901 a 2001, abordando aspectos como a produção jornalística, a atuação dos homens de imprensa, além da inserção e função social desses veículos em contextos micro e macrosociais. Essa autora também analisa como o estabelecimento da imprensa em Juazeiro foi concomitante ao processo de constituição de outras instituições culturais na cidade, refletindo, por conseguinte, um ideal de modernização da sociedade brasileira na esfera pública local.

A pesquisa bibliográfica a partir das diversas combinações possíveis das palavras-chave “Imprensa, Educação, Modernidade/Modernização”, totalizou 12 ajustes diferentes desses

¹ <https://scholar.google.com.br/>

² <https://catalogodeteses.capes.gov.br>

³ <https://bndigital.bn.gov.br/>

⁴ Neste procedimento, elenquei todas as combinações possíveis, alterando a ordem das palavras durante a pesquisa. Assim, foram pesquisadas: Imprensa, Educação e Modernidade; Imprensa, Modernidade e Educação; Educação, Imprensa e Modernidade; Educação, Modernidade e Imprensa; Educação, Imprensa e Modernidade; Modernidade, Educação e Imprensa; Modernidade, Imprensa e Educação; Educação, Imprensa e Modernização; Educação, Modernização e Imprensa; Imprensa, Modernização e Educação; Imprensa, Educação e Modernização; Modernização, Educação e Imprensa; Modernização, Imprensa e Educação.

termos, alternando a ordem das palavras nas três bases de busca. Apenas duas ordenações tiveram um resultado positivo: “Imprensa, Modernidade e Educação” e “Educação, Imprensa e Modernização”. No total, foram encontrados cinco trabalhos acadêmicos: (2) monografias; (2) dissertações; (1) e-book. Todavia, esse mapeamento acabou não tendo tanta inferência nesta investigação, devido ao distanciamento das temáticas que eram trazidas nos textos. No e-book, por exemplo, não foi encontrado, em seus capítulos, algo que abordasse as questões trazidas nos conceitos elencados. Já as monografias são ambas relacionadas a problemáticas contemporâneas do fazer jornalístico, trazendo apontamentos voltados para o espaço das mídias impressas na era digital. As dissertações, por fim, se aproximavam mais das discussões propostas nesta pesquisa, no entanto, não a contemplavam totalmente. A pesquisa de Freitas (2013), por exemplo, se debruçava sobre a atuação do Colégio Presbiteriano Buriti, em Cuiabá, durante as décadas de 1920 e 1960. Já a investigação de Couto (2007) trazia questões sobre Educação, Imprensa e Modernização, mas se dedicava, prioritariamente, a analisar a formação histórica do jornalista, enquanto profissional.

Como a busca nas plataformas não teve muitos resultados, a pesquisa bibliográfica teve continuidade através da consulta de artigos, monografias, dissertações e teses que abordavam questões inerentes nesta investigação. Assim, foram pesquisados conceitos como “História da Imprensa”, “Educação” e “Modernidade”, de forma isolada, dando prioridade aos trabalhos que abordavam, no pano de fundo, o período da Primeira República, permitindo a compreensão da efervescência social que se passava na virada do século XIX para o XX. Consegui alguns materiais no formato *Portable Document Format* (PDF). No entanto, ainda não se apresentavam como suficiente para o aprofundamento de todas as provocações levantadas.

Uma das dificuldades centrais, durante o processo de investigação bibliográfica, foi o limitado acesso a bibliotecas, uma vez que uma das medidas de segurança, para evitar a disseminação da Covid-19, foi o fechamento ou entrada restringida a algumas instituições, inclusive a UNEB. A alternativa para isso foi o contato direto com a minha orientadora, Carla Paiva, e a pesquisadora Andrea Santos, que disponibilizaram livros de seus acervos para consulta. Esse material foi de grande relevância para construir o embasamento teórico-metodológico durante toda a pesquisa, especialmente os que abordavam a história de Juazeiro, visto que alguns títulos podem ser considerados raros de se encontrar, seja por terem sido lançados com números limitados ou por não estarem disponíveis para a venda.

Como boa parte dos documentos históricos, inclusive os materiais produzidos pelos veículos de comunicação, como o jornal *Correio do São Francisco*, não receberam um tratamento analítico, Gil (2002) recomenda que é essencial que se desenvolva uma análise de

seus dados, levando em consideração as problemáticas e objetivos propostos na pesquisa. Assim, utilizei da Análise do Conteúdo (AC), que segundo Bardin (1977, p. 42), pode ser caracterizada como

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a interferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Outros autores trazem uma outra percepção sobre a análise de conteúdo, considerando discussões mais contemporâneas aos paradigmas das Ciências Humanas e Sociais. Bauer (2015), por exemplo, aproxima esse método de uma perspectiva que muito interessa a esta pesquisa. De acordo com esse último autor, por meio da AC, os analistas realizam uma reconstrução de representações, à luz do seu objeto de investigação, partindo de índices que podem sinalizar questões acerca de outros fenômenos. Ainda de acordo com sua visão, a AC pode reconstruir “mapas de conhecimento” a partir dos textos, que são vistos como meio de expressão, observando como a linguagem é usada para representar o mundo através do conhecimento e autoconhecimento. No entanto, é necessário levar em consideração que o material analisado foi usado, inicialmente, para outro propósito e, por isso, o pesquisador precisa “manipulá-lo” para obter respostas para seus questionamentos.

Ao associar a metodologia de Análise do Conteúdo ao campo da comunicação, Fonseca Júnior (2005) sugere que a leitura realizada pelo pesquisador deve procurar as evidências que, muitas vezes, se encontram em segundo plano. Também indica que, em uma análise dos meios de comunicação, quase sempre o objetivo é desvendar as condições que levaram a produção da mensagem, por isso, esse autor alerta para a articulação entre a superfície do texto e os fatores que determinaram as características desse material. Complementando essas indicações, Herscovitz (2007) apresenta um recorte do uso do método e das técnicas da Análise de Conteúdo na pesquisa jornalística que dialoga com os propósitos desta investigação. Segundo essa autora, através de textos, sons, imagens – impressas ou gravadas - veiculados pela mídia, nos mais diversos formatos, podemos

detectar tendências e modelos na análise de critérios de noticiabilidade, enquadramentos e agendamentos. Serve também para descrever e classificar produtos, gêneros e formatos jornalísticos, para avaliar características da produção de indivíduos, grupos e organizações, para identificar elementos típicos, exemplos representativos e discrepâncias e para comparar o conteúdo

jornalístico de diferentes mídias em diferentes culturas (HERSCOVITZ, 2007, p. 123).

Dessa forma, a inferência do pesquisador poderia extrair aspectos latentes das mensagens presentes nas produções jornalísticas, colocando em evidências índices que poderiam trazer novas perspectivas sobre o emissor ou até mesmo o destinatário do documento (BARDIN, 1977; FONSECA JÚNIOR, 2005). Para identificar essas tendências e representações, Herscovitz (2007) sinaliza a necessidade de se utilizar as abordagens quantitativas e qualitativas, uma vez que, através dessa integração, será possível compreender não apenas o significado aparente (manifesto), como o que está implícito no material analisado.

Bardin (1977) orienta um caminho com três grandes passos. O primeiro seria a fase da pré-análise das informações, no qual as ideias seriam sistematizadas para conduzir as demais operações. A primeira atividade, certamente, corresponde a leitura flutuante que permite estabelecer contato com o texto, fomentando as primeiras impressões em relação ao conteúdo dos documentos. Neste caso, essa familiarização do impresso começou através do Projeto “Tempo & História da Imprensa do polo Juazeiro-BA e Petrolina-PE”, no qual foi estabelecido a primeira relação com o jornal. Essa aproximação foi essencial, uma vez que, a partir das primeiras leituras, foi possível observar que, por vezes, o periódico trazia alguns textos jornalísticos que partilhavam algumas particularidades dos aspectos educacionais da sociedade juazeirense. Essa experiência foi fundamental para elaborar a problemática e objetivos que guiam esta pesquisa.

Ainda na fase de pré-análise, me deparei com os números disponíveis no acervo. Inicialmente, foi pensando analisar os exemplares dos anos 1903, 1904 e 1908. No entanto, ao longo da leitura prévia, notei um grande número de conteúdos presentes nos exemplares. Assim, de comum acordo com a minha orientadora, decidi focar nos dois primeiros anos, a fim de possibilitar uma análise mais profunda e coesa. Essa decisão também foi influenciada pela lacuna das edições correspondentes aos anos de 1905, 1906 e 1907. Durante esse período, o jornal passou por diversas modificações, inclusive, a mudança de proprietário. Esse aspecto representa uma grande ruptura, uma vez que a alteração da gerência e redatores quase sempre está atrelada a mudança da linha editorial do periódico.

Assim, foram avaliadas as condições materiais de todas as edições disponíveis desses dois anos, totalizando um número de 49 publicações. Para a análise final, foram escolhidas 45 edições: cinco correspondentes aos meses de novembro e dezembro de 1903; 44 exemplares

entre os meses de janeiro e novembro de 1904, exceto do mês março, que se encontravam com deteriorações que não permitiam a leitura.

Partindo dessa leitura flutuante, também decidi mapear as edições para a construção do *corpus* desta pesquisa, que seguiria uma escolha sistemática, reconhecendo a finitude dos materiais (BAUER e AARTS, 2015). Com base no objetivo desta pesquisa, foi levantado todos os textos que tratavam sobre educação, compreendida a partir da concepção de Gohn (2006). Assim, foram selecionadas matérias jornalísticas⁵ que traziam aspectos voltados para construção de concepções e ideias de mundo, assim como da cidadania coletiva e a formação do indivíduo, levando em considerações os ideais modernos que estavam em ascensão no momento, como a razão, ciência, “civilização” e “progresso” da sociedade. Dentro desse recorte, também foram contemplados textos que pautavam as instituições escolares, trazendo informações sobre atividades, calendários ou indivíduos que estavam ligados a esse ambiente, alunos e professores.

Ao todo, foram encontradas, nas edições dos jornais avaliados, 158 notícias, com base nas seguintes regras: a) exaustividade, ao considerar para a análise todas as edições disponíveis e legíveis, durante os anos de 1903 e 1904; b) representatividade, ao selecionar todas as notícias que julguei pertinente a temática para a análise; c) homogeneidade, uma vez que todos os textos faziam parte da produção jornalística do periódico; d) pertinência, ao mapear as notícias que traziam representações sobre educação. Após a obtenção desses dados brutos, comecei um processo para codificar essas informações, obtendo maior consciência sobre as características do jornal, de acordo com os objetivos propostos inicialmente.

Para tornar os dados mais acessíveis para a análise, decidi agrupar em outras unidades de registros, categorizadas a partir das representações sobre educação, que interessavam nesta investigação. Inicialmente, essa pesquisa contava com onze categorias⁶, divididas nos campos da Educação Formal e Não-Formal. Todavia, após o período da qualificação, junto com a minha orientadora, decidi repensar essas categorias, considerando que à medida em que avançava nas leituras e consolidação dos capítulos teóricos, notei que algumas discussões se aproximavam, seja por partirem de perspectivas ou pautas semelhantes, como por alguns temas estarem

⁵ Considerei como matéria jornalística todos os textos que tinham o intuito informativo e estavam presentes nas páginas do jornal. Assim, foram selecionadas notícias, notas, artigos de fundo e telegramas.

⁶ Eram elas: 1) Instituições Escolares; 2) Gremio Polymathico Manoel Xavier; 3) Formação do Indivíduo e Sociedade; 4) Instituições e Organizações Sociais; 5) Organização do Espaço Público; 6) Divulgação Científica; 7) Divulgação de Novas Técnicas e Tecnologias 8) Saúde Pública; 9) Meio Ambiente e Natureza; 10) Passatempo e Curiosidades e 11) Correspondências de Paris.

inerentes a uma ou mais categorias, a exemplo da influência estrangeira e a divulgação científica.

Diante disso, foi decidido uma nova forma de agrupação em duas modalidades, Instituições Escolares e Formação do Indivíduo. Essas modalidades compilavam cinco categorias: 1) Instituições Escolares; 2) Gremio Polymathico Manoel Xavier; 3) Formação do Indivíduo para a Convivência no Espaço Público; 4) Saúde Pública e Divulgação Científica e 5) Progresso nos Territórios Rurais. A relação dessas temáticas e o número de matérias estão elucidadas na Tabela abaixo:

Tabela 1: Categorias criadas para a análise de conteúdo.

Modalidade	Categorias	Quantidade de matérias
Instituições Escolares	Instituição Escolares de Juazeiro	20
	Gremio Polymathico Manoel Xavier	15
Subtotal		35
Formação do Indivíduo	Formação do Indivíduo para a Convivência no Espaço Público	12
	Saúde Pública e Divulgação Científica	32
	Territórios Rurais	44
Subtotal		88
Total		123

Fonte: SANTOS (2022)

Para a estruturação dos dados obtidos, Marialva Barbosa e Marcos Morel (2005), recomendam, nesse tipo de investigação, que parte dos veículos de comunicação, a confecção de um tipo de inventário, no qual seriam sistematizados aspectos gerais do periódico, como o editorial, a localização, periodicidade, comercialização, caracterização etc. Para esta pesquisa, foram adaptadas algumas sugestões desses autores para satisfazer as questões levantadas. Elaborei assim uma tabela que serviu para sistematizar os elementos de cada texto previamente selecionado, a partir de informações como: ano, número, data, página, modalidade, categoria,

formato textual, estado do texto, título, autor, trechos e comentários, como se pode visualizar na Tabela 2:

Tabela 2 – Ficha para a análise de conteúdo dos textos jornalísticos.

Ano da edição	
Número da edição	
Data	
Página	
Modalidade	
Categoria	
Formato Textual	
Estado do texto	
Título	
Autor	
Trechos	
Comentários	

Fonte: SANTOS (2021)

Em paralelo a esse inventário, também foi confeccionada uma planilha utilizada como um banco de dados para concentrar os textos jornalísticos que foram mapeados, permitindo um acesso mais rápido e dinâmico. Foram reunidas informações já contidas na primeira tabela, como ano, edição, data, título, formato textual, modalidade e categoria, sendo possível não apenas armazenar, como realizar alguns cruzamentos de dados já obtidos. Essa técnica também é útil para filtrar informações a partir da escolha de um elemento como, por exemplo, reunir todas as matérias de determinada modalidade ou categoria. Na Figura 1, é possível visualizar parte dessa planilha:

Figura 1: Planilha de Análise das Matérias do Correio do S. Francisco

	A	B	C	D	E	F
1	Ano	Edição	Data	Título	Modalidade	Categoria
2	1903		2 22 de novembro	O maior prazer humano	Formação do Indivíduo	3
3	1903		2 22 de novembro	Barreiras	Formação do Indivíduo	5
4	1903		2 22 de novembro	Férias	Instituições Escolares	1
5	1903		2 22 de novembro	Escola Municipal	Instituições Escolares	1
6	1903		3 29 de novembro	Fereias	Instituições Escolares	1
7	1903		3 29 de novembro	Exames Finaes	Instituições Escolares	1
8	1903		2 22 de novembro	A Pedidos	Instituições Escolares	1
9	1903		5 13 de dezembro	Syndicatos Agricolas	Formação do Indivíduo	3
10	1903		5 13 de dezembro	O Alcool Industrial	Formação do Indivíduo	4
11	1903		5 13 de dezembro	Acadêmico J. Ignácio	Instituições Escolares	1
12	1903		5 13 de dezembro	Educação Infantil	Formação do Indivíduo	1
13	1903		6 22 de dezembro	Syndicatos Pastori	Formação do Indivíduo	4
14	1903		6 22 de dezembro	Petrolina Grêmio Polymathcio Manuel Xavier	Instituições Escolares	2
15	1903		6 22 de dezembro	Codigo de Posturas do Municipio de Remanso	Formação do Indivíduo	3
16	1903		7 27 de dezembro	A queima do Alcool	Formação do Indivíduo	4
17	1903		7 27 de dezembro	Santa Rita do Rio Preto	Formação do Indivíduo	1
18	1903		7 27 de dezembro	Resumo das Observações Metereologicas	Formação do Indivíduo	5
19	1904		8 03 de janeiro	Alta do Algodão	Formação do Indivíduo	5
20	1904		9 10 de janeiro	A batata da Jamaica	Formação do Indivíduo	5
21	1904		9 10 de janeiro	Revista de Ensino	Instituições Escolares	1
22	1904		10 17 de janeiro	Esterelização do leite	Formação do Indivíduo	5
23	1904		10 17 de janeiro	Veterinária Agrícola	Formação do Indivíduo	5
24	1904		10 17 de janeiro	Petrolina Grêmio Polymathico	Instituições Escolares	2
25	1904		10 17 de janeiro	Editaes: Posturas a que se refere o edital	Formação do Indivíduo	3

Fonte: SANTOS (2022)

Após essa preparação, avancei para a segunda fase da Análise de Conteúdo referente à exploração do material, na qual administrei sistematicamente as decisões tomadas anteriormente, visando obter dados válidos. Certamente, é válido ressaltar que o conteúdo analisado nesta pesquisa se refere exclusivamente ao formato textual, uma vez que o fazer jornalístico brasileiro, referente a transição século XIX para o XX, era amparado por uma produção artesanal dos jornais, no qual as oficinas tipográficas estavam em pleno funcionamento. Assim, o uso de gravuras, ilustrações ou até mesmo a fotografia requitava técnicas mais requintadas, fato que se distanciava da realidade de alguns jornais, como no caso do *Correio do S. Francisco*.

Neste momento da pesquisa, para além de observar o conteúdo contido na produção jornalística do *Correio do S. Francisco*, também me inspirei nas recomendações feitas por Cellard (2012) que refletem sobre a necessidade de realizar uma análise preliminar que possibilite o pesquisador a sustentar um olhar crítico diante do seu objeto de estudo. Para ele, essa fase preliminar se sustentaria em cinco dimensões. A primeira está voltada para um exame do contexto social no qual o documento – além dos autores e destinatários - estava inserido. Essa etapa aproxima os conhecimentos do pesquisador sobre as particularidades da sociedade que estuda, evitando cometer equívocos como interpretar os depoimentos com valores da contemporaneidade.

Em seguida, é preciso considerar o autor/a ou autores/as que estavam por trás do documento. Assim, surgem questionamentos como: qual o interesse/motivo dele ou dela em escrever esse texto? Fala em nome próprio ou representa alguma instituição? O que suas opiniões refletem? Quais interesses ideológicos? Esclarecer essas questões me levou a avaliar melhor a credibilidade do material que tinha em mão, sem cometer o erro grotesco de realizar interpretações equivocadas. Essa etapa também está diretamente ligada a terceira dimensão elencada por Cellard (2012), na qual há uma reflexão acerca da autenticidade e confiabilidade do texto. Esse autor nos recomenda, inicialmente, fazer o exercício de verificação do documento, notando se há erros de transmissão. Em seguida, a partir das ponderações sobre as pessoas que escreveram os textos, podemos observar a qualidade da informação que nos foi transmitida. As últimas dimensões estão atreladas diretamente ao conteúdo presente no material que está sob análise. Para Cellard (2012), é preciso levar em consideração a natureza do texto, assim como o suporte em que é transmitido, uma vez que os escritos podem variar em cada caso e/ou contexto. Assim como a estruturação do texto, é preciso levar em conta a linguagem empregada, em especial, ao que se diz respeito aos conceitos-chave e a lógica interna do texto, último aspecto ressaltado.

Percebi assim que, para analisar o conteúdo do documento, é necessário ter amplo entendimento acerca do que está escrito nele. Consequentemente, foi indispensável levar em conta algumas expressões que se perderam ou até mesmo ganharam outros significados ao longo dos anos. Também voltei o olhar para a forma como o argumento vai se desenvolvendo, a hierarquia das informações, etc. Tania de Luca (2020) corrobora com essas ideias, de certa forma, quando afirma que, ao investigar os veículos de comunicação, é preciso uma “análise circunstanciada do seu lugar de inserção”, ou seja, é relevante levar em consideração os motivos que levaram os meios a darem publicidade a tais acontecimentos, atentar para as mensagens e os discursos proferidos. Todos esses aspectos foram imprescindíveis para tecer um olhar mais crítico diante do objeto e fonte de estudo desta pesquisa. Questionar o periódico, atentando para as nuances do contexto, das pessoas envolvidas e o próprio texto jornalístico, nos fez refletir sobre o próprio papel da imprensa juazeirense no início do século XX, que trazia, corriqueiramente, novas formas de pensar a educação.

Dessa forma, dividi esta dissertação em mais três capítulos, além desta Introdução, que apresenta o objeto de estudo – as representações sobre educação do jornal *Correio do S. Francisco* -, as razões da pesquisa, as tessituras teóricas e metodológicas que foram consolidadas nos últimos dois anos. Em “Modernidade, Educação e Imprensa: elucidaciones sobre a sociedade brasileira do início do século XX”, realizo um breve apanhado sobre o

contexto circunstancial pelo qual o Brasil se encontrava, na transição do século XIX para o século XX, no qual as ideias de modernidade se encontravam em efervescência. Esse capítulo é dividido em três subitens, que dedico a discutir a cidade como o centro das transformações modernas, assim como a inferência da educação e da imprensa na propagação de práticas, condutas e valores educativas referentes a esse período.

O terceiro capítulo, “O empório do sertão do São Francisco: reflexos da modernidade na sociedade juazeirense”, também está dividido em três partes: a primeira se dedica a analisar o contexto histórico pelo qual a cidade de Juazeiro passava. A expansão dos meios de transporte e comunicação, o crescimento do comércio e o aumento populacional que evidenciavam aspectos ligados a ideia de progresso. Em seguida, apresentei as primeiras tentativas de fazer jornalismo na região, descrevendo o surgimento de alguns jornais, no fim do século XIX. Por fim, me dediquei a examinar as circunstâncias que permitiram a ascensão do *Correio do S. Francisco*, aprofundando suas características técnicas e editoriais, assim como especificando alguns pontos presente em sua produção jornalística.

No capítulo quatro, “Representações sobre educação nas páginas do *Correio do S. Francisco*”, partilhei as análises sobre as representações sociais de Educação presentes no periódico. Para isso, cinco categorias foram analisadas, com base na sua presença significativa no *corpus* desta pesquisa: “Instituições Escolares de Juazeiro”; “Gremio Polymathico Manuel Xavier”, da modalidade Instituições Escolares, e “Formação do Indivíduo para a Vivência no Espaço Público”; “Saúde Pública e Divulgação Científica” e “Território Rurais”, pertencente à Formação do Indivíduo. Esses tópicos foram discutidos a luz da Análise de Conteúdo, na qual busquei destacar os principais resultados da investigação, alinhados ao objetivo desta pesquisa que consiste em analisar as principais representações sobre educação presentes no jornal *Correio do S. Francisco*.

Por fim, nas Considerações Finais, fiz um apanhado dos principais resultados obtidos por meio desta investigação, assim como o percurso teórico e metodológico. Também centrei, nesse tópico, algumas reflexões que partiram da experiência de uma pesquisa interdisciplinar em Educação, Comunicação e História.

2. MODERNIDADE, EDUCAÇÃO E IMPRENSA: ELUCIDAÇÕES SOBRE A SOCIEDADE BRASILEIRA DO INÍCIO DO SÉCULO XX

Antes de me dedicar a analisar as representações sociais da educação presentes nas páginas do *Correio do S. Francisco*, é necessário realizar um apontamento circunstancial do contexto e o lugar de inserção desse periódico. Essa etapa se torna essencial para a pesquisa, pois, além de permitir uma maior aproximação com o cenário que me dedico a estudar, como recomenda Cellard (2012), também viabiliza a contemplação de uma sucessão de acontecimentos – principalmente, seus significados e impactos na esfera pública – e como esses irão refletir na construção das representações sobre educação que proponho investigar nesta dissertação. Para isso, darei início a este capítulo trazendo um panorama macrossocial do Brasil, no início do século XX, período concomitante à circulação do *Correio do S. Francisco*.

Esse jornal foi criado em meio a um amplo processo de transformações da sociedade brasileira, no qual novas discussões ganham espaço e expressões como “modernidade”, “civilização” e “progresso” se tornam mais frequentes no cotidiano do novo “cidadão republicano”. Compreender o contexto histórico em que o Brasil se encontrava, durante as últimas décadas do século XIX, se configura como um exercício desafiante, uma vez que esse período se caracteriza por uma efervescência de ideias e mudanças nas configurações da sociedade brasileira que ocorriam em um ritmo acelerado. Essas transformações, em sua maioria, foram inspiradas pelas capitais europeias que serviram de referência para o mundo nas questões de modernidade, progresso e civilização, como Londres e Paris.

Devido a uma tentativa de definir marcos periodizadores para acontecimentos históricos, essas reformas serão comumente atribuídas à ascensão do novo sistema político-administrativo que se instaura no país, a partir da Proclamação da República, em 1889. Esse evento ganhou tamanha visibilidade, que alguns autores, a exemplo de Mello (2008), chegam a considerar como um episódio da modernidade no Brasil, no qual representaria um rompimento com o passado e a ascensão de novas ideias que passariam a ser amplamente difundidas no país, fomentando mudanças estruturais nas cidades e na esfera público-privada.

A perspectiva de Mello (2008), sobre esse episódio da história brasileira, é bastante significativa, visto que permite observar que a própria compreensão da modernidade parece estar aliada a uma ideia de profunda ruptura com as ideias e atividades de um passado que não se apresenta distante. Para o sociólogo Anthony Giddens (1991), a modernidade viabiliza, de fato, uma ruptura com os valores em vigência de uma antiga ordem social, estabelecendo modificações profundas tanto em sua extensionalidade, estabelecendo novas formas de

interconexão global, como na intencionalidade, alterando características íntimas e pessoais que estavam presentes no cotidiano das pessoas.

Ainda de acordo com esse último autor, há algumas características que evidenciam a descontinuidade entre as instituições sociais modernas e as ordens tradicionais. Entre elas, se destacam: 1) Ritmo de mudança que traz para as civilizações uma dinâmica de transformações rápidas jamais dimensionadas em sistemas pré-modernos; 2) Escopo da mudança gerada pela interconexão de distintas áreas do globo, repercutindo em ondas de metamorfose social por toda a parte; 3) Natureza intrínseca das instituições modernas, uma vez que algumas entidades simplesmente vão ter início com o estabelecimento da ordem moderna ou irão apresentar continuidades muito distintas das ordens pré-existentes. Para exemplificar essa perspectiva, Giddens (1991, p. 12) reflete sobre as cidades modernas.

Ainda segundo esse autor, mesmo os assentamentos urbanos existentes, desde os tempos tradicionais, com a ascensão da modernidade, irão ganhar outros ares, pois o urbanismo moderno é norteado a partir de princípios diferentes dos períodos anteriores. Mesmo constatando essas descontinuidades, a perspectiva de Giddens (1991) não defende uma concepção evolucionista ou até mesmo um contraste de ambas as ordens existentes. Para ele, esse processo é complexo, podendo se configurar com grandes períodos de transição, apresentando continuidades e fluidez entre os aspectos tradicionais e modernos. Assim, há uma dificuldade em delimitá-los, especificamente, partindo de uma lógica de exclusão, na qual uma série de convicções precisa acabar para que a outra comece. Essa percepção estará evidente no próprio processo de modernidade do Brasil, especialmente se observarmos numa perspectiva macrossocial, na qual os reflexos modernos vão chegando aos poucos nos territórios mais distantes do centro político administrativo do Rio de Janeiro.

Para discutir sobre a ascensão de normas relacionadas à nova ordem, é preciso refletir sobre as “rupturas”, ou melhor dizendo, as tentativas de romper com a antiga ordem. No caso do Brasil, houve um esforço para silenciar o passado imperial. De certa forma, esse processo começou nas décadas finais do regime, no qual uma parcela da população, especialmente os intelectuais, demonstrava um descontentamento com o Império brasileiro, associando a administração política ao atraso do país. Assim, em meados do século XIX, já surgiam as primeiras inquietações, afirmando que o Brasil era “anacrônico ao seu tempo”, se comparado a outras nações. Octavio Ianni (1990) irá detalhar algumas dessas reflexões, partindo dos escritos de alguns intelectuais:

Essa é uma parte importante da história que se revela nos escritos e nas atuações de Tavares Bastos, Sílvio Romero, José Veríssimo, Joaquim Nabuco, Machado de Assis, Raul Pompeia e outros. Dedicaram-se a refletir sobre o que era o século XIX brasileiro; e como ele estava deslocado, atrasado, quando visto em contraponto com os países capitalistas mais desenvolvidos e a partir das potencialidades das forças sociais regionais e nacionais. Aproveitam-se dos ensinamentos liberais, positivistas, evolucionistas, darwinistas e outros, para estudar e explicar o que era e como poderia transformar-se a sociedade, a economia, a população, a cultura, o estado, a nação (IANNI, 1990, p. 21).

Essas discussões foram aprofundadas, especificamente na década de 1880, quando as concepções sobre o Império e a República viram quase que antônimos para uma parcela da elite brasileira. De acordo com Mello (2008), esse será um período em que a propaganda monárquica ganha maior esvaziamento, passando a ser confrontada pela sua inércia e estabilidade. Nessa época, começam a surgir comparações com os territórios compreendidos como a Argentina e Chile que já se encontravam com uma “estabilidade institucional” ao aderirem ao regime republicano, oferecendo maior progresso material, assim como maior adesão às ideias modernas e à população educada. Todos esses aspectos irão repercutir na associação da monarquia a um regime sem projetos para o futuro do país, dificultando a entrada do Brasil no “ritmo da história”. Assim, vão começar a relacioná-la a:

[...] termos tais como: tirania, soberania de um, chefe hereditário, sagrado e inimputável, privilégio, súditos, apatia, atraso, centralização, teologia. Em contraposição, à república são associadas as idéias de liberdade, soberania popular, chefe eleito e responsável, talento ou mérito, cidadania, energia, progresso, federalismo, ciência. Enfim, de um lado, o passado; de outro, o futuro (MELLO, 2008, p. 16).

Esse confronto de ideias vai se fazer presentes não apenas até o estabelecimento do novo regime político, como nos primeiros anos após sua proclamação. Mesmo compreendendo a história como um processo e que “as mudanças demandam tempo para serem efetivadas, assim como para que suas propostas sejam elaboradas” (PINTO, 2013, p. 32), levando a refletir que os valores consolidados no período republicano foram tecidos em tempos anteriores, assim como essas discussões estavam centralizadas em uma elite quase sempre ambientada no centro político-administrativo, é importante ressaltar esse confronto de perspectivas que estavam em evidência durante esse período. O discurso que, em muitas vezes, colocava em dualidade Império x República, associando o primeiro a atraso, anacronismo, enquanto o segundo reflete as ideias de ruptura com esse passado, buscando reformas que conduzia o país a modernidade e civilização, é muito respeitável a minha pesquisa, pois, será a partir dele que serão criadas e

fundamentadas as novas representações sociais que irão retratar o país. Nesse processo, os atores não irão necessariamente reproduzir aspectos da realidade objetiva, mas sim, reconstruí-la a partir das necessidades de lidar com o mundo ao redor. Assim, as representações irão desempenhar o seu papel de contribuir para a manutenção social, construindo uma realidade consensual entre os indivíduos (JODELET, 2001).

Destaco que essa será a compreensão sobre esse período de transição de séculos que trarei nesta investigação, fundamentando o contexto histórico em que o *Correio do S. Francisco* estava inserido. Ressalto ainda que não há a intenção de condensar os eventos referentes à passagem do século XIX para o século XX, justificando de forma simplista e refinada os acontecimentos desse intervalo. Primeiro, pela complexidade das transformações sociais, políticas e econômicas desse período que não seriam contempladas em apenas um capítulo. Segundo, por compreender que a operação historiográfica não se resume a uma sucessão de datas, personagens singulares ou grandes feitos eternizados ao longo do tempo, mas sim, um longo e complexo processo no qual envolvem relações socioculturais, particularismos, anonimatos, falas e não ditos (BARBOSA, 2004). Diante disso, tenho a intenção de realizar um recorte de discussões e acontecimentos que permeavam a sociedade brasileira que vão refletir na fomentação de representações sociais de educação, tanto na perspectiva macrossocial, como na microssocial, interesse central deste estudo.

2.1. A CIDADE NO CENTRO DAS TRANSFORMAÇÕES MODERNAS

O discurso republicano irá abrigar diversas representações e signos que estarão associados à ideia de modernização do país, como retrata Mello (2008, p. 17), ao afirmar que “República foi o nome brasileiro para modernidade”. Nessa onda de transformações, ficarão em evidência desde aspectos mais perceptíveis, responsáveis pelas mudanças na paisagem urbana e a forma com que as pessoas se comunicavam - como o telégrafo, a urbanização, disseminação de meios de transporte e comunicação -, assim como questões mais sutis, a exemplo do empenho na formação do indivíduo enquanto cidadão, a disseminação de um sentimento patriota, a crença na ciência para a solução das questões sociais. Essas ideias vão se apresentar na esfera pública, porém não se configuraram como genuinamente brasileiras. Havia uma inspiração das capitais europeias, em especial, Paris, que, nas décadas anteriores, tinha passado por uma série de mudanças estruturais, se “tornando modelo de metrópole moderna imitado em todo o mundo” (BENCHIMOL, 1992, p. 192).

Essa movimentação de ideias em torno da modernidade reforçava a percepção de que, para o Brasil, entrar no processo de “marcha civilizatória”, era necessário se aproximar das metrópoles modernas. Através desse processo, o país, finalmente, iria acompanhar o progresso, demonstrando uma imagem de credibilidade e prosperidade para o resto do mundo. Assim, desenvolvia-se um

(...) projeto de nação intencionado pelos republicanos brasileiros, alicerçado no desejo de alcançar o status da Modernidade, cujas referências seriam a Europa, mas também os Estados Unidos, que despontavam no cenário internacional, associa-se o discurso fundador de que seria necessário operar transformações intensivas em todos os setores da sociedade. Conceitos como progresso, civilização, entre outros, foram intimamente associados à noção de que ao Brasil, para adentrar os espaços teórico-práticos republicanos, seria necessário proceder a mudanças em vários aspectos: políticos, ideológicos e culturais (PINTO, 2013, p. 39).

Esses ideais não serão absorvidos em sua totalidade, pelo menos se comparados aos países europeus. Grahan (1973 *apud* IANNI, 1990) detalha que existia certo ecletismo de ideais que, ao mesmo tempo, apresentavam convergências e desencontros em relação à sociedade brasileira, uma vez que essa não se ajustava fácil aos conceitos elaborados nos países europeus. Para a construção do pensamento capaz de pensar a realidade nacional, foi necessário um demorado processo, no qual os partidários da modernização buscaram uma ideologia que explicassem a natureza de seu ambiente social e institucional. Dessa forma, esse autor considera um equívoco associar essas figuras a um papel de intelectuais alienados, reproduzindo as ideias que colheram na Europa por pura proveniência. É necessário assumir que existiu certa seletividade em buscar pontos de sustentação para amparar seus interesses e promover os efeitos desejados nesse processo.

Sevcenko (1999) compreende que esse processo não diz respeito a uma tentativa de imitação, mas um esforço de encontrar uma “fórmula de adaptação” que funcionasse para a realidade social. Nesse panorama, serão justamente as nações modernas que irão servir como inspiração de um modelo a ser seguido. Para observar o grau, a natureza e sentido das transformações, era preciso, primeiramente, voltar para os espaços das relações inter societárias. Durante esse período estudado, ele irá ressaltar que, em diversas partes do globo, vão surgir vigorosas mudanças, nomeadamente, em sua relação com a cidade e economia. Curi e Saes (2014) são mais específicos e apontam que esse foi o momento no qual o processo de modernização teve um desencadeamento histórico, se estendendo para demais nações.

No caso do Brasil, cabe acrescentar também as constantes influências que o país recebia das nações europeias. De acordo com Curi e Saes (2014), desde a década de 1870, houve uma expansão do capital estrangeiro que impulsionou o mercado nacional. Esses investimentos iriam se estender até o século XX, trazendo uma nova dinâmica para a economia brasileira:

[...] o país vinha desfrutando de nova integração com o mercado internacional, com crescentes exportações de café que, ao mesmo tempo, permitiam que tanto o capital internacional como os transbordamentos do comércio cafeeiro criassem uma nova gama de negócios e infraestrutura, como bancos, ferrovias e empresas de serviços públicos (CURI e SAES, 2014, p. 320).

Essa inferência do capital estrangeiro será fundamental para as modificações do espaço urbano e da mentalidade dos novos cidadãos. A economia cafeeira já trazia grande visibilidade para o Brasil, todavia as cidades brasileiras tinham dificuldade em acompanhar a onda de progresso que o café trazia. O'Donnell (2007) irá justificar essa ocorrência ao processo de surgimento das cidades no território brasileiro, ainda no período colonial que, na época, era uma extensão urbana das grandes propriedades dos grandes proprietários rurais. Com o passar do tempo, as cidades continuaram a se desenvolver baseada em uma lógica de trânsito de escravos, vendedores ambulantes e “vagabundos”, reservando as práticas de sociabilidade ao universo doméstico e familiar.

Ao descrever o Rio de Janeiro, a antiga capital federativa e principal cidade do país, antes das reformas urbanas, Sevcenko (199) destaca que a imagem associada à metrópole era de insalubridade e insegurança:

O antigo cais não permitia que atracassem os navios de maior calado que predominavam então, obrigando a um sistema lento e dispendioso de transbordo. As ruelas estreitas, recurvas e em declive, típicas de uma cidade colonial, dificultavam a conexão entre o terminal portuário, os troncos ferroviários e a rede de armazéns e estabelecimentos do comércio de atacado e varejo da cidade. As áreas pantanosas faziam da febre tifoide, impaludismo, varíola e febre amarela, endemias inextirpáveis. E o que era mais terrível: o medo das doenças, somado às suspeitas para com uma comunidade de mestiços em constante turbulência política, intimidavam os europeus, que se mostravam então parcimoniosos e precavidos com seus capitais, braços e técnicas no momento em que era mais ávida a expectativa por eles (SEVCENKO, 1999, p. 28).

Esse panorama começa a mudar na segunda metade do século XIX, especialmente após o fim da escravidão, com as ondas de imigração e a melhoria dos transportes, contribuindo para o crescimento das cidades. Esse novo cenário, de acordo com O'Donnell (2007, p. 36), irá alterar

o panorama social, fomentando “um país cada vez mais diversificado em termos de classe, profissões e espaços de sociabilidade”. Essa conjuntura ficará ainda mais em evidência, sob as ideias de “Ordem e Progresso”, quando a urbanidade emergia não apenas como um espaço, mas uma causa ligada às premissas republicanas, que deveria ser estimulada.

Nesse contexto, a nova filosofia financeira demandava uma remodelação da cidade e hábitos. Para isso, era preciso deixar para trás o anacronismo das antigas estruturas urbanas, tornando o Rio de Janeiro um centro cosmopolita e vitrine da nação. Sevcenko (1999, p. 93) irá ressaltar que “a história da Primeira República foi indissociável da história da cidade do Rio de Janeiro”, uma vez que a urbe foi o palco do processo de mudança do país, centralizando os principais acontecimentos do cenário social, político, econômico e cultural. A capital também terá como característica mais marcante o seu papel de formadora de opinião, sendo a principal representante do país no cenário internacional, assim como seu papel nacional como exemplo de modelo a ser seguido pelas outras cidades brasileiras (BARBOSA, 2010). Assim, uma série de reformas irão se consolidar na cidade do Rio de Janeiro, com o objetivo de transformá-la em uma capital moderna.

Esse projeto modernizador estaria centrado, principalmente, em modificar os aspectos urbanísticos e sociais. Para Benchimol (1992), a primeira questão se tornaria mais evidente, por provocar mudanças na malha urbana da cidade. Havia um interesse em facilitar a comunicação e circulação entre os diversos bairros da urbe, prevendo a abertura de grandes avenidas, como a Beira Mar, Mem de Sá, Salvador de Sá, etc. Também haviam outras preocupações, como a canalização de rios, a arborização de praças e ruas, a criação de praças e mercados públicos, a modernização do porto, etc. Benchimol (1992) evidencia o plano de melhoramento da Prefeitura do Distrito Federal, enfatizando os seus objetivos:

Dar mais franqueza ao tráfego crescente das ruas da cidade, iniciar a substituição as nossas mais ignóbeis vielas por largas ruas arborizadas, promover melhores condições estéticas e higiênicas para as construções urbanas, proporcionar aos grandes coletores das canalizações subterrâneas mais facilidade de colocação e visita, encurtar as distâncias a percorrer na cidade, substituir os infectos rios da parte baixa dos arrabaldes por galerias estanques, sanear, embelezar, melhorar enfim a nossa maltratada capital: eis os intuitos da Prefeitura elaborando o seu plano de melhoramentos (BENCHIMOL, 1992, p. 235).

Esse projeto foi colocado em prática, ficando conhecido como “bota abaixo”, cujo marco principal seria a profunda reforma urbana pela qual o Rio de Janeiro seria submetido. Nesse período, as estreitas ruelas, casarões coloniais e imperiais foram derrubados, dando

espaço às novas avenidas amplas, praças e jardins que configurariam uma nova estética na cidade (SEVCENKO, 1999). Esse compasso frenético de modificações irá dar uma nova percepção ao meio urbano, se aproximando dos conceitos de modernidade e sociabilidade que, até então, nunca tinha sido colocado em prática de forma tão vertiginosa. Essa atenção voltada aos centros urbanos não é despreziosa. De acordo com Guerrero (2003, p. 41), a ascensão da modernidade está diretamente ligada ao crescimento das cidades. Serão nesses espaços que “se chocam e se misturam o realismo brutal da cidade moderna e a fantasia excitada pelas oportunidades infindáveis do mundo moderno”.

Em linhas gerais, essas reformas deixavam mais evidentes as tentativas de alinhar o Rio de Janeiro a uma cidade que emanava progresso, tornando-a uma “vitrine do novo regime”. No entanto, o projeto de modernidade não estaria totalmente contemplado apenas pelas modificações urbanísticas. “Para que a capital fosse completamente ‘moderna’, seus habitantes deveriam ser ‘civilizados’”, como pontua Porcel (2007, p. 22). Diversos decretos foram colocados em vigor, visando à modificação de hábitos das camadas populares, ao elencar diversas proibições que afetavam a vivência em sociedade, como o fim da mendicância pública, ambulantes que vendiam bilhetes de loteria, soltar pipas e balões, a ordenha de vacas leiteira, etc. Ao infringirem essas medidas, a população era penalizada, seja através de multas ou, no caso de não possuírem condições financeiras para tal, por meio da prisão.

Também tiveram algumas modificações que podem ser consideradas mais sutis, uma vez que não eram necessariamente reconhecidas por leis, mas que sinalizavam uma mudança de comportamento da esfera pública. Sevcenko (1999) descreve que houve uma condenação de comportamentos que poderiam se classificar como “desviados” dos novos parâmetros. A boemia e a serenata, por exemplo, foram associados à vadiagem e “empurrados” para a periferia após as modificações da área central da cidade. Esse período também se caracterizou por uma grande perseguição de manifestações populares, como a festa de Judas, o Bumba-meu-boi, além do combate a algumas formas de religiosidade popular, a exemplo dos líderes messiânicos, curandeiros, assim como das religiões afro-brasileiras, como o candomblé e a umbanda.

Em paralelo a isso, outros hábitos passaram a ser bem vistos na esfera pública. Como diria Sevcenko (1999), houve um processo de “aburguesamento” da sociedade carioca, que se inspiravam nas novidades e últimas modas advindas das capitais europeias:

O importante, na área central da cidade, era estar em dia com os menores detalhes do cotidiano do Velho Mundo. E os navios europeus, principalmente franceses, não traziam apenas os figurinos, o mobiliário e as roupas, mas também as notícias sobre as peças e livros mais em voga, as escolas filosóficas

predominantes, o comportamento, o lazer, as estéticas e até as doenças, tudo enfim que fosse consumível por uma sociedade altamente urbanizada e sedenta de modelos de prestígio (SEVCENKO, 1999, p. 19).

Todas essas transformações, ocorridas tanto na malha urbana, como na esfera pública e privada da cidade do Rio de Janeiro, vão ser atribuídas ao fenômeno da “regeneração”, termo usado de forma recorrente pelos cronistas que relatavam os acontecimentos da época. Ainda de acordo com Sevcenko (1999, p. 31), quatro princípios fundamentais nortearam o curso dessas modificações: condenação de hábitos e costumes ligados à antiga ordem tradicional; a negação de qualquer elemento cultural que iam contra a imagem de civilização; expulsão dos grupos populares da área central e, por último, um cosmopolitismo que se assemelhasse a vida parisiense.

De fato, esse processo de modernização se apresentou com diversas singularidades no território brasileiro, especialmente no caso carioca. Nesse período, a cidade se encontrava em uma situação excepcional, no qual era intermediária entre a economia cafeeira e o centro político do país, sendo referência para o território nacional e algumas nações internacionais. A materialização do conjunto de ideias ligadas a modernização da esfera pública, desse modo, reverbera não apenas como um aparato ideológico para a implantação do regime republicano, mas como um projeto de formação da identidade de toda uma nação.

Assim, a “cidade-capital”, mais que uma consequência histórica natural, era uma representação ideológica de poder que fazia do centro administrativo do país uma alegoria do que se pretendia como identidade nacional. No momento de re-definição política e identitária que se caracteriza a proclamação da República essa “capitalidade” se fazia sentir mais fortemente, servindo como instrumento de legitimação do “discurso novo”. Encarnado na reconstrução física do Rio de Janeiro, esse movimento incorporava o desafio de cristalizar, diante do país e do mundo, o novo regime e, com ele, a ideologia do moderno como mote civilizatório. Ser moderno era a imposição que o Rio de Janeiro fazia ao país e que, sob o despotismo da legitimidade encenada sob a forma de capitalidade [...] (O'DONNELL, 2007, p. 39).

Esses aspectos refletem como as filosofias externas em paralelo com a realidade nacional inferiram no processo de modernização do Brasil, tornando esse período complexo. Curi e Saes (2014) refletem que a organização da “modernidade” no país teve um caráter baseado, sobretudo, na superação das estruturas atrasadas que ainda se faziam presentes no território. No entanto, apesar de estar fortemente presente na esfera pública, a ideologia moderna não cumpriu o papel que lhe era atribuído, como a “salvação” dos desafios que as sociedades periféricas apresentavam. Dessa forma, além de não ter sido implementada de forma

fiel ao modelo importado do Velho Mundo, esse projeto também iria evidenciar as contradições econômicas e sociais referentes à realidade brasileira, especialmente, por colocar em destaque as diferenças de classes e raça.

Essa volatilização de antigos e novos valores associado aos novos padrões de pensamento vão atingir, de fato, todos os setores da sociedade e cultura (SEVCENKO, 1999), porém, de formas distintas. Enquanto a burguesia carioca irá usufruir de algumas estruturas tecnológicas e seus impactos no ambiente citadino, as classes mais populares vão ter a própria vida invisibilizada, estando à parte de usufruir os novos prazeres, lugares e sociabilidade que a nova cidade tem a oferecer. O'Donnell (2007) deixa esse aspecto em evidência ao relatar que as modificações ocorridas na sociedade brasileira partiam dos anseios de uma parcela reduzida da população que estava habituada aos modos europeus.

Formavam-se, então, dois Rios no plano civilizatório idealizado pelo Estado: um dos empregados informais que abarrotavam as moradias populares, cada vez mais excluídos da região central, e outro dos sobrados, dos bacharéis, que faziam do centro sua cidade. Aos últimos a República respondia, satisfeita, com fórmulas políticas de inspiração americana e formas estéticas de sabor europeu (O'DONNELL, 2007, p. 44).

Em meio a essas contradições, continuidades e descontinuidades que se mostravam em efervescência, durante os primeiros anos da república brasileira, irão surgir diversas manifestações e aliados para que os novos valores, costumes e comportamentos fossem disseminados amplamente, inclusive, entre as camadas mais populares da população e nas regiões mais distantes do país. Será nesse contexto de disseminação das representações do novo regime político que a educação e a imprensa irão ganhar papel de destaque.

2.2. A EDUCAÇÃO COMO FORÇA MOTRIZ DO PROGRESSO

Com a ascensão da República, as discussões voltadas para incutir uma identidade pautada na unidade de representações e símbolos da nação brasileira ficaram em latência. As reformas na malha urbana aliadas aos decretos municipais que davam ares modernos à sociedade tiveram um efeito mais visível e imediato, no entanto, na intersubjetividade dos habitantes, os signos republicanos ainda demorariam para estarem familiarizados na

consciência popular. Ao brasileiro, caberia a aprender a ser cidadão, como salienta O'Donnell (2007). Assim, na tentativa de consolidar esses valores, a Educação vai ser vista e pensada como força motriz para o progresso pelo qual a elite brasileira ansiava ao país, infundindo “não apenas os ideais de civismo, mas também conformaria o perfil de cidadão republicano” (RESENDE, 2009, p. 132).

Nessa premissa, Rocha (2004) analisa que a questão educacional, desse período, surge de uma reflexão política, uma vez que reflete sobre a fragilidade dos processos decisórios dependendo de uma população que não tinha instrução. Essa indagação aliada às preocupações de formação da nacionalidade, destacada no parágrafo anterior, resultou em formulações de ideias e práticas que poderiam abrir caminhos para solucionar tal problemática. Será nesse processo que esse autor ressalta uma matriz comum de pensamento, no qual dois desafios se apresentavam à sociedade no momento: a incorporação do povo à nação e a insuficiência do povo para o exercício da cidadania. Em relação à primeira questão, por mais que o Brasil estivesse vivenciando um período de reformas materiais e incentivo na adequação do comportamento da sociedade, boa parte dessas novas “brasilidades”, como afirma O'Donnell (2007), ganhavam maior visibilidade no exterior do que no próprio país. Assim, era necessário incentivar a incorporação desses “novos cidadãos” a sua nação. Já o segundo princípio revela os desafios para alcançar o feito de integrar esses homens e mulheres.

Ao declarar a insuficiência do povo para o exercício da cidadania, Rocha (2004) recorda da recém reforma eleitoral de 1881, estabelecida pela Lei 3.029, que modificou os requisitos dos eleitores no país. Se antes era necessário apenas a comprovação de renda, de acordo com a Constituição de 1824, na nova legislatura, foram endurecidos os mecanismos de comprovação de renda, além da cobrança de saber ler e escrever, necessitando demonstrar, em alguns casos, a obtenção de diplomas científico ou literário. Com a exclusão dos analfabetos, apenas 0,8% da população livre era considerada apta para votar.

Diante disso, houve uma abertura para se pensar sobre a disseminação da Educação, muito mais pela perspectiva de “civilizar” os habitantes para que pudessem exercer uma cidadania em uma nação que buscava o progresso, do que para solucionar qualquer desigualdade social existente. Nesse sentido, Zanlorenzi e Nascimento (2013) irão contribuir com uma perspectiva que analisa a inferência do capitalismo nesse processo. De acordo com esses dois autores, sob a vigência desse sistema econômico, a educação seria vista como um dos aparelhos para transmitir valores que atendiam a determinada ordem, induzindo um processo de interiorização e aceitação. Dessa forma, a educação republicana será pensada e organiza a partir do seu “papel de preparar o homem para a sociedade capitalista de maneira a

torná-lo produtivo, consciente de seus deveres e da aceitação de sua condição de cidadão, com direito ao voto, desde que fosse alfabetizado” (ZANLORENZI e NASCIMENTO, 2013, p. 14).

Será, nesse contexto, que empreendimentos e reformas educacionais serão colocados em prática, buscando alterar o sistema vigente e expandir a educação para a população. Esse movimento foi acompanhado com a crença de que ao difundir a educação para um maior número de pessoas, seria possível “mudar suas práticas e mentalidade, construir valores civis e republicanos e assegurar a sobrevivência em um mundo cada vez mais letrado” (ROSSI, 2017, p. 63). Esse “entusiasmo” pela educação foi acompanhado por um numeroso grupo de intelectuais, políticos e artistas que acreditavam na prosperidade do país através do ensino.

Nagle (1976) sintetiza esse pensamento, ao descrever esse entusiasmo característico dos primeiros anos republicanos:

[...] de um lado, existe a crença de que, pela multiplicação das instituições escolares, da disseminação da educação escolar, será possível incorporar grandes camadas da população na senda do progresso nacional, e colocar o Brasil no caminho das grandes nações do mundo; de outro lado, existe a crença de que determinadas formulações para a verdadeira formação do homem brasileiro (NAGLE, 1976, p. 99-100).

Durante os primeiros anos de República, a Educação ganhou um espaço no governo através da criação da Secretaria de Estado de Negócios da Instrução Pública, Correios e Telegraphos, deixada aos cuidados do Marechal Benjamin Constant. A atuação de Constant promoveu reformas no ensino primário e secundário do Distrito Federal, assim como na educação superior, artística e técnica do território brasileiro, seguindo os princípios da liberdade, laicidade e a crença na ciência como fundamento do currículo escolar e do ensino (GONDRA, 1997). Segundo Rossi (2017),

[...] a possibilidade de atender às necessidades de um mundo cada vez mais letrado; o estabelecimento de novas modalidades de aprendizagem escolar e social; os novos conteúdos, que a ajustavam às necessidades republicanas; sua forma de socialização, que se impunha às demais; e ainda a possibilidade de estruturação de um amplo projeto de controle e homogeneização cultural das elites. Reinventar a escola significava, dentre outras coisas, formar e disciplinar professores, alunos e familiares; adequar espaços e tempos e eliminar formas mais livres de ensino (p. 168).

Ainda durante a breve atuação de Constant, houve um incentivo a criação de instituições que fossem voltadas para prestigiar a ciência, como a Escola de Astronomia e Engenharia Geográfica e o Conselho de Instrução Superior da Capital Federal. Dentre eles, irá se destacar

o Museu Pedagógico Brasileiro, o *Pedagogium*, que foi inspirado em museus de países “modernos”, como Inglaterra, Canadá, Estados Unidos e França. A intenção dessa instituição era ter um espaço permanente, onde seriam discutidas as problemáticas acerca da educação ou, em melhores palavras:

Constituir-se centro impulsor das reformas e melhoramentos de que carece a instrução profissional, oferecendo aos professores públicos e particulares os meios de instrução profissional de que possam carecer, a exposição dos melhores métodos e do material de ensino mais aperfeiçoado (BRASIL, 1890).

Essa instituição também será a referência, enquanto órgão federativo, em promover, expor e divulgar questões voltadas para aspectos educacionais, desenvolvendo diversos mecanismos e instrumentos para a divulgação dos princípios e valores educativos do novo regime. Será a partir da atuação do *Pedagogium*, por exemplo, que surgirá a “Revista Pedagógica”, que ganhou as ruas brasileiras na data do primeiro aniversário da República Brasileira, em 15 de novembro de 1890. Segundo Gondra (1997), esse impresso tinha o intuito de difundir o discurso republicano, de forma gratuita, para os professores da rede pública e privada e, por meio de suas páginas, era possível assimilar certos padrões escolares e pedagógicos, assim como refletir sobre o ensino promovido. Através da leitura desses fascículos, também era possível ter acesso às experiências de outros países, nos quais a educação era fundamentada em métodos e práticas modernas. A “Revista Pedagógica” irá circular no exterior, visando dar visibilidade às práticas realizadas no Brasil, que buscava assimilar suas ideias a essas nações.

Também surgirão outras iniciativas, como a “Revista de Educação e Ensino” (1891), “A Eschola Publica” (1897) e “A Escola” (1906). Esses impressos pedagógicos terão finalidade semelhante à “Revista Pedagógica”, buscando consolidar métodos e concepções pedagógicas, visando à formação docente. Zanlorenzi e Nascimento (2013) também destacam seu papel fundamental em formar opiniões, influenciando, especialmente, a parcela da população – mestres e educadores - que iriam formar os futuros cidadãos da nação.

Nesse cenário, no qual reformas eram colocadas em prática, instituições e instrumentos eram criados para planejar e difundir as questões educacionais do período, ficam evidentes alguns traços de como a Educação teria se tornado uma discussão relevante no discurso republicano. É claro que, nesse contexto, alguns discursos não irão se fazer palpáveis, de fato, restando se fazerem presentes apenas no ideal republicano. O trabalho de Constant, por

exemplo, era criticado por sua prioridade em desenvolver métodos e conteúdos em detrimento da expansão da escolaridade pelo território brasileiro. Apesar de considerar a educação a “redenção moral da sociedade”, o Marechal concentrou a atuação de suas ações na capital federativa do Brasil, beneficiando, especialmente, a elite que ali se encontrava. Delaneze (2007) ressalta que o governo se eximiu em auxiliar os demais estados brasileiros para colocar em prática uma escola gratuita, laica e científica. Também não desenvolveu uma política de educação específica para o acesso das classes populares ao ensino. Assim, ainda que houvesse uma preocupação com a escolarização e com sua extensão, a democratização efetiva do ensino ainda se mostrava como uma “realidade aumentada”.

Em meio a essas contradições entre idealização e prática, esse discurso ainda irá se fazer presente em outros meios e veículos que, mesmo não tendo um intuito exclusivamente pedagógico, irão contribuir para a divulgação de estratégias educativas. Nesse caso, a imprensa periódica ganha um destaque importante.

2.3. A IMPRENSA PERIÓDICA NA MEDIAÇÃO DAS IDEIAS MODERNAS

A disseminação dos valores educativos para a formação do novo “cidadão republicano” não ficaria limitada ao espaço das instituições escolares. Para que as ideias-chave ganhassem amplo reconhecimento, era necessário outros aliados para amplificar os discursos dos grupos dominantes. Nesse processo, diversos meios e dispositivos foram utilizados para propagar as ideias e condutas que estavam em discussão no centro político-administrativo para todo o Brasil. Entre eles, a imprensa periódica irá se sobressair, especialmente, pela sua capacidade de socialização de ideias que passaria a ser intrínseca ao aparato moderno, uma vez que “uma sociedade moderna e de valores unificados dependia de um mecanismo de circulação da ‘opinião pública’” (O'DONNELL, 2007, p. 63).

Essa última autora ainda chama a atenção para a função agregadora da imprensa e sua atuação durante esse período histórico. Os impressos traziam em suas páginas uma materialização da auto representação dos habitantes da cidade, garantindo espaços de sociabilidade que eram aprofundados em meio à fugacidade dos breves encontros na capital. Será nesse contexto de circulação de ideias e auto representação que a opinião pública irá ganhar espaço, dialogando com as novas realidades propostas pelas modificações no espaço urbano e social da sociedade.

Assim, não é aleatoriamente que esse período será marcado por uma larga disseminação dos impressos pelo território brasileiro e as folhas periódicas "esparramam pelas mais importantes cidades do país", ampliando gradativamente seu público letrado. Para O'Donnell (2007), esse fenômeno estava estreitamente ligado ao desenvolvimento dos sistemas de transporte aliado à regularização dos serviços dos Correios, permitindo com que as edições dos periódicos chegassem regularmente aos destinos mais longínquos.

Paulatinamente, a leitura irá se tornar um hábito nas principais cidades:

Nas soleiras ou apoiados nos umbrais das portas, debaixo dos postes iluminados, nos bondes, nas praças, ruas e avenidas há, em múltiplas descrições, referência dos leitores. As leituras estão também nos cafés, nos espaços de trabalho, nas salas de visita das casas. Leituras diversas de uma sociedade já imersa no mundo da impressão (BARBOSA, 20210, p. 117-118).

Possivelmente, em decorrência desse fenômeno de expansão, os jornais passam a ser associados a instrumentos que têm uma comunicação efetiva, por conseguir chegar a um maior número de pessoas e ambientes, se comparada aos espaços de educação formal. Zanlorenzi e Nascimento (2013) ressaltam a coerência desse argumento ao apontarem as dificuldades que as instituições escolares apresentavam na época. De acordo com ambas, a sociedade brasileira estava diante de um cenário precário em relação à educação, no qual o processo de difusão da escolarização acontecia de forma lenta, especialmente, nas áreas mais distantes do centro político-administrativo. De forma semelhante, Periotto (2013) argumenta que uma vez que a educação não chegava às províncias como "atividade corriqueira e minuciosamente planejada", caberia à imprensa o papel de apresentar aos homens outros modos de viver, disseminar hábitos, além de novas formas de pensar e produzir bens materiais. Consequentemente, as folhas impressas seriam associadas a uma ação educativa por terem maior "liberdade" para transitar nos mais diversos públicos.

A ação educativa dos jornais não seria uma novidade decorrente das transformações sociais que o país vivia no *fin de seculé*. Em uma pesquisa sobre a imprensa, intelectuais e educação, durante o século XIX, Periotto (2013) irá discutir como as folhas impressas contribuem para o debate educacional da sociedade brasileira oitocentista. Essa autora defende que, após o fim da censura prévia, em 1821, houve uma disseminação de jornais pelo território brasileiro que estavam diretamente preocupados com as questões sociais da época:

[...] diversos impressos passaram a circular não só na corte como nas demais províncias, imbuídos da tarefa de divulgar os acontecimentos, circular ideias,

informar sobre as matérias úteis para a agricultura, defender interesses dos grupos políticos, mas, também, gerar a possibilidade de uma forma de educação que, se não encontrava respaldo na administração pública, instruisse aquela parte da população carente de (in) formação acerca das novidades do mundo desenvolvido (PERIOTTO, 2013, p. 43).

A fim de aprofundar essa perspectiva, essa autora analisou o jornal *Correio Braziliense* (1808-1822), de Hipólito da Costa e *O Carapuceiro* (1832-1845), de Miguel do Sacramento Lopes Gamas. De forma sucinta, ela aponta que a educação estará presente como um guia para a modernização social, edificando uma nação rica e civilizada. Enquanto no *Correio Braziliense*, ela será vista com maior expressão para estabelecer as condições político-intelectuais de um território que buscava a sua independência de Portugal, em *O Carapuceiro*, a educação estará mais evidente as condições morais estabelecidas diante do império da ordem. Ao fim, ambos os jornais, visavam contribuir para a construção de uma “sociedade progressista, politicamente aderida ao bem comum, favorável ao trabalho livre, apta ao desenvolvimento das ciências, refratária à anarquia social e moral, portanto, civilizada” (PERIOTTO, 2013, p. 53).

Apesar de ter como denominador comum o caráter educativo, é preciso salientar as diferenças entre os jornais apontados pela pesquisa de Periotto (2013), do início do século XIX, para os periódicos que vão circular no Brasil nas décadas finais desse período. A própria autora identifica que as folhas periódicas que analisou apresentavam diferenças em seus debates, atribuindo essa ocorrência ao intervalo de tempo que separavam ambos. De forma semelhante, é necessário refletir que as transformações sociais, políticas, econômicas e culturais abordadas anteriormente neste capítulo irão impactar no conteúdo e discurso dos jornais.

Durante o período analisado nesta investigação, as tentativas de ruptura com o passado colonial e imperial estarão mais perceptíveis, promovendo novas discussões voltadas para promover as condições adequadas para a instrução do povo brasileiro. Outra questão que também irá impactar diretamente a atuação dessas folhas periódicas são as novas relações desenvolvidas com o espaço urbano. É interessante observar como o fluxo comunicativo mediado pelos periódicos estará diretamente associado aos espaços públicos, onde um coletivo se reunia para debater amplamente as ideias escritas nas folhas impressas.

Na República, a cidade se tornará personagem na vida de seus habitantes (GUERRERO, 2003). Os jornais circulavam de mão em mão, eram lidos em voz alta nas ruas, avenidas, praças, bondes, cafés e bares que se tornavam os novos lugares de sociabilidade urbana onde a opinião pública circulava com tamanha proeminência que era “difícil de aquilatar” (CAMPOS, 2012). Eram nesses cenários de cultura impressa e oral que a disseminação de ideias ganhava força

legítima e eficaz, mesmo para o público que não desfrutava da leitura direta do material impresso, visto que a taxa de alfabetizados ainda era inócua (ZANLORENZI e NASCIMENTO, 2013).

Diante desse cenário, que se materializa a crença de que as folhas periódicas seriam “extraordinários veículos educativos da população brasileira”, como pontua Campos (2013, p. 50), a imprensa passa a deter o papel de mediadora de debates voltados para a divulgação de estratégias sociais, possibilitando o fomento de novos hábitos, valores e condutas morais que eram consideradas como adequadas àquele período, observando também sua intencionalidade de transmitir e trocar saberes. Essa capacidade será aproveitada durante os primeiros anos do novo regime político, no qual seria utilizada na construção e consolidação dos valores republicanos, especialmente no processo de “civilizar” a nova nação. Assim, eram atribuídos aos impressos não apenas a função educativa, como da própria “evolução” da sociedade:

A imprensa de circulação geral e especializada em educação ocupa posição de considerável importância para a conformação do ideário republicano, atuando como agente na difusão de elementos agregadores e legitimando um conjunto de práticas bem sucedidas, condenando outras não tão bem sucedidas ou divergentes do modelo que se almejava implantar. Seria ela também uma forma de colocar as ideias em circulação e de formar a opinião pública e, nesse sentido, veículo para divulgar iniciativas ligadas à implantação de um sistema de educação pública no país, entendido como essencial para a consolidação do regime que ora se propugnava (PINTO, 2013, p. 43).

Comumente, as pesquisas que retratam a atuação das folhas periódicas, desse período, centram sua atenção no papel da imprensa na formação da opinião pública e na circulação de ideias, destacado na citação anterior por Pinto (2013). Em paralelo a isso, é possível notar um crescimento de investigações que dão destaque à atuação dos indivíduos que estavam por trás da instituição imprensa. Seja com a nomenclatura de intelectuais, jornalistas ou homens de imprensa/homens letrados, essas figuras iriam ganhar evidência na esfera pública por tecer opiniões, abrindo caminhos para que os novos hábitos e costumes se tornassem familiares na vida do povo brasileiro. Seriam eles, os verdadeiros arautos da modernidade.

Em sua pesquisa, Sevcenko (1999) realça que esses intelectuais expediam energia contra os últimos focos dos “velhos hábitos coloniais”, voltando-se para o fluxo cultural da Europa como uma tábua de salvação da ignorância. Essas figuras condenavam o passado “fossilizado”, pregando as grandes ideias e reformas redentoras da sociedade brasileira: liberalismo, progresso, democracia, etc. Ao recapitular os tópicos que esses personagens defendiam, Sevcenko (1999) destaca

[...] a atualização da sociedade com o modo de vida promanado da Europa, a modernização das estruturas da nação, com a sua devida integração na grande unidade internacional e a elevação do nível cultural e material da população. Os caminhos para se alcançar esses horizontes seriam a aceleração da atividade nacional, a liberalização das iniciativas - soltas ao sabor da ação corretiva da concorrência - e a democratização, entendida como a ampliação da participação política. Como se vê, uma lição bem acatada de liberalismo progressista. Para completar, a assimilação das doutrinas típicas do materialismo cientificista então em voga, que os lançou praticamente a todos no campo do anticlericalismo militante (SEVCENKO, 1999, p. 79).

Ter a instrução de pautar distintos assuntos se tornava, por vezes, um desafio. Periotto (2013) revela que existia uma grande dificuldade em encontrar indivíduos aptos para assumirem o cargo de redatores. Essa autora descreve que, para assumir a função, eram necessários colaboradores que tivessem “significativo conhecimento das coisas do mundo, com capacidade de influenciar o público leitor e pressionar as estruturas sociais e de poder político” (PERIOTTO, 2013, p. 43). Por isso, existiam muitos estrangeiros à frente da direção dos jornais. Também é possível ressaltar a presença de diversos intelectuais que foram imortalizados pelos seus trabalhos literários, entre eles: Machado de Assis, Euclides da Cunha, Lima Barreto, Aluísio Azevedo e outros.

Escrever em um periódico era um imperativo social ao mesmo tempo em que possibilitava uma fonte de renda para os escritores. Nesse texto, a ideia de intelectuais estará intimamente ligada à imagem de jornalista, uma vez que essas figuras eram compreendidas como polígrafos que escreviam em diversos veículos, sobre uma diversidade de assuntos (CAMPOS, 2012). Nos jornais, esses indivíduos irão assumir a missão de porta-vozes. Eles estarão diretamente ligados aos interesses burgueses, que pautavam os bens materiais e os prazeres ligados ao novo estilo de vida “moderno”.

De acordo com Sevcenko (1999), os intelectuais eram vistos como “lumes”, que guiavam o país para um caminho seguro para um futuro moderno, levando-os a crer de sua utilidade insubstituível para a sociedade. Seus posicionamentos sobre as transformações da sociedade seriam tão relevantes, que havia uma forte crença de que suas intervenções poderiam acarretar em mudanças na opinião de leitores e governantes. O'Donnell (2007, p. 32) salienta que os acontecimentos da sociedade brasileira foram matérias de inúmeras obras de intelectuais que, com seus escritos, traziam uma representação mais clara e acessível: “seus textos atuavam como pontes entre realidades e temporalidades muitas vezes díspares, numa mediação entre práticas e ideias que revelam nu o palco suntuoso da ordem republicana”

Esse cenário abre caminhos para refletir sobre a participação da imprensa – e do coletivo de indivíduos que faziam parte dela – no processo de transformações políticas, econômicas, sociais e culturais que ocorriam no Brasil. Nesse processo, Campos (2012) afirma que o jornalismo teve um papel ímpar, sendo impossível dissociar sua participação nos acontecimentos da esfera pública. República, modernidade, progresso, urbanismo, nacionalismo, civilização seriam temáticas que não apenas ecoavam nas páginas dos impressos, como seriam realimentados ou criados pela instituição jornalística.

Diante disso, é possível refletir sobre a influência das folhas periódicas e homens de imprensa na viabilização de outros formatos e espaços de formação da sociedade brasileira, indo além dos espaços formais, normalmente atrelados às entidades educacionais. Nesta investigação, essa percepção será primordial, uma vez que as representações sobre educação vão estar presentes no *Correio do S. Francisco* sob diversas formas, refletindo a vivência dos indivíduos na esfera social, política, econômica, cultural, etc. Esses aspectos irão retumbar em discussões que se passaram nesse período entre séculos, nas quais ideias ligadas à modernidade estarão presentes, muitas vezes, concomitante a “usanças” da antiga ordem social.

Esse cenário complexo ganha evidência na medida em que os discursos modernizadores vão sendo assimilados em outros estados e cidades, paulatinamente. Esse processo irá ocorrer de formas mais lenta e em menor escala, se comparado ao Rio de Janeiro, visto que as condições políticas e econômicas de cada lugar ditará o ritmo de assimilação (PINTO, 2013). No caso de Juazeiro, por exemplo, será possível ver os reflexos dessas mudanças na esfera pública da cidade. As reformas urbanas, o desenvolvimento dos meios de transporte, a ampliação do ensino, a fundação de associações e, inclusive, a criação dos primeiros jornais, que estão intimamente ligadas aos acontecimentos de nível nacional.

3. O EMPÓRIO DO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO: REFLEXOS DA MODERNIDADE NA SOCIEDADE JUAZEIRENSE

Antes mesmo de se consagrar enquanto vila, Juazeiro já se mostrava como um importante ponto de localização, no fim do século XVII, que ligava o baixo e o médio São Francisco. Sua posição era estratégica por dois motivos: a presença do Rio São Francisco, que viabilizava a navegação através de suas águas, e as possibilidades de se transitar por estradas terrestres, facilitando as expedições dos exploradores pelo interior da Colônia (CHILCOTE, 1990; RIBEIRO, 2005). Esses fatores serão essenciais para denominar o lugar como “Passagem do Joazeiro”, que será lugar de encontro entre os homens do Sul com os grupos da Província do Norte⁷. Esse enfoque geográfico é necessário, uma vez que, de certa forma, essa localização privilegiada irá proporcionar, ao longo do tempo, o desenvolvimento de aspectos sociais, políticos, econômicos e administrativos que farão Juazeiro ser estimada enquanto um centro de referência, no sertão sanfranciscano.

Por ser um ponto de encontro de viajantes e caminho de diversas pessoas que necessitavam atravessar o país, a “Passagem do Joazeiro” irá contar com um intenso fluxo de pessoas. Esse aspecto foi fundamental para que a Província da Bahia se interessasse em desenvolver uma rede de transportes na qual Juazeiro poderia atuar enquanto intermediário entre a cidade de Salvador e demais regiões, através da confluência entre as linhas hidro e ferroviárias. Essas questões irão ganhar maior evidência, durante o século XIX, especialmente, após a elevação de Juazeiro a Vila, em 1834.

A ideia de interligar cidades e vilas para facilitar a comunicação e o transporte de pessoas e cargas não era uma questão exclusiva da Província da Bahia. Havia uma preocupação semelhante do governo imperial que desejava integrar os territórios brasileiros que, até então, se apresentavam distantes e isolados do centro administrativo do país. Esses debates irão refletir na discussão, ainda na primeira metade do século XIX, sobre a construção de ferrovias que iriam cruzar o país: a primeira, a Estrada de Ferro de D. Pedro II, que ligaria o Rio de Janeiro a Minas Gerais; e a segunda, seria conhecida como a Estrada de Ferro da Bahia ao São Francisco, partindo de Salvador em direção a Juazeiro. Segundo Fernandes (2006), a viabilidade econômica dessa última ferrovia causou grande alvoroço na política nacional, devido ao seu

⁷ Até o início do século XX, estava em vigor um regionalismo que demarcava o território brasileiro entre Província do Norte e Província do Sul. De acordo com Albuquerque Júnior. (2011), devido as grandes distâncias e déficit nos sistemas de transporte e comunicação, esses espaços eram quase que desconhecidos entre si. A partir da década de 1920, as discussões sobre a ideia de uma pátria se fortalecem, consolidando, assim, um novo regionalismo que agrupasse em torno de um espaço maior que os limites estabelecidos dos estados. Esses debates irão contribuir para uma consciência regional generalizada, formada por signos e símbolos que a representasse.

roteiro que passava por terras que eram consideradas as mais áridas da Bahia. No entanto, devido a influência de políticos e comerciantes da região, a proposta foi aprovada, em 21 de junho de 1852, na Assembleia Provincial da Bahia.

Diversos interesses estavam em jogo na construção da Estrada de Ferro da Bahia ao São Francisco. No aspecto econômico, se tinha a esperança de que a produção agropecuária fosse transportada com maior agilidade e rapidez, se tornando uma alternativa atraente às viagens que demoravam dias no lombo dos animais de carga. Também havia uma expectativa de induzir um desenvolvimento socioeconômico na região que, até então, se encontrava distante e excluída da capital da Província da Bahia. Fernandes (2006) sintetiza essas questões ao esclarecer que:

A cidade de Juazeiro, situada na margem direita do rio São Francisco, seria um porto estratégico para o escoamento da produção agropecuária, que deveria ser incrementada na região. O pressuposto era de que a ferrovia faria a articulação com a navegação, distribuindo, pelas povoações lindeiras ao rio e pelas terras cortadas pela estrada de ferro, as manufaturas provenientes da capital, propiciando o intercâmbio dos produtos locais e de outras regiões férteis, como a província de Minas, e ainda, transportaria o gado proveniente, principalmente do Piauí (FERNANDES, 2006, p. 89).

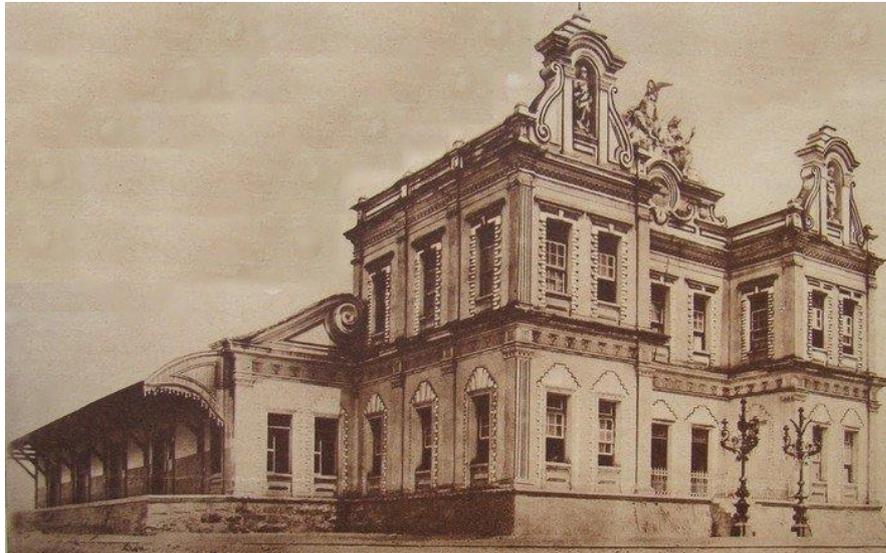
A obra ferroviária foi iniciada ainda na década de 1850, pela empresa inglesa *Bahia and San Francisco Railway*, que fez o trajeto de Salvador a Alagoinhas. Com o fim do contrato e a decisão de não renová-lo, a construção da ferrovia ficou parada por 13 anos. Em uma tentativa de dar continuidade ao projeto original, para finalizar o trecho restante de 452 km, que ia de Alagoinhas a Juazeiro, foi necessária, novamente, a intervenção política. Dessa vez, a construção da Estrada de Ferro da Bahia ao São Francisco ficaria nas mãos de engenheiros brasileiros que iriam realizar o prolongamento com menor custo e evitando os erros cometidos pela empresa inglesa (FERNANDES, 2006).

Ao todo, a construção dessa ferrovia durou quatro décadas, sendo iniciada no Império e finalizada na Primeira República, em 1896. A Estação de Juazeiro, que representava o ponto final da Estrada de Ferro da Bahia ao São Francisco, era considerada a mais imponente. Argollo e França (1908 *apud* FERNANDES, 2006) relatam que a frente do prédio era virada para o Rio São Francisco, composta por ladrilhos de mármore italiano. Já na parte inferior das escadas, ostentava-se dois candelabros com três braços, cada um com quatro luzes. A arquitetura seguiu uma linha clássica (Figuras 1 e 2), onde:

No primeiro pavimento o estylo é dorico, no segundo é jonico, encimado por molduras coríntias, no centro dos quais veem-se estatuas representando o

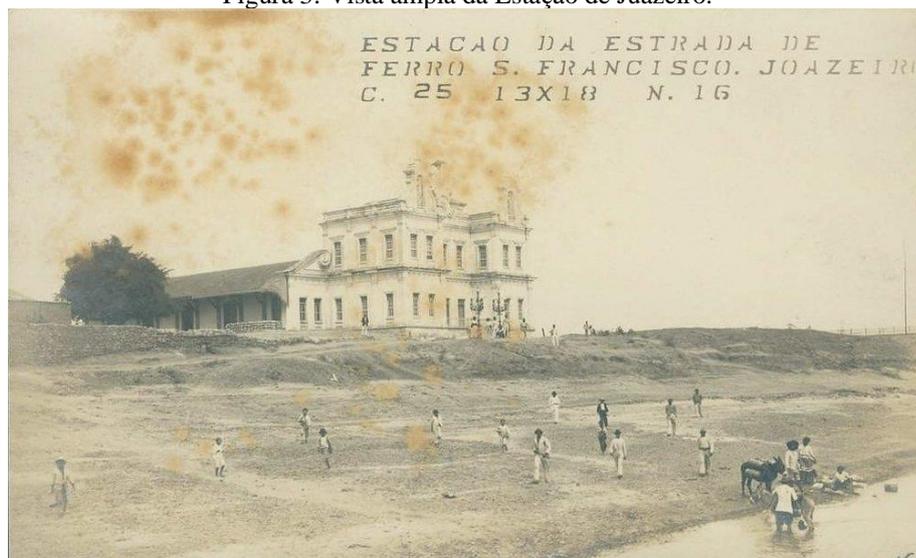
oceano e o rio São Francisco, ligadas pela alegoria do progresso - a estrada a de ferro; do lado direito fica a estatua de Mercurio, representando o commercio e do lado esquerdo a de Minerva, representando ao industria. (ARGOLLO; FRANÇA, 1908, *apud* FERNANDES, 2006, p. 100).

Figura 2: Estação de Juazeiro.



Fonte: Estações Ferroviárias no Brasil. Foto sem data ou identificação do autor.

Figura 3: Vista ampla da Estação de Juazeiro.



Fonte: Estações Ferroviárias no Brasil. Foto sem data ou identificação do autor.

Todos esses símbolos representavam, para a época, um ideal de futuro e progresso para a cidade de Juazeiro. Cunha (1978) atrela tamanha importância à referida obra, afirmando que a cidade de Juazeiro jamais teria alcançado a prosperidade sem a construção da Estrada de Ferro. Para esse autor, a malha ferroviária representava um fator de desenvolvimento da

população, permitindo a circulação de riquezas, o intercâmbio comercial, além de estabelecer uma melhor comunicação com a Capital da Província, a Cidade da Bahia e, portanto, com a própria Capital Federal, o Rio de Janeiro. Ainda de acordo com Cunha (1978), em decorrência disso, Juazeiro se tornaria um dos maiores entrepostos comerciais e referência de desenvolvimento social, facilitando diálogos entre a sociedade juazeirense e importantes centros socioculturais do país.

Em paralelo a construção da Estrada de Ferro, também começaram as primeiras experiências de navegabilidade do Rio São Francisco através dos vapores⁸ Saldanha Marinho e Presidente Dantas, realizadas na década de 1870. Essas experimentações não foram suficientes para ampliar os serviços de navegação para o público, no entanto, os interesses acerca do São Francisco continuaram acentuados. Em 1879, o Ministério dos Transportes e Agricultura organizou uma expedição sobre o melhoramento dos portos e as condições de navegação dos rios que desaguavam no litoral brasileiro, chefiados pelo engenheiro William Milnor Roberts. Após a “Comissão Hydraulica” terminar os estudos no porto de Santos, deu-se início a exploração do Rio São Francisco, considerado o mediterrâneo brasileiro. A expedição teve início em Alagoas, onde o rio encontrava-se com o mar, até sua nascente, em Minas Gerais (SAMPAIO, 1905).

O resultado dessa viagem teve diversos impactos na região, como a desobstrução das cachoeiras de Bôa Vista (PE) e Sobradinho (BA)⁹, além da concessão do Governo em permitir a exploração dos serviços de navegação a vapor no Rio São Francisco, em 1888. Três anos após, o Banco Viação do Brasil construiu, em Juazeiro, o “Marta Machado”, que daria início à navegação regular. Cunha (1978) observa, nesse último evento, o aumento do intercâmbio sociocultural entre as cidades ribeirinhas, de Juazeiro a Pirapora. Os vapores também vão passar a ser meio de transporte de muitas pessoas que partiam do Norte em direção aos grandes centros econômicos do país, em busca de conseguir melhores condições de vida.

Para além de viabilizar a navegação no Rio São Francisco, a expedição da “Comissão Hydraulica” ocasionaria ainda uma experiência de conhecimento e vivência nas cidades ribeirinhas que pareciam muito distantes do centro político-administrativo do Império. Durante o trajeto, um dos componentes da comissão, o engenheiro e geógrafo Theodoro Sampaio

⁸ De acordo com Cunha (1978), até então o Rio São Francisco tinha sido navegado apenas por barcos, canoas e ajoujos.

⁹ Na época, essas cachoeiras foram vistas como “obstáculos” que dificultavam a plena navegação pelo Rio São Francisco. Para a criação de condições mais favoráveis, o Governo Imperial emitiu uma ordem de desobstrução, a fim de canalizar as águas e aumentar o volume das águas.

(1905), escreveu um diário de viagem¹⁰ que trazia descrições valiosas sobre alguns povoados pelo qual passou. Entre eles, estava Juazeiro, que descreveu como o “Empório do Sertão do São Francisco”.

Em seu relato, Sampaio (1905) narra que Juazeiro se destacava dos outros povoados, emanando um aspecto de “côrte do sertão”. O gosto arquitetônico, o comércio agitado e a população ativa demonstravam princípio de progresso:

Tudo, com effeito, aqui concorre para tornar esta cidade um centro de activas transações. Situada na encrusilhada de duas grandes arterias de comunicação interior, isto é, a velha estrada histórica que da Bahia se encaminha para o Maranhã através do Piauhy, e a amplíissima estrada fluvial que desce de Minas e vae ao Oceano através da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, o Joazeiro, fundado pelos fins do século XVII, se tornou logo um centro preferido das transações commerciaes destas regiões, e cresceu e se constituiu o foco mais poderoso da civilisação e da riqueza desta parte do Brasil que se pode designar como a região media entre os rios S. Francisco e Tocantins (SAMPAIO, 1905, p. 36-37).

Durante seus quatro dias de estadia na cidade, esse engenheiro conseguiu descrever aspectos da sociedade juazeirense, ressaltando a atenção dos moradores e sua urbanidade. No primeiro dia, a comissão recebeu visitas e convites para ceias e jantares, além de outras demonstrações de “consideração e sympathia”. Sampaio (1905) também chamou atenção para os aspectos urbanos, que davam um aspecto favorável de progresso e riqueza, ressaltando as praças arborizadas e ruas extensas, o porto fluvial amplo e profundo, além das construções arquitetônicas, como a Igreja Matriz e o Teatro Santana. Apesar de sua natureza subjetiva, esses relatos são importantes para elucidar algumas questões que, provavelmente, não seriam trazidas em outros tipos de documentos. Mais do que reconstruir os acontecimentos ou deixá-los registrados, atendendo a uma ordem burocrática, essas memórias ajudam a entender as experiências passadas, uma vez que as lembranças não são reflexões intactas, fincadas no passado, permitindo a adição de ações e percepções posteriores (LOWENTHAL, 1990).

Sampaio (1905) apresenta, em seu texto, aquilo que mais lhe chamou atenção, ao desbravar, pela primeira vez, o Rio São Francisco e as cidades que se encontravam em suas margens, atribuindo a Juazeiro, como já mencionado anteriormente, denominações como “empório do São Francisco” e “corte do sertão”. Dessa forma, é possível considerar que, de

¹⁰ Os relatos de Theodoro Sampaio foram organizados no livro “O Rio de S. Francisco e a Chapada Diamantina: trechos de um diário de viagem (1879-80)”, publicado pela primeira vez na Revista S. Cruz, em 1905. Nesta dissertação, foi utilizada a cópia original, digitalizada pela Biblioteca Digital Curt Nimuendaju. Para mais informações, consultar as Referências desta pesquisa.

fato, a cidade já se apresentava como um município que se inspirava em ideais que se passavam nas grandes capitais, como a organização do espaço público, a inspiração arquitetônica, a efervescência comercial, os modos prezados pela população. Todos esses aspectos aspiravam um ideal de progresso, que destacava Juazeiro das demais urbes da região. O desenvolvimento da navegabilidade também irá impactar diretamente na fomentação de intercâmbios comunicativos. Notícias eram repassadas através de cartas manuscritas ou até mesmo pessoas que repassavam os acontecimentos referentes aos lugares em que estiveram. Essa ligação estará presente em algumas edições do *Correio do S. Francisco* que vão evidenciar, através dos seus conteúdos, parte do circuito comunicativo que a notícia percorre antes de ser publicada nesse último periódico¹¹.

Após a passagem de Sampaio (1905), vão ocorrer diversos acontecimentos que irão movimentar a esfera pública de Juazeiro, especialmente, após o advento da República no Brasil. Em 1893, seria criado o Clube Comercial, que viria prestar inúmeros serviços à sociedade juazeirense. Inicialmente, essa instituição foi concebida com o intuito de servir como uma sociedade literária, onde também poderiam se instituir um grupo dramático. No entanto, ao passar dos anos, ela também ganhou destaque devido ao incentivo e influência educacional. Essa associação tinha uma biblioteca com uma grande diversidade de livros e revistas, sendo considerada a maior do interior do Estado¹². No local, ainda eram ofertados cursos de português, escritura mercantil, além de manter escolas noturnas, para ambos os sexos, fornecendo material gratuito às pessoas menos favorecidas (CUNHA, 1978).

O Clube Comercial também foi lugar de encontro entre intelectuais, poetas, jornalistas e escritores que se consagraram na cidade e em toda região. Cunha (1978) descreve que essa associação teve grande impacto, fomentando um movimento intelectual que colocava Juazeiro em uma posição de respeitabilidade em todo o território do São Francisco. Seus salões também foram espaço para impulsionar o surgimento de outras sociedades, como “A Providência”, a “Sociedade Literária José Petitinga” (1903), a “Mutuária dos Artistas”, entre outras.

Poucos anos após a criação do clube, foi inaugurada a parte final da Estrada de Ferro, em Juazeiro, em fevereiro de 1896. O evento teve a participação de inúmeras personalidades da administração política, como o Ministro da Viação, Dr. Antônio Olinto e o vice-presidente da República, Manoel Vitorino Pereira. Também contou com a presença de diversos jornais de

¹¹ Esse aspecto ficará mais evidente ainda neste capítulo, quando trarei mais detalhes acerca do referido jornal.

¹² Dentre os beneméritos do Clube Comercial, se encontrava Antônio Ribeirão Ferreira, que foi um dos grandes responsáveis pelas doações à biblioteca do Clube Comercial, chegando a ofertar, de uma única vez, cerca de três mil volumes. No total, o acervo chegou a ter mais de oito mil materiais catalogados.

outras localidades, uma vez que não havia nenhum periódico circulando na cidade. Assim, estiveram presentes repórteres baianos do *Diário de Notícias*, o *Jornal de Notícias*, o *Correio de Notícias* e o periódico pernambucano *Jornal do Comércio* (DOURADO, 1983). Ainda nesse ano, foi instituída uma lei que permitiu a criação da primeira escola pública municipal que foi assumida pela professora Isabela Carolina de Carvalho. Também foram feitas as primeiras mobilizações para a construção do prédio da Intendência, assim como a inauguração do cemitério público da cidade (CUNHA, 1978).

Todos esses eventos apontavam para uma efervescência sociocultural na esfera pública juazeirense, que estava passando por intensas modificações, como o aumento de sua população, a consolidação de instituições, o estabelecimento de vias de comunicação, que ligavam a urbe a outras cidades brasileiras. Com o contínuo desenvolvimento e modernização da cidade, notou-se ainda a carência de uma instituição que acompanhasse e relatasse as atividades da cidade.

3.1. “A VIDA BREVE DAS ROSAS DE MALHERBE”: AS PRIMEIRAS TENTATIVAS DE SE FAZER JORNALISMO EM JUAZEIRO

Descrever a história de Juazeiro, em especial, os primórdios da imprensa nessa cidade, tende a ser uma atividade desafiadora que, por vezes, traz à tona um sentimento de insaciabilidade. Walter Castro Dourado já descrevia essa experiência em 1947, na edição do *Jornal “O Sertão”*, quando compartilhou com os leitores a preocupação em reconstruir aspectos sobre o passado da urbe, em meio a um processo de constantes transformações no ambiente urbano (SANTOS, 2013). Na época, esse escritor e jornalista lastimava o desaparecimento de alguns monumentos arquitetônicos, como a sede original da igreja matriz, o antigo estádio do Prado, o Cinema Smart e o Teatro Sant’Anna, dos quais os vestígios permaneciam apenas nas memórias de alguns juazeirenses.

Passados mais de 70 anos desse relato, é possível se deparar com algumas obras que se empenharam em trazer aspectos históricos sobre Juazeiro, contemplando também a história da imprensa, como o próprio Dourado (1978; 1985), que realiza uma síntese acerca da história do jornalismo juazeirense. Também tem o notável trabalho do jornalista e professor João Fernandes Cunha (1978), que desenvolveu um estudo aprofundado acerca de Juazeiro, desde as primeiras ocupações até sua evolução econômico-social, no período republicano. É válido mencionar o trabalho do médico e escritor Edson Ribeiro (2005), que também se dedicou em uma investigação minuciosa sobre a história de Juazeiro, descrevendo eventos, transcrevendo atas, documentos etc.

Além dessas obras, é possível localizar algumas pesquisas que se dedicaram a analisar contextos e acontecimentos históricos de Juazeiro. Na década de 1970, Ronald Chilcote (1991), se dedicou a uma minuciosa investigação sobre as classes dominantes das cidades de Juazeiro e Petrolina, investigando o impacto e influência dessas famílias no mundo exterior. Para isso, esse pesquisador se utilizou de diversas técnicas, como entrevistas informais, visitas a repartições públicas e associações locais, além da consulta a jornais, como o *Correio do S. Francisco* e *O Pharol*¹³.

Também se destaca a pesquisa de Andrea Santos (2011; 2013; 2016), que tem sido constantemente citada neste texto, por trazer à luz discussões acerca de jornais que circularam nas cidades de Juazeiro e Petrolina, ao longo do século XX. Ela evidencia a atuação de jornalistas e homens de imprensa, que se dedicaram ao ofício do jornalismo, como o tipógrafo-jornalista José Diamantino de Assis, que prestou 37 anos de sua vida na produção de um material jornalístico diversificado. José Diamantino atuou como diretor, editor e redator de diversos jornais, entre eles: *O Astro*, *O Banjo*, *A Marrêta*, *O Itiubense*, *O Sertão*, *O Esporte*, *A Jacuba* e *A Tribuna* (SANTOS, 2016).

Todas essas obras foram consultadas para esclarecer as primeiras tentativas de se fazer jornalismo até, de fato, a consolidação da imprensa nesta cidade. No entanto, em alguns momentos, foi possível encontrar apenas alguns nomes, sem o aprofundamento ou evidência material do que foi relatado. Nesse sentido, algumas das preocupações de Walter Dourado (1978; 1985) permanecem atuais, principalmente, ao levar em consideração que todos os indícios desses acontecimentos chegam na forma de fragmentos documentados posteriormente. Dessa forma, enquanto novas evidências sobre este passado não são descobertas, realizarei o exercício de tecer essas tramas.

Milton Santos (2008), em um ensaio sobre as classificações funcionais dos jornais e as regiões jornalísticas, afirma que os periódicos locais surgem da necessidade de registrar os acontecimentos no âmbito da cidade, geralmente, dedicando maior espaço para esses eventos do que os estaduais ou nacionais. Os aspectos econômicos também estão envolvidos. Para esse autor, há, na verdade, uma ligação entre a “vontade regional” e os “recursos econômicos”, que nem sempre estão em parâmetro de igualdade, mas que permitem a emergência dos jornais: “A ausência de ambas as condições determina a ausência de órgãos de imprensa. Os recursos

¹³ *O Pharol* foi um jornal petrolinense, fundado por João Ferreira Gomes. Publicado pela primeira vez em setembro de 1915, o periódico manteve-se em atividade até 1989, se consolidando enquanto o periódico mais importante da época. *O Pharol* também se destacou na região por suas inovações gráficas, como os clichês fotográficos, além de ter sido o lugar onde diversos jornalistas-tipógrafos iniciaram a carreira, a exemplo de José Diamantino de Assis.

econômicos criam essa ‘vontade’” (SANTOS, 2008, p. 181). No caso de Juazeiro, essa perspectiva faz sentido, principalmente, ao considerar as diversas mudanças, citadas anteriormente, pelas quais a cidade estava passando.

Também é válido realçar que, desde muito cedo, a imprensa baiana assumiu uma postura presente na sociedade brasileira. A “Idade d’Ouro do Brazil”, por exemplo, foi o segundo jornal a circular no Brasil com a autorização da corte portuguesa. Sediado em Salvador, começou as atividades em 14 de maio de 1811, na tipografia de Manuel Antônio da Silva Serva (CARVALHO, 2008). Desde então, diversos outros periódicos circularam durante o século XIX, como o *Diário da Bahia* (1856), *Jornal da Bahia* (1875), *Diário de Notícias* (1875), *O Jornal de Notícias* (1880), *Correios de Notícias* (1890), levando o escritor e jornalista Aloísio de Carvalho (2008, p. 59) a escrever que “o maior fator do progresso da Bahia, em qualquer departamento da sua grandeza, tem sido a Imprensa, que é um bem incomparável, sempre que acerta, e que, até mesmo quando erra, é um mal necessário”.

Seguindo essa perspectiva, é possível vislumbrar que Juazeiro recebeu diversas influências para o início das atividades jornalísticas, tanto da ampliação das vias de comunicação, embaladas pelas mudanças da modernidade, beneficiando a circulação de periódicos para além das cidades em que foram produzidos, como da presença constante da imprensa no território baiano. De acordo com Cunha (1978),

No títmo de civilização que tomou Juazeiro, decorrente do crescimento de sua população, não poderiam deixar os seus habitantes de voltar suas atenções para a existência de um jornal, que possibilitasse a todos o conhecimento de suas necessidades, o direito de reclamá-las, a manifestação pública de suas opiniões e o ensejo de aplaudir as boas obras que se fossem realizando (CUNHA, 1978, p. 136).

Ainda de acordo com o autor, foi inspirado por esse movimento que, em 1885, o comerciante Raimundo de Azevedo adquiriu uma máquina americana, do tipo manual, para a impressão do que viria a ser o primeiro jornal, a *Cidade do Joazeiro*. No entanto, devido às ocupações em sua empresa Azevedo & Cia, Azevedo demorou alguns anos para concretizar seu projeto. Enquanto isso, a tipografia ficou sob a responsabilidade de Clóvis de Oliveira Mudo, realizando serviços gráficos, como a impressão de cartões e anúncios.

Certamente, os conhecimentos tipográficos adquiridos por Clóvis de Oliveira Mudo foram essenciais para que, de forma independente, lançasse o que viria a ser a primeira edição de um jornal feito e impresso em Juazeiro. *O Sertanejo* surgiu em 15 de setembro de 1895, através de Clóvis, com a redação do Prof. Atanázio de Aquino Nazarento. Não se tem muitas

informações acerca dessa publicação, uma vez que esse periódico teve apenas uma edição. Algumas bibliografias, como a de Dourado (1978), ao ter conhecimento do impresso, Raimundo Azevedo queimou todas as cópias disponíveis do material, despedindo Clóvis de Oliveira Mudo de suas funções. Cunha (1978, p. 137) descreve que “Clóvis de Oliveira Mudo perdeu o emprego; mas, em compensação, projetou-se o seu nome como pioneiro da invenção de João Gutemberg, nos rincões do São Francisco, por ter sido ‘O Sertanejo’ o primeiro jornal que aí circulou”.

Apesar dos esforços de Clóvis de Oliveira Mudo, Dourado (1978) questiona a atribuição d’*O Sertanejo* como primeiro jornal juazeirense, uma vez que não teve circulação regular, se tratando apenas como “experiência de um tipógrafo”. Para esse autor, o periódico que introduziu o jornalismo na cidade seria o *Cidade do Joazeiro*, lançado em 1º de maio de 1896, por Raimundo de Azevedo. Ribeiro (2005) afirma que o jornal pertencia a firma Azevedo & Cia, sendo editado e impresso na Rua Dr. José Gonçalves, nº 4. Tinha publicação bimensal, deixando de circular após três anos. Cunha (1978) e Dourado (1978), no entanto, contradizem essa última informação, relatando que a *Cidade do Joazeiro* circulou por pouco tempo na cidade, finalizando suas atividades definitivamente em 1897.

Nos dois anos seguintes, circularam, na cidade, alguns jornais que teriam vida breve. Desses periódicos, não se tem muitos detalhes sobre características ou periodicidade, apenas são informados nomes e a quem pertenciam: “O Comércio” de Constantino Hermilo do Nascimento; “A Pérola”, por Joaquim Luiz Queiroz e “O Palinuro” por Américo Chamusca (CUNHA, 1978; RIBEIRO, 2005). Carvalho (2008) relata que, nesse período, era muito comum jornais “que apenas vinham à vida para terem o direito de morrer”. As dificuldades de se manter um periódico eram diversas, entre elas, esse autor considera que a pior seria a ausência de colaboradores que fazia adiar, vagarosamente, a publicação da próxima edição até “nunca mais”.

É difícil constatar os motivos exatos que fizeram os jornais juazeirenses não terem continuidade nesse período, visto a limitação de informações acerca deles. No entanto isso revela as dificuldades de consolidação da imprensa, como relata Cunha (1978, p. 138): “até aqui a imprensa em Juazeiro não conseguira se firmar. Todos estes órgãos tiveram a vida efêmera das rosas de Malhêrbe”. Uma observação que tende a ecoar a reflexão do que seria, de fato, fazer imprensa e o que permite a consolidação dessa instituição em um determinado local.

Ao refletir sobre as primeiras gazetas a circularem no Brasil, após a chegada da Coroa Portuguesa no Brasil, em 1808, Barbosa (2008; 2010) inicia um debate crítico sobre o que se pode considerar como imprensa e jornalismo.

Só existe imprensa, no sentido estrito do termo, a partir do momento em que a transmissão de informações regular se torna pública, ou seja, acessível ao público em geral. Até então as novidades ou opiniões publicadas, sem qualquer regularidade, não eram transformadas em notícias. Existe troca de informações, mas não existe imprensa. Só há imprensa quando a ideia do público como espécie de abstração-concreta se torna o desejo dominante das publicações (BARBOSA, 2010, p. 20).

Essa autora se referia a uma corrente teórica que considera a existência de atividade jornalística desde a chegada dos portugueses ao Brasil, em 1500, tendo como primeiro exemplo, as cartas que Pero Vaz de Caminha escreveu para D. Manoel, descrevendo as primeiras impressões da nova terra. Barbosa (2008; 2010) também tece outros exemplos, como as tipografias clandestinas, assim como a circulação de manuscritos que partilhavam de ideias e opiniões que não eram favoráveis à monarquia portuguesa. Ela afirma, no entanto, que não há possibilidades de sustentar teoricamente essa perspectiva, uma vez que essas tentativas não teriam relação ativa com a esfera pública.

Diante disso, é possível sintetizar a relação que Barbosa (2008; 2010) tece sobre as características que permitem a existência e consolidação da imprensa em um determinado local, através dos jornais, resumindo em três aspectos essenciais e interdependentes: a circulação na esfera pública; periodicidade e uma mentalidade abstrata de um público que tenha interesse pelas publicações. Trazendo essas reflexões para o contexto juazeirense, no final do século XIX, existem lacunas que não são totalmente preenchidas pelos fragmentos que temos conhecimento nos dias atuais. Dessa forma, é necessário fazer, novamente, um exercício de reinterpretação dos rastros do passado que chegam a nós.

Nessa reflexão, não desconsidero as tentativas, como o d'*O Sertanejo* ou jornais que tiveram vida efêmera, a exemplo d'*O Comércio*, até porque elas evidenciam que existiam grupos de pessoas que tinham interesse em trazer a produção jornalística para o cotidiano da cidade, fomentando o que Barbosa (2008; 2010) chama de “mentalidade abstrata” na esfera pública juazeirense. Também existe a possibilidade de nos surpreendemos, futuramente, com a descoberta de algum material sobre *A Cidade do Joazeiro*¹⁴, que possa atestar sua periodicidade e revelar que o seu tempo de vida foi maior do que o descrito por Cunha (1978) e Dourado (1978), chegando, inclusive, a circular em paralelo com outros jornais.

¹⁴ Há relatos de que na sede do Clube Comercial, localizada em Juazeiro, existiam edições originais da “Cidade de Joazeiro”. No entanto, esses números foram destruídos após uma enchente na cidade.

Assim, a partir das evidências atuais, é possível deduzir então que a imprensa juazeirense irá se consolidar a partir da publicação do *Correio do S. Francisco*, que irá circular na cidade até 1919. Após esse marco, aparecerão outros impressos, como a revista *A Crisálida*, publicada pela Associação Literária José Petitinga; o *Diário de Juazeiro*, semanário de propriedade de Olegário de Assis; “O Juazeiro” também pertencente a Olegário de Assis; *Correio do Juazeiro*, por Orestes Lima; a *Folha do Povo*, que, inicialmente, tinha a direção de Orestes Lima e depois foi refundada por Dr. Américo Alves de Souza, entre outros (CUNHA, 1978; RIBEIRO, 2005).

3.2. “A EXISTÊNCIA DE UM JORNAL QUE POSSIBILITASSE A TODOS O CONHECIMENTO DE SUAS NECESSIDADES”: O ADVENTO DO *CORREIO DO S. FRANCISCO* EM JUAZEIRO

No dia em que o Brasil celebrava mais um aniversário do advento da República, 15 de novembro, o *Correio do S. Francisco* iniciava sua circulação em Juazeiro, pela primeira vez. O jornal pertenceu, inicialmente, ao Jesuíno Ignácio da Silva que, junto a outros homens de imprensa, como José Petitinga, Raimundo Azevedo e José Ignácio da Silva, pautava semanalmente aspectos sobre Economia, Política, Educação, Cultura e Ciência. Apesar de estar majoritariamente voltado para acontecimentos da sociedade juazeirense, esse periódico também trazia notícias de cidades próximas - como Petrolina, Remanso, Barreiras -, assim como acontecimentos que se passavam na Capital Federal do Brasil, o Rio de Janeiro, e outros países, especialmente, a França.

Ao investigar o *Correio do S. Francisco*, é possível se deparar imediatamente com algumas incógnitas que envolvem esse jornal. A primeira delas, certamente, corresponde ao ano em que foi fundado. Não existe consenso entre os pesquisadores. Ribeiro (2005) e Santos et. al (2018) já atestaram, em publicações passadas, que esse periódico começou as atividades em 1900. Já Cunha (1978), atribui a 1901, o ano de origem. Por não ter acesso às edições dos primeiros anos de circulação do jornal, alguns fragmentos foram coletados para nortear algumas considerações a respeito dessa discussão. Chilcolte (1991), durante sua pesquisa, fez uma breve menção sobre a data de origem do *Correio*, atrelando a 15 de novembro de 1899. Apesar desse autor não esclarecer como teve acesso a informação, essa perspectiva foi ganhando força, recentemente, ao ter acesso a uma edição do Jornal O Pharol, de 30 de novembro de 1916. Nela, o periódico parabeniza o *Correio do S. Francisco* pelo seu aniversário de 17 anos de dedicação aos “interesses da zona sanfranciscana” (Figura 4).

Figura 4: *O Pharol*, 30 de novembro de 1916.

O PHAROL 2

D. José de O. Lopes



Com imenso jubilo, noticiamos a passagem do aniversário natalício de S. Exc. Revma. D. José de Oliveira Lopes, occorrido a 21 do presente mez.

Tambem não deixaremos passar despercebido o dia 28 do corrente, data anniversarial da sagração de S. Exc. Revma. D. José de Oliveira Lopes, Bispo de Floresta, a quem endereçamos estas linhas, acompanhadas dos nossos sinceros votos de felicidades.

Cinema Brazil

Embora com pouca concorrência, funcionou em 25, o Cinema Brazil, exhibindo varias "films" que muito agradaram.

Gratos pelo ingresso que nos franqueou os proprietarios do Cinema Brazil, srs. Castro & Irmão; chamamos attenção dos nossos conterraneos, para o Cinema Brazil, unico ponto de diversão actualmente em o nosso meio. Todos ao cinema!

IMPrensa

Correio do S. Francisco

No dia 15 de Novembro, entrou no 17º anno, que labuta em prol dos interesses da zona sanfranciscana, o denodado e valente confrade "Correio do S. Francisco"; que se editora na fronteira cidade.

Nossos parabens ao seu proprietario, sr. José Martins Duarte.

Patria Bahiana

Tambem em igual data festejou o seu anniversario, a nossa distinta collega "Patria Bahiana", que se publica na culta cidade de Alagoinhas.

Aos seus Redactores, apresentamos nestas linhas, os nossos cumprimentos.

Ora se caill...

Cai o rato n'arataca
E cai o peixe no anzol,
Sou K pote sou K zaca
Sou K misa e sou lençol;
E não vivo na ressaca
E nem faço caracol;
Retirei-me da barraca
Enrolado n'um paiol.

K. Lado

27-11-916.

Participou-nos o seu enlace matrimonial com a senhorita Izabel Vieira Coelho, o sr. Raymundo Lopes dos Reis.

Caso u-se nesta cidade, no dia 25, o sr. Octaviano Santos, com a senhorita Anna Raphael de Almeida.

Parabens.

Sem responsabilidade da
REDACÇÃO

SOLICITADAS

Cumpadre Bunifacio
Adeus.

Estimo que v. e comadre Felsmina vam gosando saude, arrecibí sua cartinha, quemuito me encomodou, proquê não tenho mais cabeça estes homes me desempregaro, eu tendo em minhas costa 17 bocca, o pobe do curuné esta tão doído que já foi inté nos ariá, por a qui tem havido um tendêlo grenado, eu já tou tão veio que não me alembro de nada, lá prá ruade cima tem sido o diabo, temo tambem, coza prá dizé mais só com mais detença as couzas não vai tudo de uma vez só com mais trabo, inté memo o curoné lá prá um tá Chacabonbo compade apareça prucá, nos temos muito qui converça a relafvamente a pulitrica; dos homes me dichero tambem qui as eleição de elle não prestou qui as do coroné Actacilo é, que foi boa prá o governadouro dos arrecile.

Adeus Lembrança de sua comadre Binidicta Veia e do seu compade Amo.
Pedro Fugueiteiro.

Petrolina, 28-11-916

O Tempo

Tem chuvido bastante nestes ultimos dias, não somente na cidade, como tambem no interior.

Brevemente serão reformadas as offinas typographicas d' O Pharol.

Fonte: Acervo Museu do Sertão, Petrolina-PE.

Ao considerar o início das publicações em 1899, também aparecem questionamentos acerca do seu reconhecimento enquanto órgão de imprensa. Em busca de documentos que poderiam de certa forma, atestar a existência do *Correio do S. Francisco*, foram encontrados alguns vestígios no Almanaque Laemmert¹⁵, que era construído a partir da contribuição da população, compartilhando informações administrativas e comerciais, ou no caso de estados mais distantes, traziam descrições das cidades, inclusive nomes, firmas, comerciantes etc. Esse jornal é citado, pela primeira vez nessa publicação, em 1902, na Seção "Jornaes", que irá informar a propriedade e cidade em que o periódico é produzido. Já em 1903, podem ser lidas informações acerca da Tipografia do *Correio do S. Francisco*, revelando, inclusive, que esse jornal é o único a ser produzido e impresso em Juazeiro:

¹⁵ Conhecido também como Almanak Administrativo, Mercantil, e Industrial do Rio de Janeiro, começou a ser publicado anualmente no Brasil, em 1844. Suas páginas reuniam uma diversidade de conteúdos que eram organizados por capítulo.

Thypographias:

Egydio Placido Pucciny, Jesuino Ignacio da Silva, editor do Correio do S. Francisco: unico Jornal existente neste Municipio o qual é de propriedade de Jesuino Ignacio da Silva, Maj. e Redactor José Ignacio da Silva (ALMANAQUE LAEMMERT, 1903, p. 1321).

Considerando que o Almanaque Laemmert recebia contribuições da população, podem-se classificar plausíveis as informações acerca de Juazeiro, incluindo o funcionamento do jornal *Correio do S. Francisco* e a Tipografia do Correio do S. Francisco. Na leitura de anúncios contidos no próprio periódico, é possível obter algumas informações, a exemplo da fundação da oficina, em 1901, além da sua localização, situada na Praça Desembargador Monteiro, atualmente, conhecida como Praça da Imaculada Conceição (Figura 5).

Figura 5: Anúncio da Tipografia do Correio do S. Francisco



Fonte: Acervo Fundação Museu Regional do São Francisco, Juazeiro-BA.

Por meio desse anúncio (Figura 5), é possível constatar ainda que a tipografia se dedicava a realizar os mais diversos trabalhos gráficos, como cartazes, diplomas, mapas, recibos, através do “grande sortimento de typos, machinas, tintas de côres e pessoal habilitado”

que detinha. Entre suas atividades, obviamente, também estava a responsabilidade de editar e imprimir o *Correio do S. Francisco*. Nesse momento, mais uma vez, surgem alguns questionamentos voltados para a origem do jornal, uma vez que, se a tipografia começa a funcionar em 1901. Assim, como e onde o jornal era impresso antes disso?

Voltando à atenção ao periódico objeto desta investigação, não é possível encontrar evidências claras sobre essas questões. Folheando os fragmentos do primeiro número disponível no acervo pessoal, referente a 22 de novembro de 1903, observei que o jornal apresenta a edição 2, do ano III, o que daria sentido à origem do jornal ser concomitante à fundação da tipografia. No entanto, afirmar isso seria declarar que a publicação d'O Pharol, apresentada anteriormente, estaria cometendo um grande equívoco que não viria ser corrigido nas edições posteriores. Dessa forma, é possível pensar em diversos outros cenários, na tentativa de alinhar esses dados. Até o presente momento, essa indagação, assim como outras que foram manifestadas anteriormente, não encontram acolhimento em uma zona segura que irá garantir respostas claras e pontuais, corroborando, assim, a incapacidade de recuperar ou atestar o passado, tal como aconteceu, tecendo questionamentos a partir de um documento que muito diz, mas pouco escuta, como afirma Cellard (2010).

3.2.1. **Das ruas aos prelos: a produção jornalística do Correio do S. Francisco**

O *Correio do S. Francisco* era publicado semanalmente, aos domingos. Através de suas quatro páginas, o jornal era organizado em seis colunas, nas quais os textos decorriam em formato justificado, com o espaçamento entre as linhas curto. Havia uma preocupação de delimitar o fim e início dos artigos, geralmente, demarcando com linhas ou fios. Os títulos também eram bem delineados, grafados, na maioria das vezes, em negrito ou com todas as letras em maiúsculas, atendendo a uma fonte específica, diferente da utilizada no corpo dos textos.

Na primeira página, tinha o título do jornal, junto com outras informações, como a identificação do proprietário, data, número, além da localização geográfica. Ainda nessa página, comumente, o leitor se depara com a presença literária, um conto ou poesia - ou ambos - além de um ou dois artigos, a depender do espaço. Também está em evidência o expediente, que apresenta informações acerca dos valores do jornal. Supostamente, o *Correio do S. Francisco* era vendido apenas por assinatura. Em Juazeiro, as pessoas poderiam assinar por semestre ou anualmente, através do valor 10\$000 (dez mil réis) e 6\$000 (seis mil réis), respectivamente. Para os leitores de outras cidades, era possível obter o periódico, assinando-o por um ano, pela quantia de 12\$000. Ainda é possível consultar os valores referentes a

publicação de anúncios, pagando “\$200” (duzentos réis) por linha. Os assinantes tinham uma regalia, obtendo um desconto de 25% para anunciar seu negócio.

A segunda e terceira páginas não mantinham um padrão intacto de textos ou colunas em sua edição. Em regra, traziam artigos de fundo, notícias de outras cidades, atualizações sobre as vendas do comércio local, editais ou leis emitidas pela prefeitura, curiosidades e pensamentos. Já a quarta página, quase sempre, era totalmente dedicada aos anúncios. Com frequência, apareciam: Grande Hotel Lopes, de Antônio Lopes de Oliveira; Pharmacia e Drogaria Popular; a Clínica Médica Cirúrgica e o Anti Febril, pertencentes a Dr. José Ignácio; a Loja Lacerda, localizada em Remanso; Paz Fábrica de Sabão e Charutos, entre outros.

O periódico não era impresso com cores. Também não era comum a presença de ilustrações, muito menos fotografias, ao longo do texto, enquanto linguagem jornalística. Havia apenas uma exceção, na coluna “Olhando”, seus leitores podiam visualizar o desenho de um bobo da corte. Nas demais publicações, geralmente, estavam presentes alguns adornos, como flores e quadros, quando o jornal fazia alguma homenagem, além dos anúncios que tinham um designer específico, trazendo, algumas vezes, uma gravura (Figura 5).

Figura 6: Correio do S. Francisco, 27 de dezembro de 1903.



Fonte: Acervo da Fundação Museu Regional do São Francisco, Juazeiro-BA.

A produção jornalística do *Correio do S. Francisco* carrega algumas características semelhantes aos jornais do século XIX, como destaca Ribeiro (2007, p. 23): a imprensa tinha um caráter político e opinativo muito presente, especialmente durante o século XIX, após o fim da censura prévia¹⁶, instaurada em 1821. “O objetivo dos jornais, antes mesmo de informar, era

¹⁶ Até 1821, os jornais precisavam de autorização da Corte Portuguesa, instaurada no Colônia do Brasil, para circularem. Após o fim da censura, houve um movimento de expansão de periódicos no território.

tomar posição, tendo em vista a mobilização dos leitores para as diferentes causas”. Assim, muitas vezes, os periódicos eram tidos como “porta-vozes” de grupos políticos ou do próprio Estado, promovendo espaços de debates e polêmicas por meio de comentários agressivos e virulentos.

O *Correio do S. Francisco* não chega a se caracterizar como um periódico exclusivamente político, todavia, é possível notar que esse jornal atende a um viés político partidário, deixando evidente seu posicionamento. Esse aspecto ficou em evidência, especialmente, na transição entre os anos de 1903 e 1904, quando as discussões sobre o resultado das eleições para intendente da cidade estavam em efervescência.

Nas eleições de 1903, concorreram ao posto o Cel. Antônio Evangelista Pereira e Melo - apoiado pelo até então intendente, Dr. Cunha Melo - e Dr. José Ignácio da Silva¹⁷, que acabou se consagrando como vitorioso. Houve, no entanto, uma demora de pelo menos seis meses do Senado Estadual para o reconhecimento de José Ignácio como Intendente. Enquanto isso, tiveram diversos conflitos em Juazeiro. Na edição de 17 de janeiro de 1904, o *Correio do S. Francisco* relatava que o Dr. Cunha de Melo resistia em reconhecer a vitória de José Ignácio, chegando a acusar que o ex-intendente tinha repassado as economias da prefeitura a Antônio Evangelista, que concorria às eleições. Durante esse período, diversos artigos de fundo irão ganhar a primeira página do jornal, questionando acontecimentos políticos que colocavam José Ignácio em desvantagens, o impedindo de exercer o seu mandato. Esse cenário irá mudar com o reconhecimento de Ignácio como intendente do quadriênio 1904-1908, fazendo o jornal abordar com maior frequência as temáticas que estavam além da política.

Outra característica recorrente no *Correio do S. Francisco*, que podemos comparar ao campo jornalístico do Brasil, diz respeito a sua aproximação com o campo literário. Para Ribeiro (2003; 2007), essa ligação se fazia presente pela influência do jornalismo francês, que apreciava a exposição de comentários opinativos, ao mesmo tempo em que via, no jornal, a possibilidade de experimentação estilístico-literária. Assim,

Os gêneros mais valorizados eram aqueles mais livres e opinativos, como a crônica, o artigo polêmico e o de fundo. Os jornais, além disso, funcionavam como uma instância fundamental de divulgação da obra literária e de construção de reconhecimento social dos escritores (RIBEIRO, 2003, p. 148).

¹⁷ Além de colaborador do *Correio do S. Francisco*, José Ignácio era irmão de Jesuíno Ignácio da Silva, proprietário do jornal, o que justifica o posicionamento do jornal a favor de sua candidatura a intendente.

Voltando os olhos para o *Correio do S. Francisco*, é possível identificar algumas características similares às que foram citadas por Ribeiro (2003; 2007), como a influência da literatura no cotidiano do jornal. Em todas as edições analisadas, era comum se deparar, já na primeira página, com textos literários, seja no formato de poemas ou contos e crônicas, conforme já descrito. As origens dessas produções eram diversas. Eram transcritos contos de renomados escritores brasileiros, como Coelho Neto e Arthur Azevedo que, poucos anos antes, em 1897, tinham participado da fundação da Academia Brasileira de Letras. Também era comum a divulgação de produções literárias de alguns intelectuais da cidade. Destaca-se, especialmente, o jornalista e poeta José Petitinga, que contribuiu não apenas para a redação do *Correio do S. Francisco*, como para a efervescência de debates sobre política e literatura. Santos (2011) relata que, na Associação Literária José Petitinga, era comum que jovens e artistas se reunissem para leituras dramáticas, socialização de jornais e livros, além de oferecer serviços voltados para a aprendizagem de artes gráficas. Ao descrever a influência dessa personalidade, na cidade, Cunha (1978) relata que

(...) a figura cintilante de JOSÉ PETITINGA, portador de extraordinário talento e de grande erudição, que se tornou um verdadeiro Mestre e guia intelectual da nova geração.

Nas tertúlias literárias que então se realizavam, pode-se dizer cotidianamente, receberam o influxo do grande pensador que foi José Petitinga, toda uma plêiade de novos intelectuais que, por sua vez, disseminavam frutos de sua inteligência, beneficiando, de modo geral, a mocidade juazeirense da época. (CUNHA, 1978, p. 146-14&)

O nome de Petitinga se faz presente em diversas publicações, seja assinando os textos ou sendo mencionado nas correspondências que são publicadas no jornal. Essa última ocorrência leva a acreditar que Petitinga era um dos principais intermediários entre as fontes de notícia e sua publicação no periódico. Possivelmente, sua ocupação na administração da empresa de navegação Viação do São Francisco influenciou na apuração dos acontecimentos de outras localidades. Sua constante presença nas páginas do *Correio do S. Francisco* também reflete algumas questões sobre a atuação dos homens de imprensa deste período.

Em regra, conforme já descrito no capítulo anterior, essas personalidades tinham formação e atuação diversificada - médicos, poetas, bacharéis de direito, juízes etc. - e assumiam a posição de redatores por terem acesso a cultura letrada (SANTOS, 2016). Ribeiro (2003; 2007) destaca, especialmente, o papel dos escritores nas redações dos jornais. Muitos ficcionistas eram jornalistas, devido à insuficiência do mercado editorial para garantir o

sustento desses autores. Dessa forma, o jornalismo se consagrava como a atividade com maior proximidade, permitindo com que desenvolvessem os estilos literários. Essa relação de proximidade seria mais um motivo, destacado por essa última pesquisadora, para a aproximação do campo jornalístico com a literatura.

Apesar de receber influências da literatura e política, esses aspectos não seriam o suficiente para definir a abordagem editorial do *Correio do S. Francisco*. É possível notar, em suas edições, a preocupação dos editores em abordar conhecimentos diversificados que revelavam um caráter informativo e, por vezes, educativo. Era comum aparecer no jornal, notícias que atendiam a um possível público de agricultores e pecuaristas. Esse fato se mostra presente nas pautas desse jornal, quando, por exemplo, são apresentadas informações sobre a alta do algodão e de como esse cultivo poderia ser benéfico para os agricultores locais, uma vez que a cultura era de fácil manejo. Nesses textos, havia conhecimentos que eram repassadas como que com o intuito de aconselhar e ensinar as técnicas aos leitores, muitas vezes, trazendo um passo-a-passo detalhado.

Para além da editoria, outro aspecto difícil de definir, ao certo, nas edições do periódico, diz respeito ao número de colaboradores que o jornal tinha durante esse período, uma vez que nem sempre os textos eram assinados, especialmente, os artigos de fundo ou as notas referentes a acontecimentos de Juazeiro ou Petrolina. Ao percorrer as páginas do jornal, no entanto, é possível se deparar com textos de cidades mais afastadas, assinadas como “O correspondente” ou, em raras vezes, com o nome da pessoa que encaminhou. Essas disposições se apresentavam, geralmente, como cartas que eram encaminhadas ao periódico, trazendo notícias dos municípios. Assim, era comuns relatos em primeira pessoa, com detalhes sobre algum acontecimento fomentado a partir da opinião de quem escrevia. Também era corriqueiro, no início ou ao fim da carta, o envio de saudações para os redatores, que eram igualmente transcritas. Por meios dessa coluna, foi possível realizar um levantamento, identificando correspondências das seguintes cidades: Petrolina, Cidade da Barra, Barreiras, Pilão Arcado, Remanso, Curaçá e Arraial do Icatu. Todas as cidades citadas têm em comum o fato de estarem localizadas na beira do Rio São Francisco, fator que corrobora para fortalecer o pensamento de que o circuito comunicativo da região perpassava pela navegação.

Nas páginas do *Correio do S. Francisco*, do mesmo modo, foram localizados textos publicados em outros jornais ou revistas, que eram transcritos na íntegra, para que o público tivesse acesso. Em algumas edições, há evidências de como acontecia à circulação dessas notícias e artigos. No dia 31 de julho de 1904, por exemplo, em uma nota com o título “Livros e Jornaes”, está descrito como essas obras chegaram nas mãos dos redatores:

Recebemos: *A Revista do Instituto Geographico e Histórico da Bahia* de 1902.
 O *Boletim* de março e abril da Secretaria de Agricultura, Viação Industria e Obras Publicas do Estado da Bahia.
 O *Rio Nú*, oferecido pela casa Phitelica sr João Freire.
 O *Jornal dos Agricultores* numeros 9, 10 de maio e junho.
 Agradecidos.
 (CORREIO DO S. FRANCISCO, 31 jul. 1904, p. 2).

Assim como esses jornais chegavam a Juazeiro, há evidências que apontam que algumas edições do *Correio do S. Francisco* também eram levadas para localidades distantes. Na publicação do *Jornal do Brasil*, localizado no Rio de Janeiro, de 08 de julho de 1903, consta uma notícia sobre o Grêmio Polimático Manoel Xavier, revelando que foram oferecidas cópias desse periódico, assim como d’*O Popular*, da Bahia, pela figura de Manoel Xavier.

Esse relato expõe, mais uma vez, as reflexões sobre a possibilidade de expansão das notícias. Em uma tentativa de estabelecer diferenças entre a amplitude geográfica da notícia e o jornal, Milton Santos (2008, p. 178) esclarece que: “aquela tem asas: transmite-se pelo jornal, mas também pelo fio, ou sem ele, pelo éter. Não tem outra limitação que a das diferenças de língua. Os jornais, porém, encontram resistências na sua expansão”. Dessa forma, há suposições plausíveis para entender que assim como Manoel Xavier transportou uma edição do *Correio do S. Francisco* para regiões distantes, é possível imaginar que o sistema de comunicação da época estava baseado em uma rede mais ampla e complexa, na qual as notícias circulavam através de pessoas, periódicos, cartas, conversas, etc. Em um período em que os meios de transporte e comunicação estavam começando a se expandir, esse intercâmbio comunicativo possibilitava não apenas o acesso aos acontecimentos, como a reprodução deles em outros veículos, obtendo maior ou menor espaço, de acordo com os interesses do redator.

Para além desse sistema de comunicação, baseado na leitura e releitura de textos, a partir de 17 de abril de 1904, o *Correio do S. Francisco* passou a publicar notícias que recebia através de telegramas, elencados como “Serviço especial” do periódico. As mensagens, aceitas por meio da linha telegráfica, eram curtas, mas permitiam a atualização de acontecimentos em locais distantes, em um tempo mais curto, se comparado ao envio de cartas ou periódicos. Será a partir do telegrama, que os leitores do jornal vão passar a acompanhar as notícias da epidemia de peste bubônica que assolou o Brasil, no início do século XX.

Assim como o telegrama, passam a existir também novas colunas, que irão aparecer com maior e menor frequência no *Correio do S. Francisco*. Em 2018, quando realizei um

mapeamento da produção jornalística do jornal¹⁸, conforme já descrito na Introdução, observei algumas questões que serviram como norte para descrever as colunas que estão presentes nas edições. Em “Pelos Municípios”, por exemplo, o periódico trazia relatos de correspondentes e leitores de outros municípios e vilas baianas. Tinha um caráter predominantemente informativo, apesar de conter impressões pessoais dos escritores. Por depender da contribuição de terceiros, a coluna não aparecia em todas as publicações.

Uma das poucas colunas que se faz presentes em todas as edições analisadas é “Comércio”, que exibia sempre um panorama geral da movimentação comercial da Praça de Juazeiro, correspondente a semana que antecede a publicação do jornal. Na primeira parte, era comum a atualização dos preços de quase trinta produtos, como: borracha, maniçoba, peixe seco, uvas, sal, farinha, milho e rapadura. Além desses, também era transcrita uma relação de importação e exportação, informando os negociantes e mercadorias comercializadas, além dos gados que foram abatidos durante a semana. Era possível ter conhecimento das famílias que dominavam o comércio da cidade, a partir da repetição de sobrenomes como Souza, Duarte, Dias, Padilha, comuns de serem vistos.

Ainda na seção Comércio, ainda era comum uma relação de vapores e barcas que navegavam pelo Rio São Francisco, por meio da Empresa Viação. Na época, a navegação regular pelo rio tinha sido liberada há pouco mais de uma década, mas já representava um importante meio de transporte de pessoas e mercadorias. O Correio trazia informações, como data de embarque e número de pessoas, destacando as figuras importantes, os produtos e quantidades de carga que os barcos levavam.

Para além das colunas informativas, esse periódico também apresentava colunas literárias com frequência variada. Entre elas, destaca-se pela constância, “Olhando”, que trazia versos satíricos sob a autoria do pseudônimo de “K. Peta”. De acordo com Santos (2016), o humor também se revelava como uma estratégia jornalística que reportava a realidade social. As temáticas abordadas eram diversas, mas todas tinham em comum os acontecimentos que se passavam na sociedade juazeirense, especialmente, centrados em algum personagem da esfera pública: seja o “nobre diretor” que estava mudando de sobrenome ou a viúva que se encontrava sozinha no leito de morte.

Outro tipo de espaços muito comuns nas edições eram as colunas “A pedidos” e “Editaes”, via de regra, usados pela intendência de Juazeiro para informar o público sobre o estabelecimento ou atualizações de leis ou informes no geral. Era comum que aparecessem

¹⁸ O artigo “A produção jornalística do Correio do S. Francisco” foi apresentado e publicado nos Anais do XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste - Juazeiro BA.

diversos comunicados em uma única publicação. Na edição de 31 de janeiro de 1904, por exemplo, o jornal divulga o funcionamento da Junta Alistadora no Paço Municipal, por um período de 20 dias, convidando os interessados a apresentarem suas petições. Também foi comunicado que, a partir do dia 03 de fevereiro, seria proibido que cães e porcos vagassem pela cidade, sob a pena de serem apreendidos e mortos. Ainda nessa coluna, foram divulgados os resultados da eleição para Governador do Estado nas seções eleitorais de Juazeiro e seus distritos, dando a vitória ao candidato José Marcellino de Souza.

Já em “Anúncios”, eram trazidos informes sobre vendas e estabelecimentos comerciais diversos. Apesar de não ser o objeto de estudo desta dissertação, os anúncios também revelam a “veia novidadeira do jornal”, como afirma Barbosa (2010). Através deles, se podem identificar as novidades citadinas, que vão desde o surgimento de novas tecnológicas até a prestação de serviços, alterando a percepção e o sentido da sociedade sobre a cidade:

Os anúncios publicitários se misturam ao texto, fazendo daquele impresso uma única obra. O sentido do novo, de transformação e, sobretudo, de mudança na vida cotidiana é representado pelos anúncios que colocam na cena dos periódicos novas máquinas, novos hábitos, novos remédios, enfim, novos produtos e serviços a disposição do público (BARBOSA, 2010, p. 74).

No caso do Correio, além da Tipografia do *Correio do S. Francisco*, estavam presentes no jornal: Grande Hotel Lopes, pertencente a Antonio Lopes de Oliveira; a Clínica Médico-Cirúrgica do Dr. José Ignacio, especialista em “moléstia do útero e da uretra”, assim como o seu “anti-febril”; a Pharmacia e Drogaria Popular; a Fábrica PAZ de sabão e charutos. Também era comum a presença de comércios de outra cidade, a exemplo da Loja Lacerda, que vendia variadas sortimentos, localizada em Remanso (Figura 7).

como locais em que homens e mulheres poderiam ter acesso não apenas a educação, mas cultivar bons valores a partir do contato com a cultura, a literatura, a dramaturgia e etc, como analisarei no próximo capítulo.

4. REPRESENTAÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO NAS PÁGINAS DO *CORREIO DO S. FRANCISCO*

Para a análise temática do conteúdo do *Correio do S. Francisco*, atendi as modalidades elencadas, anteriormente, nas Tessituras Metodológicas desta dissertação, conforme descrito na Introdução. Assim, este capítulo ficou dividido em “Instituições Escolares”, que contemplam as categorias de “Instituições Escolares de Juazeiro” e o Gremio Polymathico Manoel Xavier, além da “Formação do Indivíduo”, que engloba as categorias de “Formação do Indivíduo para a Vivência em Sociedade”, “Saúde Pública e Divulgação Científica” e “Território Rurais”. Essas temáticas foram trabalhadas a partir da análise das edições correspondentes aos anos de 1903 e 1904. Devido as características e abrangência, o número de exemplos discutidos variaram de acordo com cada composição de análise. Essa decisão também foi baseada nos critérios de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência presentes em cada unidade temática¹⁹. A partir disso, foram examinadas, neste capítulo, as principais representações sobre educação contidas no *Correio do S. Francisco*, atentando, também, aos significados e contribuições que esses conteúdos fomentavam para o contexto histórico da época.

4.1. AS INSTITUIÇÕES ESCOLARES NO CENTRO DA MODERNIZAÇÃO

Antes de trazer as publicações presentes no *Correio do S. Francisco*, voltadas para as instituições escolares da região, cabe contextualizar os processos educacionais pelos quais as cidades de Juazeiro e Petrolina passavam durante esse período, a fim de elucidar como as entidades educacionais irão se desenvolver em ambas localidades. Em Juazeiro, as primeiras instituições com finalidade educativa foram inauguradas ainda no período imperial, atendendo ao público primário. A primeira escola foi fundada em 1832, quando Juazeiro ainda se configurava como um povoado, tendo como principal foco o ensino das primeiras letras. O estabelecimento ficou sob o comando de Manuel de Melo Afonso, que assumiu oficialmente em 19 de agosto de 1833. Nesse mesmo ano, o colégio já mantinha as atividades com a participação de 30 estudantes de ambos os sexos, 28 do sexo masculino e duas do sexo feminino. Já a segunda instituição educacional foi criada em abril de 1853, sancionada pelo Presidente da Província da Bahia. Essa se tornaria a primeira escola de ensino primário

¹⁹ Esses critérios também foram utilizados para selecionar os textos jornalísticos para o *corpus* dessa pesquisa. No caso dos exemplos discutidos em cada categoria, foi necessário utilizar esse método. Mesmo pertencendo ao mesmo eixo temático, algumas notícias traziam perspectivas diferentes.

exclusiva para o sexo feminino, ficando sob a responsabilidade de Hermelinda Custodio de Lima²⁰ (CUNHA, 1876; RODRIGUES, 2009).

Também surgiram algumas iniciativas que foram protagonizadas por figuras públicas da sociedade. Rodrigues (2009) destaca a figura do médico e futuro político, José Ignácio da Silva – anteriormente citado no capítulo 3 -, considerado um dos pioneiros do ensino secundário do município ao oferecer cursos voltados para a juventude. O principal objetivo desse empreendimento era fornecer aos jovens instrução sobre conteúdos que se adequavam ao ensino secundário, fomentando condições de ingresso para o curso ginásial. É importante destacar a relevância desse serviço, uma vez que, até aquele momento, os jovens precisavam se deslocar para a Capital da Província da Bahia para ter acesso a esse tipo de educação, destinada apenas a uma pequena parcela da população que tinha recursos financeiros para dar continuidade aos estudos.

Esse panorama educacional de Juazeiro irá mudar apenas com a ascensão do período republicano, no qual novas instituições e atividades escolares irão surgir. Rodrigues (2009) realça essa transição, trazendo o exemplo do Clube Comercial de Juazeiro que, em maio de 1893, abriu uma escola voltada para a alfabetização de adultos, oferecendo, também, cursos diversos, como o de língua portuguesa e iniciação profissional, esse último sendo direcionado para os jovens. Assim, escolas diurnas e noturnas foram mantidas em suas dependências, voltadas, especialmente, para pessoas de ambos os sexos que não tinham recursos financeiros. A elas, o Clube Comercial proporcionava matrícula e frequência sem custos, além de material escolar gratuito (CUNHA, 1950).

Também houve algumas iniciativas do município, atribuídas a Reforma da Instrução, realizada por Benjamim Constant, em 1890, que outorgava às cidades a responsabilidade de criar e manter escolas públicas, como a criação da primeira escola pública municipal de Juazeiro, sancionada pelo intendente Ramiro Antônio Ribeiro, em 01 de fevereiro de 1896. Essa instituição foi assumida pela professora Isabel Carolina de Carvalho, que tomou posse em 07 de abril de 1896. De acordo com os registros resgatados por Dourado (1978) e Rodrigues (2009), até o ano de 1911, Juazeiro contará com quatro escolas públicas, além das contribuições da iniciativa privada.

²⁰ Cunha (1976) se refere às personalidades nomeadas para assumir a responsabilidade das instituições escolares como “professores leigos”, uma vez que não possuíam diploma para exercer a profissão. Os primeiros professores diplomados vão assumir a função apenas em 1865. Foram eles: Francisco José do Nascimento e Rosalina Mata do Nascimento.

Mesmo diante do cenário acima mencionado, as instituições escolares juazeirense vão ganhar pouco espaço nas páginas do *Correio do S. Francisco*. De todas as notícias analisadas, apenas quatro serão voltadas para as escolas da cidade. As poucas menções ocorreram entre os meses de novembro e dezembro de 1903, nos quais o jornal irá pautar algumas de suas atividades e o fim do ano letivo. Nesse contexto, a Escola Municipal do sexo feminino ganha espaço no noticiário em duas edições diferentes, ambas voltadas para a realização dos exames finais. Na edição do dia 22 de novembro, o periódico noticia:

No dia 28 do corrente terão logar na escola dirigida pela digna professora a exm. d. Izabel d'Almeida os exames finais das alumnas Honorina Puccini, Ritta Duarte, Alice Gomes da Silva e Guiomar Belfort. Nesse dia serão expostas ricas prendas domesticas que demostrem o fino gosto e a louvavel applicação das gentis crianças que por sua vez atestam a paciencia e as habilitações da intelligente e provectora professora que com tanto zelo e dedicação prepara as futuras mãis de familia. A infância d'esta terra as nossas felicitações
(CORREIO DO S. FRANCISCO, 22 nov. 1903, p.3).

Nesse trecho, fica evidente uma prática ainda muito comum no início do século XX: os espaços de educação exclusivos para as meninas. Louro (2004) pontua que, durante boa parte da história da educação, os processos educativos para a transformação de crianças em futuros homens e mulheres foram distintos. Essa distinção era baseada em um ideal de “vocaçãõ natural para cada sexo”, apoiado na concepção de que as habilidades físicas e sociais eram determinadas pela questão biológica. Assim, era esperado que as mulheres permanecessem no espaço doméstico, aos cuidados da casa, filhos e maridos. Já para os homens, era esperado o exercício da sua liberdade e sua atuação no espaço público, especialmente, o trabalho e a política (FRANÇA e CEZAR, 2007).

Diante dessas circunstâncias, a escola terá papel fundamental em alinhar normas, apresentar valores e condutas apropriadas para serem seguidas: “para os meninos, noções de geometria; para as meninas, bordado e costura” (LOURO, 2004, p. 374). Essa autora ainda questiona como as divisões de classe, a etnia e raça também influenciaria na determinação e formas de educação utilizadas para meninos e meninas. A leitura, escrita, matemática básica consistiam nos primeiros ensinamentos para ambos os sexos, mas as distinções logo surgiam:

Para as filhas de grupos sociais privilegiados, o ensino da leitura, da escrita e das noções básicas da matemática era geralmente complementado pelo aprendizado do piano e do francês que, na maior parte dos casos, era ministrado em suas próprias casas por professoras particulares, ou em escolas religiosas. As habilidades com a agulha, os bordados, as rendas, as habilidades

culinárias, bem como as habilidades de mando das criadas e serviçais, também faziam parte da educação das moças; acrescida de elementos que pudessem torná-las não apenas uma companhia mais agradável ao marido, mas também uma mulher capaz de bem representá-lo socialmente. O domínio da casa era claramente o seu destino e para esse domínio as moças deveriam estar plenamente preparadas. Sua circulação pelos espaços públicos só deveria se fazer em situações especiais, notadamente ligadas às atividades da Igreja que, com suas missas, novenas e procissões, representava uma das poucas formas de lazer para essas jovens (LOURO, 2004, p. 373).

Esses aspectos evidenciam um cenário educacional complexo, especialmente, se levarmos em consideração as premissas educacionais mencionadas no capítulo 2, que tratam sobre o desejo de construir um cidadão republicano a partir do espaço escolar. Como destacado, anteriormente, meninos e meninas terão instruções diferentes. Louro (2004) enfatiza que, embora o acesso à educação represente um grande ganho na luta feminina, essa instrução ainda era centrada para tornar as mulheres em “pilares de sustentação do lar”, um aspecto que também irá encontrar justificativa alinhada aos novos valores do regime.

Segundo Valetim et. al (2019), as mulheres terão papel evidente na ordem republicana, atuando como agentes fundamentais nas tentativas de inserir os valores modernos na sociedade. Ainda de acordo com esses autores, seriam elas as primeiras pessoas responsáveis por disseminar os preceitos, valores e condutas que estavam de acordo com a nova mentalidade. Sejam como mães ou professoras, sua função social era voltada para educar os filhos ou, no sentido republicano, formar futuros cidadãos, como salienta Louro (2004):

[...] para elas, a ênfase deveria recair sobre a formação moral, sobre a constituição do *caráter*, sendo suficientes, provavelmente, doses pequenas ou *doses menores* de instrução. Na opinião de muitos, não havia porque *mobilizar* a cabeça da mulher com informações ou conhecimentos, já que seu destino primordial – como esposa e mãe – exigiria, acima de tudo, uma moral sólida e bons princípios. Ela precisaria ser, em primeiro lugar, a mãe virtuosa, o *pilar de sustentação do lar*, a educadora das gerações do futuro. A educação da mulher seria feita, portanto, para além dela, já que sua justificativa não se encontrava em seus próprios anseios ou necessidades, mas em sua função social de educadora dos filhos ou, na linguagem republicana, na função de formadora dos futuros cidadãos (LOURO, 2004, p. 373-374) [grifos da autora].

Também será nesse período que as portas do magistério irão se abrir para as mulheres, especialmente, no ensino primário. É possível observar essa movimentação por meio de algumas perspectivas. A primeira, certamente, corresponde a associação das mulheres para o tratamento com crianças. Louro (2004) explica que as mulheres eram vistas como “naturais

educadoras”, uma vez que tinham como destino primordial a maternidade. Assim, o magistério era visto como uma “extensão da maternidade”, onde os alunos e alunas eram vistos como filhos “espirituais”. A mulher-educadora era vista como um ser mais afetivo que racional, assim, caberia a ela completar o ensinamento normativo e disciplinar, que era iniciado em casa através da mãe. Dessa forma, a profissão não trazia riscos a moral dominante direcionados para as mulheres que, aos poucos, saíam dos ambientes da casa e da igreja e assumiam outros espaços públicos, como a escola.

Do mesmo modo, é preciso considerar que esse avanço da presença feminina no espaço escolar estava relacionado ao crescimento de oportunidades mais rentáveis para os homens, responsáveis anteriormente pela instrução. Durante a expansão da urbanização e industrialização, coube aos homens desbravar esses avanços modernizadores, relegando às mulheres profissões menos reconhecidas (VALENTIM et. al., 2019 apud LOURO, 2002).

De forma ambivalente, nesse cenário de mudanças que se constrói, a representação da mulher se equilibrará (ou dividirá) sempre entre dois polos. No primeiro deles, a possibilidade de formação intelectual, de atuação profissional e aquisição de um espaço público até então inédito. No segundo, o sempre presente culto à domesticidade como forma de valorização conservadora das funções usualmente reconhecidas como femininas. Em ambos, a responsabilização da mulher pela reprodução dos valores morais e pela manutenção do bem-estar familiar, saudável, em seu mais amplo sentido. Argumentos normatizadores, higiênicos, que defendem a vida privada e o amor materno como elementos basilares do desenvolvimento físico e emocional daqueles que serão os futuros cidadãos da república (VALENTIM et. al, 2019, p. 9).

Nas notícias do *Correio do S. Francisco*, já era possível notar a ocupação dessas mulheres nesse ambiente escolar, ao falar brevemente da atuação da professora d. Izabel d’Almeida, responsável por preparar com zelo e dedicação as futuras mães. Na edição do dia 29 de novembro de 1903, esse jornal volta a pautar a escola municipal do sexo feminino, dessa vez, para anunciar o resultado dos exames finais:

Hontem, sob a presidência do Dr. Intendente procedeu a comissão composta dos professores a exma. d. Adelina d’Oliveira e Luiz Cursino a exames finais nas alumnas Honorina Puccini, Guiomar de Magalhães, Alice Gomes da Silva e Ritta Duarte preparadas pela digna professora da escola municipal a exma. d. Izabel d’Almeida.

Foram aprovadas com distincção as senhoritas Guiomar de Magalhães e Ritta Duarte e plenamente as senhoritas Alice Gomes da Silva e Honorina Puccini. Por falta de espaço deixamos de dar hoje, o que faremos em numero vindouro, descripção das prendas domesticas que merecem realmente menção especial (CORREIO DO S. FRANCISCO, 29 nov. 1903, p.3).

Também é possível observar, nessa edição, certas similaridades com as descrições tecidas por Louro (2004) e Valentim et. al. (2014) com relação a educação feminina na cidade de Juazeiro. Apesar do *Correio do S. Francisco* não deixar evidente, em sua notícia, no currículo escolar do educandário do sexo feminino, existem vestígios que permitem compreender o papel dessa instituição: a formação de “futuras mãis de família”. Nesse sentido, fica perceptível uma preocupação direcionada não para uma instrução das mulheres que possibilite a busca de uma independência feminina, mas sim, para a formação do seu caráter moral voltado para o destino: ser esposa e mãe.

É interessante ressaltar que, ao fim dessa notícia, o jornal justifica a ausência de mais detalhes sobre os exames finais pela falta de espaço na edição, assegurando a presença no próximo número. Esse fato não irá se concretizar. Essa será a última vez que o jornal irá pautar a escolar municipal feminina, pelo menos dentro dos números disponíveis para nossa análise.

4.1.1. **“No desempenho da ingente e benemérita missão de educar a mocidade”: O Gremio Polymathico Manoel Xavier**

Apesar dos aparentes avanços, alguns autores observam certo atraso no desenvolvimento do campo da educação em Juazeiro. Rodrigues (2009) atesta que, no início do século XX, a capacidade de atendimento educacional e a escolarização eram ínfimas se comparadas ao desenvolvimento socioeconômico da cidade, pautado anteriormente, no capítulo 3. Outros fatores, que esse último autor destaca, ampliando esse contraste, diz respeito à efervescência cultural e intelectual que o município vivia. Nesse período, Juazeiro já se constituía como uma referência por ter diversas associações e instituições socioculturais, como o Clube Comercial e a Sociedade Literária José Petitinga, que promoviam encontros e debates entre intelectuais, artistas, políticos, homens de imprensa, a fim de disseminar ideais que sinalizassem um progresso na esfera pública.

Em contraponto, Petrolina se destacava pelos serviços educacionais que prestava não apenas para a sua população, como também para moradores de Juazeiro. Para Rodrigues (2009), o desenvolvimento do campo educativo estava atrelado às iniciativas dos setores do poder local petrolinense, que investiriam mais em educação se comparado a Juazeiro. Em sua pesquisa, Chilcote (1991) também ressalta o contraste educacional entre as duas cidades:

Petrolina sempre fora conhecida por suas boas escolas e o contraste com as escolas de Juazeiro era espantoso. A maioria das crianças, mesmo as das famílias mais pobres, frequentava a escola primária em Petrolina e muitas delas continuavam a estudar em uma das cinco escolas secundárias (CHILCOTE, 1991, p. 131-132).

A discussão sobre o campo educacional entre os dois municípios é, por vezes, complexa. Historicamente, o território que hoje é conhecido como Petrolina, era reconhecido apenas por proporcionar bom acesso dos viajantes que desejavam chegar a Juazeiro. Durante sua passagem pelo território, o engenheiro Fernando Halfeld (1860, p.34) descreve o local, situando-o na margem esquerda de Juazeiro, nomeando-o como Passagem do Joazeiro, que tinha apenas “uma capella e 48 casas edificadas sobre rochedos graníticos-gneiss”. Somente em 1895, Petrolina irá ser elevada a categoria de cidade. Ainda assim, o pequeno município ainda era considerado “atrasado” e “resistente ao progresso” pela limitada atividade mercantil, pecuária primitiva e incapacidade de desenvolver um setor industrial. Ao escrever sobre esse período, Chilcote (1991, p. 73) destaca uma fala de J. Ávila, relatando que os habitantes petrolinenses “viviam sob um regime patriarcal (...) absolutamente dependentes de Juazeiro, que sempre tratou Petrolina como simples tributária”.

O processo de “independência” de Petrolina será, de forma gradual, capitaneado, especialmente, pela influência política que algumas famílias tinham na região e na província²¹. Esse fator será essencial, por exemplo, no angariamento de recursos estatais para a execução de programas e instalação de instituições educacionais²². Em seu livro, Britto (1995) revela que, antes mesmo de ser elevada a categoria de comarca, Petrolina já tinha uma legislatura destinada para a instrução primária da vila. Primeiro, através de uma cadeira de instrução para o sexo feminino, garantida pela Lei nº 921 de 19 de maio de 1870. Posteriormente, foi designada a professora Maria Leopoldina, advinda da cidade de Olinda, para lecionar. Junto a sua irmã, Amélia, Leopoldina viria a fundar o Colégio Santa Cecília, que funcionava em dois turnos: “pela manhã, atendia as meninas; à tarde, aos meninos” (BRITTO, 1995, p. 257).

²¹ No capítulo “Petrolina: Patriarado e Dominação Familiar”, Chilcote (1991) lista algumas famílias petrolinenses que eram chefiadas por coronéis que dominavam a política e economia da cidade. Eram elas: Amorim, Cavalcanti, Coelho, Padilha e Santana Souza.

²² Essa preeminência ficará mais evidente a partir da década de 1920, quando Petrolina passa a ampliar as instituições educacionais, em seu nível primário e secundário, além da criação de cursos de formação de professores. Nesse cenário, é relevante destacar a fundação da Escola Nossa Senhora Maria Auxiliadora, em 1926, e o Ginásio Dom Bosco, em 1927, que passam a receber os jovens estudantes que iriam dar continuidade aos seus estudos, através do ginásio. Até então, os estudantes que terminassem o ensino secundário precisavam se mudar para capitais, como Recife (PE), Salvador (BA). Em Juazeiro, por exemplo, o primeiro ginásio será criado apenas na década de 1940.

Essa discussão sobre como essas duas cidades lidaram e desenvolveram o campo educacional em seu território, no início do século XX, é essencial para esta pesquisa, uma vez que essas questões se farão presentes no objeto de estudo, dando sentido ao *corpus* selecionado. Durante a leitura flutuante das páginas do *Correio do S. Francisco*, por exemplo, pouco se noticiava sobre as instituições juazeirenses, com exceção de pequenas notas que anunciavam o início das férias ou sortidas notícias sobre algum curso, como descrito anteriormente. Em contraponto, notei que havia uma frequente menção as entidades educacionais petrolinenses, especificamente sobre o Gremio Polymathico Manuel Xavier. Das 35 matérias agregadas a modalidade “Instituições Escolares”, 15 eram voltadas para pautar as atividades, eventos e cursos presentes nessa instituição.

Na tentativa de buscar outras referências para reforçar esta análise, busquei consultar a bibliografia sobre a História e Educação de Petrolina. Nos livros encontrados, poucas eram as menções a respeito do Gremio Polymathico Manoel Xavier, geralmente, apenas pontuando seu ano de fundação. Sabe-se que o Gremio foi inaugurado no dia 24 de agosto de 1903, a partir da iniciativa de um grupo de jovens da cidade. De acordo com Britto (1995, p. 278), essa instituição foi o primeiro estabelecimento de ensino de Petrolina voltado para o ensinamento das Ciências e Letras, um verdadeiro “tempo de letras e artes”. A entidade também tinha um edifício próprio, localizada na Avenida Joaquim Nabuco, na área central da cidade.

É possível observar que existe uma relação harmoniosa entre o jornal e o Grêmio. Nas notícias, o *Correio do S. Francisco* sempre se refere a essa instituição com elogios e comentários positivos, chegando a reconhecer o seu empenho em promover o progresso de Petrolina. Também notei que havia uma consideração do Grêmio em relação ao trabalho jornalístico do periódico, sendo a instituição uma das principais responsáveis em encaminhar informações sobre os eventos e atividades que estavam desenvolvendo, além dos acontecimentos da cidade de Petrolina. Esse último aspecto fica claro em uma das edições do jornal, quando o correspondente inicia o texto anunciando a volta dos informes: “Depois de longa interrupção passo a relatar-vos o ocorrido nesta localidade e peço permissão para continuar a dar semanalmente notícias” (CORREIO DO S. FRANCISCO, 1904, p.2).

Há uma penumbra que não permite afirmar com exatidão a forma de organização e a finalidade dessa instituição²³. No periódico, era comum se referir ao Grêmio como uma

²³ Na Primeira República, o sistema educacional se organizava através de diversos níveis, a exemplo das Escolas Isoladas, Escolas Reunidas, Escolas Complementares, Grupos Escolares, Escolas Normais. Diante dessa multiplicidade, Porcel (2007) afirma que, por vezes, existia uma complexidade em classificar algumas instituições educacionais.

associação, que, dentre as suas missões, estava responsável por educar a mocidade. A partir disso, as formas de instrução eram desenvolvidas de diversas formas, por meio do acesso ao ensino, livros e revistas, discussões literárias, além de promover eventos culturais como saraus e apresentações de teatro. Esses aspectos evidenciam que a formação do indivíduo estava atrelada não somente a aprendizagem de conteúdos sistematizados, mas também o desenvolvimento dele enquanto apreciador da literatura e das artes.

Observei, ainda, certa fluidez em fomentar processos educativos que transitam entre experiências formais e não formais. De acordo com LaBelle (1982 *apud* BRUNO, 2014), essas vivências são comuns, uma vez que nem sempre os contrastes entre a educação formal e não formal são claros ou exclusivos. Por isso, esse autor delimita dois pontos que irão ajudar nessa diferenciação: o modo predominante de aprendizagem e a intencionalidade das ações e atividades. No caso do Gremio Polymathico Manuel Xavier, sua atuação será mais evidente na esfera da educação formal, visto que algumas características vão se fazer predominantes, como: a atuação em espaços normatizados que atendem as diretrizes nacionais, seguindo, inclusive, uma sistematização de atividades e disciplinas.

A primeira aparição da instituição, no *Correio do S. Francisco*, evidenciou parte desses aspectos anteriormente citados. No dia 22 de dezembro de 1903, o jornal noticiou o resultado dos exames finais:

A 13 do fluente, ante selecto concurso de pessoas gradas, tiveram lugar os exames de portuguez do Instituto de Humanidades, a cargo desta benemerita associação. A commissão examinadora, composta dos drs. Joaquim Wanderley, José Candido de Freitas e Manuel Xavier P. Barreto, proclamou o resultado seguinte: Manoel Francisco de Souza Filho e Francisco Febronio de Souza, aprovados com distincção e louvor, José Domingos dos Santos Filho, aprovado plenamente.

Aos exames da aula primaria presidiu a comissão formada pelo dr. Manuel Xavier P. Barreto e os srs. Professor Laudolino de L. Freire Filho e Francisco Febronio de Souza, foram aprovados plenamente os srs. José Dias da Silva e João Saldanha Braga (CORREIO DO S. FRANCISCO, 22 dez. 1903, p.2).

Ao ler essa notícia, é possível identificar as primeiras evidências que dizem respeito à atuação dessa instituição que, com quatro meses de funcionamento, já era a sede do Instituto de Humanidades, oferecendo o curso primário e de português. Nesse momento, não serão trazidos muitos detalhes sobre a sua atuação ou seus cursos, no entanto, os nomes contidos na matéria irão indicar algumas possibilidades de reflexão.

A primeira observação gira em torno da lista de alunos, especialmente as do curso de português, no qual se destacam os nomes de Manoel Francisco de Souza Filho e Francisco

Febrônio de Souza. O sobrenome “Souza”, presente em ambos os estudantes, irá refletir a participação de uma das famílias mais importantes de Petrolina. De acordo com Chilcote (1991), em um período em que a elite de Petrolina girava em torno de poucas famílias, os “Souzas” iriam ganhar importante destaque na política, a exemplo de Manoel Francisco de Souza Júnior, que foi eleito o primeiro prefeito do município, exercendo seu mandato entre os anos de 1893 a 1895. Na economia, a atuação dessas personalidades também era bastante presente. Em um mapeamento realizado ainda por esse autor, referente à renda comercial de líderes políticos de Petrolina e o valor dos impostos pagos, no ano de 1923, a família Souza irá compor quatro dos sete nomes apresentados.

Assim, vão se mostrando evidências de que a atuação do Grêmio era voltada para atender a uma elite petrolinense. Não coincidentemente, os estudantes citados vão se tornar nomes amplamente conhecidos na política. Francisco Febrônio de Souza será eleito vice-prefeito de Petrolina, em 1922, e Manoel Francisco de Souza Filho, mais conhecido como “Souza Filho”, terá uma grande carreira política, sendo eleito deputado estadual e, posteriormente, deputado federal pelo estado de Pernambuco. Também tiveram passagem pela instituição alguns “homens de letras”, como o jornalista Francisco Neto, o advogado Nestor de Souza, além de outros poetas e literatos.

O caráter educativo do Gremio Polymathico Manuel Xavier fica mais evidente na medida em que avancei na análise do *Correio do S. Francisco*. Na edição de 07 de fevereiro de 1904, o periódico noticia que as matrículas para o Curso Geral do Instituto de Humanidades, a cargo do Grêmio, seguem abertas. Por meio dessa matéria, é possível ter um panorama mais amplo da atuação dessa instituição no campo educacional, especialmente, nas questões voltadas para o seu calendário e suas atividades escolares. Logo no início, essa edição do jornal destaca que o ensino ofertado pela entidade segue os “metodos mais modernos e práticos”, sendo divididos em três cursos: primário, intermediário e secundário.

O “método moderno e pratico”, provavelmente, fazia referências às discussões voltadas para a escolarização e as reformas do ensino, realizadas na primeira década da República. Durante esse período, houve um entusiasmo acerca da educação, ao acreditar que o projeto modernizador republicano encontraria amparo para a difusão de suas ideias a partir da disseminação do ensino no país. Em decorrência disso, diversos debates entraram em ascensão, ganhando popularidade por meio de decretos e ações do Governo Central. Apesar de algumas dessas ações não se revelarem como inéditas, como a regulação da instrução primária em diversas regiões e, até mesmo, a descentralização da gestão da instrução pública, havia certo desejo de encerrar vínculos com o passado imperial, promovendo o novo regime. Em meio a

isso, o trabalho de Benjamin Constant, que estava a frente da Secretaria de Estado dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, se destaca.

De acordo com Delaneze (2007), Constant depositava na educação, a esperança da “redenção moral da sociedade”, por isso promoveu uma série de decretos que refletiam sua preocupação na qualidade do ensino. Esses regulamentos ficaram conhecidos como a “Reforma Educacional de Benjamin Constant”, que influenciava, especialmente, o ensino primário e secundário da capital federal. Na prática, a Reforma de Benjamin não chegou a ser amplamente difundida no Brasil, de maneira especial, pela ausência de comprometimento do Governo Central em auxiliar os estados, no entanto, essas aspirações educativas serviram como parâmetro para ser adotado em território nacional, pelo menos em alguns aspectos, a difusão de uma educação voltada para a formação social e política dos estudantes (DELANEZE, 2007). É possível identificar esse tipo de presença na atuação do Gremio Polymathico.

Segundo Schueler e Magaldi (2008), o processo de constituição da escola moderna, desse período, se caracteriza por atribuir as instituições educativas uma função sociopolítica, a qual seria instrumento de propagação do regime republicano, incluindo seus ideais, signos, ritos, etc. Reis Filho (1995 *apud* PORCEL, 2007) também chama a atenção, especificamente, para o papel da educação cívica²⁴ que irá garantir que, desde cedo, as crianças tenham a compreensão fundamental de exercer a cidadania, através de instruções que visam promover condutas morais para se viver em sociedade, assim como questões voltadas para o cuidado do corpo e higiene. Ainda para esse último autor, isso irá se revelar não apenas na atuação das entidades como um todo, mas através das disciplinas que serão aferidas, como História, Geografia, Economia Política, Educação Cívica, etc.

Esse aspecto pode ser visto na edição de 07 de fevereiro de 1904, na qual o *Correio do S. Francisco* cita as atividades e o calendário escolar do Gremio.

O primario, para crianças de ambos os sexos, - confiado ao zelo e a competência da illustrada professora D. Maria dos Santos da S. Menezes, digna esposa do distincto engenheiro Drº Diogenes da S. Menezes, - será reaberto a 15 do corrente funcionará de 9h da manhã às 3 da tarde.

O intermedio (curso elemental de Educação Cívica, Portuguez, Geographia e Historia do Brasil) regido pelo Dr. Manoel Xavier funciona das 9h as 10 1|2 da manha tendo tido durante o mês passado 7 alumnos de frequencia diaria.

O secundario já mantem as aulas de: Portuguez, das 3 as 4 1|2 da tarde, com 10 estudantes de frequencia constante durante o mez de Janeiro: Arithmetica,

²⁴ A Educação cívica difundida nos primeiros tempos republicanos, creditava aos professores – cada vez mais representado pela figura feminina –, uma missão cívica primordial, a de “apóstolo da civilização”, o que demandava um preparo bastante consistente e uma relação entre a educação de cunho moral, o civismo, a higiene e a pretensão de formar cidadãos civilizados que colaborem para construir um país desenvolvido (SOUZA, 1998).

às terças, quintas e sábados de 2 às 3h da tarde, frequentada por 7 estudantes; Geographia, às segundas, quartas e sábados de 2 a 3h. da tarde, frequentada por 4 estudantes: regidas pelo Dr. Manoel Xavier; Francez, de 1 às 2h. Da tarde, frequencia de Janeiro, 2 alumnos; Escripuração Mercantil, de 9 às 10h. Da manhã, frequentada por 2 alumnos, às terças e sextas feiras, regidas pelo Dr. Joaquim Wanderley (CORREIO DO S. FRANCISCO, 07 fev. 1904, p.2).

A partir dessa notícia, observei que a preocupação da formação sociopolítica se estabelece, especialmente, a partir do ensino intermédio, quando os estudantes terão acesso as disciplinas de Educação Cívica, Português, Geografia e História do Brasil. Esses elementos estão de acordo com a perspectiva de progresso, alimentada no regime publicano, que irá buscar promover virtudes morais e um sentimento patrióticos (SCHUELER e MAGALDI, 2008). Esse ufanismo também estará presente em outros momentos, como na celebração do dia 07 de setembro, no qual é comemorado o dia da Independência do Brasil. Na ocasião, o Gremio Polymathico sediou um sarau, com “discursos alusivos ao feito da nossa Independência”, contando com a presença de “senhoritas luxuosamente trajadas” e um “soirée dansante que seguiu-se até alta madrugada”. No encerramento da notícia, o *Correio do S. Francisco* desejou “felicitações pelo brilhantismo e êxito da festa cívica que mais uma vez soube, com o *estos* de verdadeiro patriotismo, promover em honras aos créditos de tão útil associação” (CORREIO DO S. FRANCISCO, 1904, p. 2).

Outro aspecto interessante, na matéria que cita as atividades e o calendário escolar do Gremio, diz respeito à lista de instrutores responsáveis por ministrar as disciplinas. É possível perceber que, majoritariamente, os nomes compostos ao corpo docente dessa instituição eram de homens que tinham acesso à cultura letrada. Para exemplificar, as figuras de Joaquim Wanderley e Manuel Xavier ficaram conhecidas em Petrolina não por serem instrutores em estabelecimentos de ensino, mas por exercerem o papel de juiz de direito, durante a temporada na cidade. Circunstâncias como essas não eram incomuns, uma vez que, até então, não existia uma formação propriamente voltada para exercer o ofício de professor. O método de ensino era intuitivo, seguido por alguns intelectuais ou os “professores leigos”, que não tinham formação, mas sabiam ler, escrever, contar, etc. Louro (2004) descreve essas figuras, apontando que “deveriam ser, eles e elas, pessoas de moral inatacável; suas casas ambientes decentes e saudáveis, uma vez que as famílias lhes confiavam seus filhos e filhas” (p. 371-374).

A notícia de 07 de fevereiro também apresenta uma relação numérica dos estudantes que frequentam as aulas do Instituto de Humanidades. Mesmo que a quantidade total permaneça desconhecida, há viabilidade de realizar um levantamento parcial. O intermédio e secundário

são frequentados por sete e dez alunos, respectivamente, de ambos os sexos. Esse fato evidencia a acessibilidade da população as aulas ministradas pelo Gremio Polymathico, revelando uma quantidade bem inferior, levando em consideração que a população de Petrolina beirava os sete mil habitantes (ALMANAK LAEMMERT, 1904). Por meio dessa edição, fica explícito ainda que a instituição tem iniciativa privada:

Qualquer aula é gratuita para o associado ou alguém por si.
Os parentes consanguíneos, espirituais ou afins ou tutelados dos sócios gozarão do abatimento de 50 % sobre a tabella vigente.
Muito honrará o estabelecimento uma visita dos Srs. interessados (CORREIO DO S. FRANCISCO, 1904, p. 2).

Mesmo não relatando a tabela de preços, essas informações contribuem para esclarecer como era o acesso às aulas dessa instituição. Apesar de não ser exclusiva aos associados, haviam benefícios para as famílias que eram sócias do Gremio, no formato de abatimento dos preços ou até mesmo em sua “gratuidade”. Esse aspecto torna evidente que as atividades fomentadas pela entidade eram acessíveis para os indivíduos que tinham poder aquisitivo para manter em dia as relações financeiras, fato esse que corrobora com a percepção ressaltada anteriormente, de que a atuação do Gremio era voltada para atender as demandas educacionais da elite petrolinense.

Para além do espaço de reunião e ensino, o Gremio Polymathico também abrigava uma biblioteca que era constantemente mencionada nas notícias do periódico, a exemplo da edição de 17 de janeiro de 1904:

A biblioteca tem tomado grande incremento, graças ás valiosas ofertas recebidas, sendo a mais recente a da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro enviada pelo correio ultimo (de 16 do andante).
A frequência dos leitores aumenta de modo cada vez mais satisfactorio.
Congratulamo-nos como Gremio que impulsiona com vital empenho o progresso desta bela Petrolina (CORREIO DO S. FRANCISCO, 17 jan. 1904, p. 2).

Para Castro (2003), a escola e a biblioteca devem ser interpretadas como interdependentes e indissociáveis entre si. Enquanto a primeira, pode ser compreendida como um espaço de mediação e troca do saber entre mestres e estudantes, a segunda se configura como um centro convergente de informação, atuando na aprendizagem dos alunos e auxílio das atividades docentes. Nela, há o encontro entre os saberes professados e produzidos anteriormente, dando sentido ao entorno sociocultural. Esse autor ainda destaca que a relação

entre o ensino e a biblioteca assumiu diferentes posicionamentos, refletindo o momento histórico, político e educacional pelo qual o país se encontrava.

Diante disso, o recorte noticioso acima desperta algumas reflexões. A primeira, certamente, é a íntima relação entre a doação de livros e, portanto, expansão da biblioteca, com o aumento da frequência dos leitores. O jornal destaca essa iniciativa do Gremio como uma atitude voltada para promover o “progresso desta bela Petrolina”. Essa evidência reflete, novamente, como o acesso à educação estará intimamente atrelado a formação do novo cidadão republicano. De acordo com Santos e Paiva (2021), o espaço físico das instituições escolares será palco para a propagação de novos signos e ritos atrelados ao novo regime. Assim, é possível compreender a “constituição de bibliotecas como uma oportunidade para fortalecer a disseminação desses ideais, uma vez que livros, revistas e periódicos passavam a ganhar o papel de mediadores da educação, difundindo ideias e práticas para formar a opinião pública” (p. 9).

A notícia também ressalta que a doação foi realizada pela Biblioteca Nacional, sediada no Rio de Janeiro, capital federativa do país. Essa informação tende a trazer reflexões sobre como Juazeiro e Petrolina estavam a par das mudanças ocorridas no país. É válido relembrar como a cidade do Rio de Janeiro estava passando por intensas mudanças, tanto em sua infraestrutura, como na adoção de novos valores republicano, se tornando a “vitrine do novo regime” para as demais cidades. Assim, a doação desse acervo pode ser interpretada como uma nova possibilidade de contato e instrução para a mocidade, que terá acesso a livros, revistas e periódicos que circulavam na capital, absorvendo novas percepções sobre sua realidade e, por consequência, modificando seu modo de existir e se relacionar com o resto do mundo.

Em decorrência a todas as questões já pontuadas, dedicadas ao Gremio Polymathico Manuel Xavier, algumas impressões sobre a instituição se tornam plausíveis. A primeira, certamente, diz respeito a sua atuação enquanto entidade que estava preocupada em formar uma “mocidade” que cultivasse conhecimentos práticos, virtudes morais, sentimentos patrióticos, preparando, assim, futuros cidadãos conscientes. Esse aspecto reflete uma forte inspiração com as ideias promovidas pelo período. Dessa forma, é possível constatarmos que o Gremio se aproxima das aspirações cultivadas pelo “sonho republicano”, especialmente as que pautam o progresso e civilização através da escolarização. Essa concretização, no entanto, não será viabilizada através da ação do Governo Central, mas sim, por meio do apoio político e econômico das elites locais que tinham forte desejo de se aproximar das mudanças que ocorriam nas capitais brasileiras.

4.1.2. Arraial de Santa Rita do Rio Preto e as escolas distantes do projeto modernizador

Para além das cidades de Petrolina e Juazeiro, o *Correio do S. Francisco* também trazia alguns relatos sobre as experiências educacionais de outras localidades. Na edição de 27 de dezembro, por exemplo, o jornal veicula uma correspondência do Arraial de Santa Rita do Rio Preto²⁵, escrita por uma pessoa que se identifica como Sevenén, que começa o texto informando que, devido à ausência de notícias sobre sua terra, “tomou a liberdade” de escrever, remontando todos os acontecimentos importantes que tem se passado nos últimos meses naquele, onde o jornal tinha um numeroso grupo de assinantes e apreciadores. Os relatos partilhados descrevem uma sucessão de aspectos que tem deixado os moradores com o sentimento de desamparo, como a falta de investimento nas instituições de ensino até as consequências da estiagem no território.

Esse autor continua seu relato na referida matéria, informando que, apesar da instrução primária já ser bem conhecida, é preciso partilhar as particularidades que estão acontecendo no lugar onde mora. Segundo ele, em Santa Rita do Rio Preto, existem três escolas: a escola estadual do sexo masculino, regida por Elpidio Casimiro Ferreira Sant’Anna; a estadual do sexo feminino, ministrada por Maria Zeferina Mendes da Costa, além da escola mista, assumida por d. Maria de Meira Lima. Ao todo, essas instituições contam com oito professores que exercem o magistério com “escrúpulos cuidados”, apesar dos pagamentos estarem em atraso, chegando a ficarem até 12 meses sem receber o salário.

Sevenén também relata sobre as condições físicas e materiais das entidades se encontram inadequadas, com a ausência de livros e objetos úteis ao ensino. Em determinado trecho, ele idealiza uma pessoa que tivesse o poder de retirar o investimento em “luxos desnecessários” e direcioná-lo para a educação:

Se houvesse um filho de Deus, que dirigindo o mundo, extinguisse alguns logares superfluos, redosisse o numero de empregados em algumas repartições, suprimisse algumas festas, evitasse algum luxo desnecessario, e applicasse as respectivas verbas em favor da instrucção pagando opportunamente, ao professorado, e fornecendo aos jovens alumnos, casas commodas e higienicas, mobilia adequada, utencilios apropriados e livros e objetos de expediente quanto bastasse, esse sr. merecia então os incomios de todo o mundo, e eu por minha vez, que sou pai pobre, entregar-lhe-ia o meu coração, como penhor da minha gratidão (CORREIO DO S. FRANCISCO, 27 dez. 1903, p. 2).

²⁵ Na época, o Arraial de Santa Rita do Rio Preto fazia parte do município de Barra do Rio Grande, citado algumas vezes pelo jornal. Em 1931, o arraial alterou o nome para “Rio Preto” e, posteriormente, para “Santa Rita”, no qual é conhecido até os dias atuais. A cidade fica localizada, também no Estado da Bahia, a 580km de Juazeiro.

Além de trazer uma descrição acrescida de opiniões sobre o cenário educacional de Santa Rita do Rio Preto, o texto de Sevénen se configura como um importante relato que contribui para uma outra perceptiva acerca do processo de constituição e difusão da escola primária moderna, durante a Primeira República. De acordo com Schueler e Magaldi (2008), as representações educacionais desse período estavam predominantemente arraigadas a noção de ruptura com o passado imperial brasileiro, ressurgindo como novo marco, por meio da disseminação e democratização de um modelo escolar ideal, tido como um lugar social da educação infantil.

Como pontuei, anteriormente, este estudo não acolhe a ideia de uma historiografia baseada na linearidade de marcos, datas e acontecimentos. Por isso, é possível notar que a transição dos ideais voltados para a educação era feita, muitas vezes, sob um longo processo, no qual antigas e novas ideias se faziam presente, se adequando a realidade de cada lugar.

Ainda que a preocupação com a escolarização e com sua extensão a camadas mais ampliadas da população se tornasse crescente, a democratização efetiva do ensino ainda se mostrava como uma realidade bastante limitada, nas primeiras décadas do século XX (...) a realidade então vivida – inclusive a educacional – não correspondia àquela projetada pelos sonhos republicanos (SCHUELER e MAGALDI, 2008, p. 46).

Essas autoras sinalizam também a importância de reavaliar as interpretações que condizem a esse período histórico, dando ênfase às particularidades e distinções atreladas a conformação da escola primária, assim como compreender os processos históricos da formação escolar brasileira, para além dos marcos cronológicos convencionais, rigidamente impostos para a compreensão da história nacional, tais quais Brasil Colônia, Império, República.

Diante disso, ao voltar ao relato de Sevénen, é possível notar indícios de que, em muitos casos, as condições desses estabelecimentos educacionais vão chegar às comarcas e vilas, especialmente, as que ficam mais distantes do centro político-administrativo nacional, de forma paulatina. No caso de Santa Rita do Rio Preto, há escolas com professores que não recebem salários, ministrando aulas com materiais e livros precários. Bem distante do projeto modernizador, essa realidade também era observada em outras localidades do território nacional, inclusive em algumas capitais.

4.2. A FORMAÇÃO DO HOMEM REPUBLICANO

4.2.1. As posturas do cidadão republicano frente a cidade moderna

Para acompanhar o ritmo dos pensamentos modernos que estavam sendo disseminados por todo o país, afetando diretamente os valores, condutas e ações da população em geral, surgiu a necessidade da criação ou adaptação de mecanismos regulamentadores e disciplinadores a fim de orientarem a sociedade para essa nova realidade. Assim, os Códigos de Posturas voltaram a se popularizar nas cidades. De acordo com Schmachtenberg (2008), esses códigos eram um conjunto de normas e regras de comportamento e convívio, voltadas para uma comunidade ou sociedade. Eles serviam como instrumentos para difundir técnicas de controle e vigilância, com o objetivo de coibir a desordem e possibilitar formas mais adequadas de convívio social, de acordo com os valores da época. Assim, serviam como uma postura preventiva da ordem pública.

Em algumas edições, o *Correio do S. Francisco* irá publicar os Códigos de Posturas referentes a algumas cidades em que o jornal circula. No dia 17 de janeiro de 1904, o periódico abre espaço, nas suas páginas, para publicação do Gabinete da Intendência Municipal de Juazeiro, datada de 13 de janeiro de 1904, escrita por Diogenes da Silva Menezes e aprovada pelo Intendente José Ignácio da Silva. Na ocasião, serão ressaltados alguns artigos do Código de Posturas da cidade, a fim de “alertarem” os moradores da cidade para o cumprimento da legislação, como fica claro no trecho abaixo:

Faz lembrar a todos os munícipes o dispositivo dos artigos, abaixo publicados, da Lei nº 18 de 24 de Novembro de 1900 (Codigo de Posturas) o apella para a boa vontade e o o patriotismo dos seus conterrâneos no sentido de auxiliarem no cumprimento das leis municipaes especialmente, no momento actual, das que dizem respeito a cães, porcos e outros animaes soltos nas ruas da Cidade, chamando também a atenção dos Juazeirenses para o vergonhoso espectáculo que nos oferece o deposito de immundicias nas praças e ruas centraes e barranco do rio em frente a Cidade (CORREIO DO S. FRANCISCO, 17 jan. 1904, p. 3).

Ao todo, foram destacados oito artigos que, em geral, tinham relação direta com a organização do espaço urbano juazeirense. O Art. 10, por exemplo, proibia jogar lixo ou “substancias pútridas de qualquer espécie” em áreas que não eram designadas pelos Fiscais, sob multa de 4\$000 (quatro mil réis) ou dois dias de prisão. Nesses casos, também caberia ao autor a responsabilidade de remover os objetos para um local apropriado. Esse artigo ainda trazia, como parágrafo único, a mesma penalização para as pessoas que não “conservarem varridas as

frentes de suas casas, considerando-se frente metade da rua e nas praças uma extensão de quatro metros”.

Toda essa relação de organização e limpeza de espaços públicos e privados também estava diretamente ligadas a ascensão dos ideais republicanos. De acordo com Archanjo e Archanjo (2009), o investimento em embelezamento e saneamento eram realizados na intenção de que as cidades se tornassem exemplos de modernidade, uma vez que a higiene passa a ser considerada um elemento inerente a cidadania. Portanto, regras, voltadas para a limpeza de calçadas e residências, eram reforçadas para manter um padrão higiênico. Outros espaços públicos também serão alvos dessas leis, como as praças e parques, conhecidos por serem pontos de encontro. Particularmente, em Juazeiro, também são considerados os locais que beiravam o rio São Francisco, como os portos. No Art. 18, a Intendência proíbe a lavagem de roupas em todos os portos públicos da cidade, sob pena de 2\$000 (dois mil réis) ou prisão por um dia. Esse é um exemplo emblemático para a discussão de como as normas de posturas representavam, em alguns casos, uma ruptura com os valores antigos.

Para além da manutenção da limpeza das residências e ruas, a publicação também ressaltava leis que regulamentavam ou proibia a criação de animais na zona urbana. O Art. 17 proibia, expressamente, a criação de porcos em quintais ou mesmo no perímetro urbano, sob pena de 5\$000 (cinco mil réis). Essa lei era passível de denúncias que deveriam ser feitas na Intendência. Nesses casos, o Fiscal iria no local da residência, alertando os moradores ou donos do quintal da proibição contida no artigo, exigindo a retirada dos animais da cidade. Em caso de não cumprimento da ordem, em 24 horas, a multa seria dobrada enquanto permanecessem no local. Para a criação dessa espécie, o §2, do Parágrafo 1, ressalta que devem ser “enchiqueirados” a pelo menos um quilometro de distância, na extremidade abaixo da cidade. Seus infratores estavam sujeitos a multas de 10\$000 (dez mil réis) ou cinco dias de prisão.

Já no Artigo 86, além da proibição dos porcos, a legislatura recriminava a circulação de “cães soltos, lanígeros, caprinos” nas ruas da cidade, sob pena de 2\$000 (dois mil réis) aos responsáveis. A multa não incluía as demais despesas que se somavam a apreensão dos animais, durante o período de 24 horas. Caso não fossem reclamados, eles seriam “postos em hasta publica e o produto recolhido aos cofres municipais”. Havia algumas exceções que estavam previstas em lei. O parágrafo único do Art. 86 flexibilizava a criação de cabras, em casos de escassez de leite das mães. Para isso, era preciso pagar 5\$000 (cinco mil réis) por cada cabeça. Para diferenciá-las das que não estavam de acordo com a legislação, a Intendência fornecia uma coleira com uma “chapa” do município. Também havia uma exceção para os cães, prevista no Art. 87. Os tutores poderiam ter perdigueiros – ou de outras raças – vagando soltos, desde que

pagassem um valor anual de 6\$000 (seis mil réis). Nesses casos, a Intendência também fornecia uma “chapa” para identifica-los. As únicas raças isentas eram os “cães rateiros e dos pequenos chamados de mimo”.

Essa série de decretos contra a circulação de animais nas ruas das cidades não se restringia a cidade de Juazeiro. Em uma pesquisa histórica-documental acerca de Parintins, localizada no estado do Amazonas, Archanjo e Archanjo (2019) se debruçaram a analisar as políticas públicas voltadas para a higienização e embelezamento da cidade, identificando as normas de salubridade urbana contidas no Código de Posturas, especificamente, as que regulamentavam a presença de animais nas ruas. De acordo com esses autores, a criação de porcos e caprinos nos quintais de casa era uma prática muito comum, especialmente, em cidades interioranas. Essa postura, no entanto, era associada ao passado colonial e, portanto, estavam em descompasso com o ambiente moderno que estava sendo promovido. Assim, os

Animais deveriam estar em locais confinados ou distantes da área urbana, evitando assim o lançamento excrementício em locais público, ameaçando a salubridade do lugar bem como a integridade física dos moradores. Retirar das ruas animais que antes circulavam livremente passa a ser uma obrigação legal como também estética dos moradores (Archanjo e Archanjo, 2019, p. 5).

Para além de ressaltar e relembrar os moradores do Código de Posturas de Juazeiro, o *Correio do S. Francisco* dedicou outra edição para publicar legislações de outros municípios, como foi o caso do “Código de Posturas do Município de Remanso”, pautado na edição de 22 de dezembro de 1903. Na ocasião, o Conselho Municipal de Remanso revisou as posturas municipais que estavam em vigência e acrescentou outros artigos que condiziam com as normas na época. O resultado foi uma série de 89 artigos que se dividiam em 11 capítulos, entre eles: a iluminação, limpeza das casas, ruas, praças e portos públicos; do Cemitério, pântanos, estagnação de águas, asseio do curral, matadouro público, açougue e imundices; das ruínas, escavações e precipícios; animais caninos e carreiros; da tranquilidade, segurança, higiene e comodidade dos habitantes; de edificação e reedificação e plantio de árvores; da criação, lavoura e do gado suíno e lanífero; do Comércio em geral; das vozerias, injurias e obscenidades e dos espetáculos e quaisquer diversões públicas.

Esse panorama permite visualizar com mais detalhes como o governo municipal traçava as posturas para os moradores dessa urbe. O Capítulo 1 detalhava as multas e penalidades cometidas a pessoas que danificassem qualquer cenário ou objeto considerado público ou privado, assim como minuciava acerca da limpeza e manutenção das ruas, praças e residências.

Enquanto que as ruas e praças ficavam sob a responsabilidade da administração do município, as residências e calçadas permaneciam a cargo dos moradores. Em decorrência disso, uma série de coisas passavam a ser censuradas, como o depósito de lixo, entulhos ou materiais de edificação em locais inapropriados ou que atrapalhassem o trânsito.

Também eram propostas outras leis que tinham caráter próximo a “deveres” que deveriam ser executados pelos cidadãos para contribuir com o embelezamento da cidade. A exemplo disso, o Art. 3, no § 3 do referido Código determinava que “os habitantes desta cidade são obrigados a mandar cair as frentes de suas casas ao menos uma vez por ano, ficando designado os meses de Maio até Julho, para esse serviço”.

Em sentido semelhante, o Código de Posturas dedicava o Capítulo 5 para tratar sobre a edificação e plantio de árvores. Para construir casas, estabelecimentos, jardins ou calçadas, os proprietários precisavam solicitar uma licença ao Intendente, de acordo com o Art. 31. Para isso, a pessoa deveria levar um documento que comprovasse a sua posse sobre o terreno. Também era preciso realizar o alinhamento, que sempre estaria em “linha recta nas ruas edificadas”. As leis delimitavam com precisão uma série de medidas que deveriam ser atendidas: os muros voltados para as ruas deveriam ter pelo menos 16 palmos; os passeios construídos com pedras ou tijolos, possuindo largura mínima de seis palmos, por exemplo.

Costa (2002) associa essa padronização e alinhamento de casas, muros e calçadas as preocupações higienistas da época. De acordo com essa autora, a Teoria Miasmática²⁶ teve certa influência na estruturação das cidades, especialmente no século XIX. Para essa teoria, as doenças seriam produzidas por miasmas que corrompiam o ar e atacavam o corpo humano. Assim, “o meio físico e social, a natureza e a concentração de homens eram produtores de miasmas” (COSTA, 2002, p. 64). Seguindo essa linha de pensamento, uma das alternativas para eliminar os riscos da circulação dos miasmas, seria articular formas para que o ar circulasse, pois tudo que estivesse parado poderia ser perigoso a saúde pública.

Para aperfeiçoar o trabalho da ventilação e conter o fluxo das emanções sociais, procede-se a um novo recorte do espaço dos equipamentos urbanos. Normas, que concernem principalmente a respeito da largura das ruas e altura das casas, são estabelecidas a fim de favorecer a circulação do ar. Vastas praças, contendo fontes, foram construídas e as cidades rasgadas por largas ruas, avenidas e bulevares. A arquitetura é marcada pela abertura de grandes janelas e portas (COSTA, 2002, p. 64).

²⁶ Essa corrente ganhou ampla popularidade. Até o século XIX, doenças contagiosas como a varíola, cólera e malária eram associadas aos miasmas que eram transmitidos através do “mau ar”, emanados por matérias orgânicas pútridas. Devido a essa associação, uma série de medidas foram adotadas, como a ampliação de ruas e avenidas para a circulação do ar, destinação “apropriada” para os dejetos, organização de locais considerados insalubres, como cemitérios e matadouros e etc (COSTA, 2002).

Em uma linha de raciocínio semelhante a essa, certos setores da cidade foram considerados como insalubres e, por isso, foram afastados e submetidos a uma série de regras. Alguns desses ambientes foram hospitais, cemitérios, prisões, matadouros e etc. No Código de Posturas da Cidade de Remanso, esse conjunto de ambientes considerados insalubres foram agrupados no Capítulo 2, voltado para discutir o “Cemitério, pântanos, estagnação de águas, aceio do curral, matadouro público, açougue e imundices”. Boa parte das regras contidas nesse capítulo eram voltadas para os funcionários responsáveis pelo estabelecimento. No caso do Cemitério, por exemplo, havia uma lista de artigos voltados para a atuação do zelador e coveiro. Ao primeiro, cabia o papel de guardar a chave do Cemitério e da Capela, além da responsabilidade de sua manutenção, solicitando, sempre que necessário, o apoio da intendência para as reformas necessárias. Também era responsável por agendar os funerais e se certificar que havia autorização para o enterro. Por último, cabia a ele marcar os locais apropriados para serem abertas as valas e mausoléus, “seguindo neste trabalho a melhor ordem possível”. Já ao coveiro, cabia seguir as orientações do zelador, abrindo as valas nos locais que eram solicitados e estar presente em todas as inumações. O coveiro também ficava responsável em garantir um substituo provisório, caso tivesse impedido de executar as atividades, sob pena de perder o posto, caso não fizesse.

Assim como o cemitério, outro espaço considerado “insalubre” e que foi contemplado no referido Código de Posturas foi o matadouro municipal. Para esse estabelecimento, eram dedicadas uma série de leis que delineavam seu funcionamento. Antes de tudo, eram ressaltadas as competências dedicadas ao curraleiro, que deveria conservar em completo asseio o curral do município e a área de abatimento do gado, além de prestar ao fiscal as informações necessárias da entrada e saída do gado, apresentando uma relação mensal ao Intendente.

Dito isso, o Código de Posturas também delimitava algumas regras para o espaço físico do estabelecimento, a exemplo do Art. 17, que repassava métricas da infraestrutura que o matadouro deveria ter:

As casas estabelecidas com açougue deverão ter pelo menos a altura de 11 palmos de frente, serem ladrilhadas, bastante arejadas e as paredes caiadas sob pena de dois mil reis de multa por cada rez nella exposta ao consumo ou um dia de prisão (CORREIO DO S. FRANCISCO, 22 dez. 1903, p. 2).

Outras questões também eram destacadas, como a proibição de deixar, no curral da municipalidade, cambões, caveiras, ossadas ou quaisquer objetos considerados inapropriados em áreas inconvenientes para seus descartes, reforçada no Art. 13. O abatimento das rezes – gado – também deveria ser feita exclusivamente no matadouro, após uma verificação cuidadosa dos animais, para confirmar se estavam prontos para o consumo. Também era proibido o abatimento de rezes doentes, por isso, um fiscal ficava responsável por acompanhar a operação. Após a obtenção da carne, outras normas eram impostas, como a proibição de vender carne verde, expor ao sol, nas ruas ou, até mesmo, vender a carne com salmoura derramada no chão.

Essas regras sinalizam uma tendência a aproximar a organização urbana da saúde e o comportamento social. Esse fato não é ocasional. De acordo com Costa (2002), entre os séculos XIX e XX, o discurso médico higienista irá ter grande influência no pensamento social e na organização ideal das cidades. Essa autora cita o exemplo da “Enciclopédia de Higiene e Medicina Pública”, dirigida por Dr. Jules Rochard e publicada no fim do século XIX. No capítulo voltado para Higiene Urbana, ele faz uma série de recomendações sobre a construção das cidades, como a abertura e conservação das ruas, a construção de habitações, fontes de água, manutenção do esgoto e resíduos e etc. Todas essas orientações são seguidas por detalhes sobre dimensão, largura, revestimento, limpeza, localização, escolha e preparo do solo, assim como seleção de materiais.

Com base em discursos semelhantes, que uma série de normas e regras serão elaboradas, conforme será abordado no próximo subitem. Assim, os

Códigos de postura e códigos sanitários, marcados por uma nova concepção de cidade salubre, higiênica, ordenaram as construções e o traçado urbano, disciplinaram a vida da população e contribuíram para urbanização da sociedade. As práticas urbanas foram marcadas pelas novas concepções de saúde/doença dominante no século XIX (COSTA, 2002, p. 68).

É possível ver as influências desse discurso nos Códigos de Posturas das cidades de Juazeiro e Remanso, quando ressaltam a necessidade das casas e estabelecimentos estarem alinhados em linha reta com as ruas edificadas ou quando detalham as medidas que as residências devem ter: os muros devem ter tamanho mínimo de 16 palmos, assim como as calçadas devem ter seis palmos de largura, nunca menos. Outro exemplo, também já citado anteriormente, diz respeito a obrigação de cair as frentes das casas pelo menos uma vez ao ano, entre os meses de maio e julho.

Apesar do jornal não abordar em suas páginas como a população recebia essas normas, é possível tecer alguns desafios que, certamente, foram erguidos nesse processo. O primeiro deles corresponde ao choque cultural que a implementação dessas normas significava. Archanjo e Archanjo (2019) ressaltam que a formação de cidadãos através dos decretos foi algo complexo, no primeiro momento, pois algumas normas se chocavam diretamente com as tradições e modos de viver das comunidades e sociedade, exemplificando que, na cidade de Parintins, assim como em outras urbes interioranas, ainda era muito comum a criação de porcos nos quintais. Nos casos de Juazeiro e Remanso, por serem cidades ribeirinhas, também podemos adicionar a imposição de algumas normas que alteravam a relação da comunidade com o rio São Francisco, como a proibição de lavagem de roupas e o banho de pessoas acima de sete anos em portos públicos.

Outra questão relevante diz respeito ao impacto socioeconômico que as regras geravam, especialmente, nos moradores em situação de vulnerabilidade. Cair casas anualmente, bem como o próprio fato de construir muros e calçadas, demandam despesas financeiras que, dificilmente, estariam acessíveis a toda a população. Será em sentido semelhante que Carvalho (1997) irá fazer uma análise, observando a “boa intenção” de grande parte das medidas que foram adotadas, em termos de proporcionar maior conforto e higiene para a cidade. Todavia, eram medidas “inteiramente irrealistas para a época” e que evidenciavam uma tentativa de controle da população marginal que habitavam esses lugares.

Patto (1999) faz uma apreciação de como essa campanha higienista chega ao Brasil. Mesmo sob grandes influências europeias, as realidades econômicas, sociais e culturais brasileiras vão trazer algumas especificidades. Ainda de acordo com ela, essa campanha estava diretamente ligada aos interesses da classe dominante que tentava promover dois projetos paralelos: a superação do “atraso” do país em relação aos países considerados “civilizados” e salvar a nacionalidade através da regeneração do povo. Sendo assim, Patto (1999) pontua:

Tal como acontecera no Império, higiene e beleza não raro compareciam geminadas no discurso das autoridades: falava-se em “regeneração estética e sanitária” do espaço urbano. Tudo o que fazia “feia” a paisagem urbana era objeto do olhar aflito da burguesia preocupada em não fazer má figura diante do mundo, motivo pelo qual aplaudia iniciativas que varressem as mazelas de um país bárbaro para debaixo do tapete, fossem elas cortiços ou vendedores ambulantes, quiosques ou mendigos. Em 1903, decretos punham sob o mesmo alvo ambulantes, pedintes e cachorros da cidade. Para que a cidade virasse vitrine de civilização era preciso esconder um povo que “não se enquadrava nos padrões europeus nem pelo comportamento político, nem pela cultura, nem pela maneira de morar, nem pela cara”. E o discurso estético, ao falar em eliminar edificações “carentes de inspiração artística”, camuflava interesses

comerciais que movimentavam em surdina as obras de saneamento (PATTO, 1999, p. 179).

Diante desse cenário, os Códigos de Posturas atuavam como uma forma de normatização do espaço público e, portanto, da sociedade. De acordo com Schmachtenberg (2008), esse conjunto de normas atuaria, inicialmente, nos lugares comuns da cidade, em uma forma de disciplinar esses espaços através da limpeza de terrenos e ruas, drenagem das águas, recolhimento do lixo, organização do sistema de esgoto. Em um segundo momento, se ordenavam os espaços privados da população, suas moradias, condutas internas e externas.

Um aspecto que chamou a atenção nas regras estabelecidas era a aplicação de uma penalização, seja no formato de multa ou de prisão, caso não fossem cumpridas. Esse é um dos motivos que faz Schmachtenberg (2008) compreender esse conjunto de normas como um dispositivo disciplinar e regulamentador, uma vez as multas ressoavam como uma forma de punição para aqueles que corrompiam o ambiente cidadão. Esse autor cita a pesquisa de Marluza Harres sobre as multas impostas nos ambientes de trabalho, fazendo uma analogia ao afirmar que, assim como nos lugares de atividade laborais, a administração pública seguia a lógica de criar um tipo de “alerta”, isto é, uma pressão para cumprir as regras ordenadas.

É possível deduzir que a determinação dos códigos de posturas possa ter gerado certo atrito na sociedade, como ressaltam Archanjo e Archanjo (2019, p. 8) ao afirmarem que os moradores tinham “seus próprios costumes sanitários, seus modos de perceber agir e sobre o que consideravam toleráveis e intoleráveis” que, em muitas vezes, poderia divergir com as questões apresentadas nesse tipo de regulamentos. Apesar dessas evidências, não aparecem reflexões nesse sentido nas páginas do *Correio do S. Francisco*. É importante considerar que os “não ditos” também se configuram como rastros – ou ausência deles – para realizar uma interpretação acerca da atuação do impresso.

4.2.2. “Evitar é sempre mais fácil, mais eficaz e seguro do que curar”: as relações entre o discurso higienista com a instrução e virtude da sociedade juazeirense

Como pautado brevemente no subitem anterior, a partir da segunda metade do século XVIII, o discurso higienista ganhará um amplo alcance que ia além da área da saúde, repercutindo e inferindo nas Sociologia, Psicologia, Urbanismo e Arquitetura, Literatura e entre outras. O avanço das novas concepções e descobertas científicas irá influenciar, especialmente, na organização do espaço público e disseminação de condutas voltadas para as pessoas que

habitavam esses lugares. Costa (2002) compreende que o discurso médico não criará uma teoria restrita sobre a vida urbana, mas fornecerá importantes elementos que servirão de base para as intervenções urbanas. Assim, “o médico como agente social que influencia outra visão sobre questões sociais é, por sua vez, expoente de um novo modo burguês de pensar a sociedade” (COSTA, 2002, p. 63).

Ainda de acordo com essa última autora, as primeiras movimentações irão surgir na Europa, no século XVIII, com a retomada da influência hipocráticas na medicina. Assim como Hipócrates associava as doenças com o meio ambiente, cinco séculos antes de Cristo, o chamado “neo-hipocratismo” irá reestabelecer a relação que associava o homem doente à natureza e sociedade. Assim, a doença se localizava não no indivíduo, mas no ambiente que o envolve. A partir disso, diversas teorias serão desenvolvidas, inclusive a miasmática, que tentavam compreender o impacto do meio na saúde humana. Na epidemia de cólera que atingiu a Europa, em 1832, por exemplo, acreditavam fielmente que a água era a responsável por disseminar a moléstia. Assim, eram adotadas medidas de saneamento que promovessem uma limpeza profunda, tanto do meio físico, como o social, “pois onde reinasse a sujeira, a concentração, o amontoamento, criava-se um ambiente propício à formação de miasmas e de doenças, fatores decisivos na mortalidade e morbidade dos habitantes” (COSTA, 2002, p. 64).

Fundamentados nisso que os médicos passam a fazer levantamentos sobre características socioeconômicas, físicas e culturais dos lugares. A partir dessas topografias que foi possível, segundo Costa (2002), diagnosticar lugares são e enfermos. Esses últimos foram, muitas vezes, associados a espaços onde havia amontoamento da população e desordem. Dessa forma, após localizar o “mal” no espaço, era necessário “medicalizar” a cidade, transformando os ambientes enfermos em salubre. Esse entendimento surtiu vários efeitos práticos, inclusive a associação da higiene ao controle e intervenção dos espaços públicos e privados.

A cidade seria vista como um “organismo vivo”, muitas vezes sendo comparada ao próprio corpo humano, no qual cada órgão tinha sua participação essencial no funcionamento do todo. O espaço citadino seria atrelado “a utopia de uma cidade higiênica (física e moral), salubre, bela, harmônica, equilibrada, racional, eficiente, arborizada, ordenada, planejada, funcional, zoneada etc. onde seja garantido o bem-estar social da população” (COSTA, 2002, p. 62). Será nesse sentido, por exemplo, que as reformas de Haussmann irão transformar Paris em uma cidade modelo para o mundo e a adoção de códigos de posturas e sanitários serão amplamente aceitos.

Essa perspectiva será dominante até o fim do século XIX, quando ocorre a emergência da bacteriologia e a associação das doenças passam a ser associadas a microrganismos invisíveis

ao olho humano. Mesmo após anos da sua “defasagem” científica, muitas condutas associadas a (in)salubridade do meio ambiente e a saúde humana irão permanecer na organização urbana e social. No Brasil, por exemplo, os avanços das discussões higienistas terão maior repercussão com a ascensão da República. Bertolli Filho (2001) comenta que com

O advento do regime republicano incentivou os debates que resultaram na elaboração de um projeto nacional modernizante e calcado nos modelos representados pelos chamados ‘países civilizados’. Neste processo, a Saúde Pública foi considerada um dos principais setores onde a administração governamental deveria intervir, já que, segundo os ideólogos do período, o padrão sanitário predominante no momento imperial depunha contra a qualidade da ‘raça brasileira’, minando o espírito coletivo compromissado com os interesses nacionais (BERTOLLI FILHO, 2000, p. 60).

Nesse sentido, Patto (1999) apresenta o exemplo das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo que emitiam relatórios técnicos de sanitarista que eram finalizados pedindo a intervenção do poder público para as problemáticas que envolviam a saúde pública. Assim, medidas como códigos de posturas, a construção de casas populares baratas e higiênicas ou a dissolução de cortiços e habitações desarrumadas eram colocadas em prática. Como foi analisado anteriormente, cidades interioranas, como Juazeiro e Remanso, também conduziram práticas semelhantes.

Todavia, é importante observar que essas ações e o comprometimento com o debate da saúde pública não estavam centradas apenas nas mãos da administração pública. Os jornais irão desenvolver atuações voltadas para esclarecer e instruir a sociedade a partir de artigos. Em 1904, o *Correio do S. Francisco* irá publicar uma série de matérias voltadas para discutir a saúde pública urbana, especificamente, partindo do discurso higienista. Na edição de 03 de abril, o periódico irá divulgar a primeira parte do texto escrito pelo Dr. L Anselmo da Fonseca, intitulado “Hygiene”. Na ocasião, o médico escreve sobre a higiene de uma perspectiva clínica, na qual ele atrela tamanha importância do seu conhecimento aos princípios anatômicos, isto é, durante as operações, os médicos deveriam se atentar não apenas a anatomia do corpo humano, como também para a higienização do ato cirúrgico. De acordo com sua visão, a Clínica e a Higiene nutriam uma relação de interdependência. Enquanto a primeira prestaria o “alto e indispensável serviço de revelar lhe as causas proximas da moléstia”, a segunda “retribue como abundancia, auxiliando a arte de curar em todos os casos em que esta se exerce” (CORREIO DO S. FRANCISCO, 1904, p. 1).

O texto segue, defendendo a higiene como um dos mais poderosos elementos de força que não se limita apenas a área médica, estando intimamente ligada a Engenharia, “nas construções urbanas e rurais, terrestres e marítimas”. Anselmo da Fonseca também ressalta a proximidade dessa com a Agricultura, uma vez que a higiene seria essencial no processo de tornar o solo apto para produzir culturas em maior quantidade e qualidade. Dessa forma, os interesses do agricultor deveriam estar ligados ao discurso da saúde pública. Para reforçar sua importância para o cultivo, esse autor enfatiza a fala de um “distinto higienista” que o estado próspero da agricultura de qualquer país é o termômetro para avaliar a salubridade e, portanto, o grau de civilização dos seus habitantes.

Devido a capacidade de atuação em diversas áreas de conhecimento, o médico considera a higiene um vasto campo de observações, possibilitando informações e aplicações metódicas para se aproximar da sua principal finalidade: evitar o adoecimento. Para isso, era necessário dedicar maior afinco ao seu estudo e a luta contra as causas mórbidas, externas e internas, a fim de não aumentar a receptividade do organismo humano às moléstias. Se as causas são externas, pontua, ela atua por meio do “sanamento do solo, do conveniente tratamento e extinção e da transformação dos habitats dos micro-organismos patogênicos e da destruição artificial dos animais que lhe servem de veículo para o organismo humano”. Também está por trás de outras medidas, como o isolamento, os cordões sanitários e quarentenas, assim como é efetiva na assepsia e desinfecções.

Já as causas internas, das quais o autor atrela as heranças e hábitos dos indivíduos, a higiene atuaria através de educação adequada para “prevenir o mal”:

Assim, se pode dizer da Clínica que é a providência ocasional, da Higiene prophylatica deve dizer se que é a providência e providência antecipadas e preventiva. Para satisfazer ao seu outro fim, isto é, melhorar a saúde, robustecer o organismo, desenvolver-lhes a capacidade de resistência e de acção, a Higiene procedo ajuda por meio do regime e da educação (CORREIO DO S. FRANCISCO, 03 abr. 1904, p. 1).

Na segunda e última parte do texto, publicada em 17 de abril de 1904, seu autor irá continuar a discussão, ressaltando que a “Higiene” seria um ramo da Medicina, mas se distinguia dos demais por ser mais extensa e produzir mais frutos, de acordo com sua opinião. Anselmo da Fonseca irá dividir o campo da higiene em três categorias: a Higiene Privada, que seria colocada em práticas pelos próprios indivíduos; a Higiene Pública realizada por meio do Estado e das autoridades sanitárias, sendo direcionadas às massas humanas; e a Higiene Internacional, que dependeria da ação conjunta e recíproca de diversas nações. O médico ainda

detalha a diferença das últimas duas: enquanto a Pública estaria condicionada a direcionar legislações e estar conectada a instituições sanitárias e estrangeiras, a Internacional foi uma iniciativa francesa, estando relacionada as conferências e convênios sanitários. Também caberia a responsabilidade de desenvolver estratégias para impedir a propagação das moléstias, como a peste bubônica, a cólera e a febre amarela.

Na abordagem sobre a Higiene Privada, há uma subdivisão em dois aspectos: a geral, voltada para estudar a influência dos meios sobre o organismo humano e sua reação a agentes externo, e a especial, que investiga a atividade dos homens e sua influência sobre todas as coisas que o rodeiam, aprofundando nas consequências desse exercício no organismo. No primeiro estudo, o homem é visto como agente passivo, já no segundo, é compreendido como agente ativo. Em todos os casos, seu autor indica que a única ação que os médicos poderiam fazer seria instruir aqueles que vem em sua procura.

De acordo com Anselmo da Fonseca, a higiene, especialmente a privada, estaria diretamente ligada ao ato de ensinar, uma vez que as ações seriam aplicadas por meio da observação e instrução dos indivíduos que atuariam na particularidade e em coletivos, isto é, em sociedade. Por isso, existiria uma íntima relação entre as regras higiênicas com a cultura intelectual e moralidade da sociedade. Ao designá-la como uma virtude, esse autor complementa:

Existe, innegavelmente, n'este juízo, uma exaggeração: que a virtude cega é pouco fecunda e muitas vezes contraproducente. Mas a exaggeração desaparecerá se dissermos que a Hygiene é a instrucção e a virtude, o que é de todo o ponto verdadeito, no sentido de que, n'aquillo que está acima do alcance dos instinctos, ella, sem aquellas duas condicções [instrucção e virtude], torna-se de facto irrealizável (CORREIO DO S. FRANCISCO, 17 abr. 1904, p. 1).

Assim, para conservar a saúde e prevenir futuras moléstias, era necessário que as pessoas fossem instruídas com normas higiênicas. Esse autor faz uma breve menção sobre as pessoas que ignoram essas regras e os acusa de pessoas ignorantes, sem força de ânimo e que agem baseados nos próprios impulsos. Por isso, ressalta que a ação da Higiene Pública está relacionada ao grau de desenvolvimento moral da sociedade. Ela seria desenvolvida por homens que “claramente compreendem os superiores interesses da humanidade”, que não deixam que as regras higiênicas virem apenas letras mortas.

Diante disso, foi possível notar uma nova postura e comprometimento do *Correio do S. Francisco* em trazer publicações que pautassem a temática da saúde pública com um caráter

não apenas informativo, como instrutivo²⁷. Após a divulgação do artigo “Hygiene”, o periódico continuou publicando uma série de artigos e matérias, escritas por especialistas ou pela própria redação, voltados para discutir essa questão. Na edição de 22 de maio de 1904 – um pouco mais de um mês após noticiar a última parte do texto sobre a Higiene – foi veiculado uma matéria intitulada como “Tuberculose”. Na ocasião, o texto começava com as seguintes palavras:

Em acordo ao nosso programma de esclarecer, e instruir as camadas inferiores da nossa comunidade, espalhando e diffundindo, tanto quanto permitem as nossas fracas forças de pequena Imprensa, os conhecimentos mais uteis e necessarios aos homens, vamos hoje dar a luz e talvez iniciar uma serie de conselhos práticos de grande valor e alcance para a vida da humanidade, exposta, muitas vezes, por ignorancia aos perigos d’este terrível mal, que assola as populações de todos os países, a tuberculose, geralmente conhecida por tísica, horrível moléstia que por si só ROUBA MAIS VIDAS, que todas as outras moléstias juntas (CORREIO DO S. FRANCISCO, 22 mai. 1904, p. 1) [grifos do autor].

O jornal segue o texto, ressaltando que esse “mal” assombrava a todas as classes sociais e tinham um efeito, quase sempre, fulminante para as pessoas que o encontravam. Nesse período, a tuberculose passa a ser encarada como uma “moléstia social”, que desafiava a ordem social. De acordo com Bertolli Filho (2001), não há como delinear com exatidão a origem temporal da tuberculose, sendo ela “tão antiga quanto a própria Humanidade”. O fato é que a doença já tinha uma longa trajetória, quando passou a ser alvo de preocupações, no final do século XIX. Segundo esse último autor, a enfermidade firmou-se como uma das principais causas de óbito entre os povos indígenas, ainda no século XVI, e continuou se propagando. A tuberculose só chamaria atenção das autoridades públicas com a vinda da Coroa Portuguesa para o Rio de Janeiro. Mesmo assim, as primeiras ações só seriam efetuadas, parcialmente, em 1886, quando seguiu o modelo preconizado europeu e colocou em atividade o primeiro nosocômio²⁸.

Conforme Bertolli Filho (2001), os debates republicanos, direcionados para a elaboração de um padrão sanitário semelhantes aos países considerados “civilizados”, incentivaram o combate aos avanços de endemias e epidemias que poderiam ameaçar o cotidiano das metrópoles. Esse empenho também era fundamentado em uma perspectiva econômica, uma vez que as enfermidades inibiam a chegada de novos continentes de imigrantes

²⁷ Até o dia 03 de abril, com a publicação do artigo “Hygiene”, não tinha sido catalogada nenhuma notícia que pautasse a Saúde Pública. Por isso, a crença na adoção dessa nova postura pelo jornal, uma vez que a temática voltaria a estar presente em 25 notícias de 19 edições, entre os meses de abril e outubro.

²⁸ Eram locais destinados ao atendimento e internação de pessoas doentes ou feridas. O nosocômio destinado a atender tuberculosos permaneceu aberto por 20 anos, sendo desativado por falta de investimento público e privado.

e investimentos em um país que buscava expandir no setor agrário-exportador. Assim, nesse momento, em que o país buscava se alinhar ao contexto internacional, uma série de estudiosos – médicos, juristas, administradores, escritores de ficção, intelectuais, homens da imprensa, religiosos e etc – buscavam não apenas estudar a doença, considerando seus aspectos sanitários, como também analisar a sociedade e a forma como esses indivíduos conviviam no espaço público.

Nesse contexto, o jornal irá destacar as tentativas da ciência em bradar contra o “cruel e devastador fragello”, ressaltando a coragem e disposição dos seus representantes, em especial, os médicos, que, muitas vezes, arriscavam a própria vida – e dos entes queridos – em frequentar as casas dos doentes para examiná-los. Atitudes como essas eram vistas como um grande ato de amor e benefício a humanidade. Por isso, era de extrema importância que cada pessoa tivesse consciência das verdades que eram baseadas na ciência. “Esperamos que os nossos leitores, que o publico, em geral, *acceite, pratique e aproveite* esses sábios conselhos, produto da elaboração de annos, de esforço de dedicados e da dedicação de bem intencionados” (CORREIO DO S. FRANCISCO, 1904, p. 1) [grifos do autor].

O primeiro conselho que o jornal expõe é direcionado para recriminar o ato de escarrar e cuspir no chão, associando a uma má ação, não apenas pela falta de educação ou cortesia, mas também relacionando a um dos maiores males que o indivíduo poderia fazer para seus semelhantes. Esse ato representava tamanha gravidade que o periódico o associava a um potencial mortífero: “Poupe o nosso Próximo. Não mateis”. Para explicar melhor essa relação, o texto pontua:

Quem escarra e cospe no chão concorre para a desgraça e infortuno da humanidade, quando não os gera e produz – Se não tendes escarradeiras, procuraes uma janella, uma porta, a rua; escarrar ao ar livre, nas ruas e praças; expõe à acção do sol e do calor, que os mata, esses cruéis micro-organismos, que nos roubam existencias preciosas e que em numero de milhares e milhões existem nos nossos escarros, sem que muitas vezes o saibamos = Inconscientemente em alguns casos lançamos a morte aos nossos semelhantes. Sem que o conheçamos somos assassinos. Para afastar portanto esse inconveniente, não cuspamos, não escarremos no chão de nossas casas no interior do nosso e do alheio lar=Bom ou doente, affectado ou não, velho ou moço, cumpramos o preceito da hygiene, da moral, da bôa educação (CORREIO DO S. FRANCISCO, 22 mai. 1904, p. 1).

É interessante observar que essa rígida orientação também buscava englobar o maior número de grupos da cidade, desde infectados a sadios, não importando a idade. Isso se deve ao fato da tuberculose ser uma doença transmitida por via respiratória e ter sintomas iniciais

que poderiam ser confundidos com outras enfermidades. Dessa forma, antes mesmo de se estabelecer a suspeita clínica – fato esse que reforça o caráter preventivo da higiene –, era importante que todos se conscientizassem e colocassem em prática esses novos hábitos, para impedir o contágio (ANTUNES et. al., 2000). A preocupação com os escarros era justificada pelo jornal por estarem associados aos principais agentes de propagação da moléstia. Já os que escarram nas escarradeiras não oferecia o mesmo perigo de transmissão²⁹.

O *Correio do S. Francisco* voltaria a pautar esse assunto no dia 12 de junho de 1904, com uma matéria sob o título “Cuspir e Escarrar no chão: A tuberculose”. No texto, será aprofundada a discussão sobre os hábitos de cuspir e escarrar no chão, os quais o periódico reforça a percepção de ser um mau hábito, que condena todas as boas práticas. Esse costume não era restrito apenas as “camadas inferiores da sociedade”, como também era adotado por pessoas “das mais altamente colocadas, dos que se prezam, se intitulam e dizem cultas e civilizadas” (CORREIO DO S. FRANCISCO, 1904, p. 1). Quanto a isso, o jornal culpa as pessoas que, muitas vezes, tem preguiça de dar alguns passos em direção a escarradeira, uma janela ou até mesmo na rua, onde poderia depositar na sarjeta ou bueiro.

Para embasar essa discussão, o texto seguirá explicando a falta de necessidade de tal ação. Para isso, irá pontuar a diferença entre o cuspe e o escarro. Enquanto o primeiro seria um lubrificante do bolo alimentar, que tem como finalidade auxiliar no trabalho da digestão, não havendo, conseqüentemente, a necessidade de expor para fora. O escarro, por sua vez, corresponderia a uma prática que deveria ser diminuída até o ponto de ser totalmente eliminada, pois não tinha nenhuma explicação fisiológica. Esses hábitos deveriam ser evitados ao máximo e, ao surgir a necessidade de externa-los, deveriam ser depositados nos lugares indicados pela ciência.

O texto também irá pontuar como esse hábito condenável é algo que infesta a sociedade brasileira, afastando-a dos países ditos civilizados. “Temos insistidos e insistiremos sempre contra esses males, que infestam a nossa sociedade, e que tanto contribuem para a propagação de terríveis moléstias, como dão ao estrangeiro uma péssima ideia de nossa cultura moral e científica” (CORREIO DO S. FRANCISCO, 1904, p. 1). Isto é, essas atitudes depreciavam o Brasil aos olhos do mundo e da ciência. Ainda é destacado que essas atitudes não são vistas

²⁹ As escarradeiras são recipientes próprios para direcionar o cuspe ou escarro. De acordo com Antunes et al., (2000), esses objetos estavam presentes em lugares públicos ou privados, luxuosos ou populares, se tornando um símbolo ligado a tuberculose. Os autores também contestam a sua eficiência, uma vez que eram objetos pesados e difíceis de serem conduzidos ou limpos, assim como a dificuldade de acertar o alvo, podendo espalhar gotículas pelo ambiente.

sendo replicadas por ingleses, alemães ou norte-americanos, que têm os princípios da boa ação de berço, apenas o brasileiro e o “português besuntão” que a reproduziam. Assim, se questiona:

Porque então, só nós, os brasileiros, nos havemos de atar a essas praticas reprovadas, que lembram o tapuyo inculto, com as bochechas phenes de fumo, a mastigar e mascalar-o, atirando aqui e ali cusparadas enormes, que trazem á associação ideias repugnantes de baixas acções animaes? (CORREIO DO S. FRANCISCO, 22 mai. 1904, p. 1).

Diante disso, o autor se impõe “não, não podemos continuar” com essa visão. O texto é finalizado com alguns conselhos que já tinha apresentado e outros novos. Bom ou doente, afetado ou não, velho ou moço, homem ou mulher, em casa ou na rua, todos precisam cumprir os preceitos da higiene moral e da boa educação: a expectoração é a principal fonte de propagação da tuberculose; a casa salubre é antituberculosa; a tuberculose é evitável, pois só se desenvolve em pessoas predispostas e etc (CORREIO DO S. FRANCISCO, 1904).

O jornal irá seguir divulgando, em outras edições, matérias voltadas para a discussão da saúde públicas. Debates sobre a “Hygiene” irão surgir em diversas matérias, seja como assunto principal ou em segundo plano, como: medidas profiláticas e repressivas; vacinação; varíola; serviços sanitários. O periódico também irá pautar sobre outras moléstias, como é o caso da Peste Bubônica, que será alvo de diversos artigos que vão abordar as medidas adotadas contra a doença, assim como demais instruções.

4.2.3. Os desafios do desenvolvimento através da natureza: relatos sobre os territórios rurais

Apesar de boa parte das discussões tidas como “modernas”, no início do século, estarem voltadas para a organização do espaço social urbano, notei que o *Correio do S. Francisco* trazia uma prevalência significativa de assuntos relacionados a natureza e ao meio ambiente rural. Das 158 notícias que foram consideradas nesta investigação, 36 notícias correspondiam a essa temática. Isso significa 25% do *corpus* da pesquisa. Esse fato poderia ser refletido a partir de algumas suposições, como a possibilidade de existir um número significativo de leitores que estavam ligados a produção nos territórios rurais, talvez, dando um indício precoce de uma região que seria conhecida futuramente como uma das maiores referências de fruticultura do país.

De qualquer forma, em um período onde diversas perspectivas de mundo estavam passando em transição, faria sentido pensar que novos olhares e leituras estariam se formando em torno da compreensão da natureza, explorando, sobretudo, a relação que os homens estavam desenvolvendo com seus fenômenos, elementos e recursos. Esse tópico será abordado de diversas formas no *Correio do S. Francisco*: a percepção dos indivíduos sobre o território em que estão inseridos, o cultivo de plantas, o desenvolvimento de técnicas agrícolas voltadas para facilitar o trabalho no campo etc. Esses aspectos também são discutidos a partir de variadas interpretações, desde a observação de homens comuns sobre os eventos climáticos até artigos desenvolvidos por pesquisadores nacionais.

As primeiras discussões sobre o meio rural vão surgir, no *Correio do S. Francisco*, em 1903. Em um relato assinado por Sevénen – que também foi usado como exemplo para a discussão de instituições escolares no subitem 4.1.2 -, o autor descreve os efeitos de uma estiagem, no Arraial de Santa Rita do Rio Preto. De acordo com esse remetente, o período sem chuvas demorou mais do que o esperado, o que acarretou uma desestabilização na vida socioeconômica do vilarejo. Devido aos prejuízos e a escassez de cereais, Sevenén relata que a população ficou receosa com a instabilidade, ao mesmo tempo em que crescia o número de pessoas em situação de vulnerabilidade econômica:

As chuvas se demoraram muito, e por isso tivemos que sentir algum prejuizo, na industria pastoril, e continuamos a soffrer a escassez e carestia dos ceriaes, sôrte indigna de uma zona fertilmente productora, como esta. Devido ao curso prolongado da secca, tem immigrado para esta villa, grande numero de familias do interior do termo, que andão pelas ruas publicas fracas e doentes de fome, esmolando a caridade, não encountrando o pão satisfactorio, porque, a parte dos habitantes que se soppõe mais garantida, experimenta tambem grosseiramente, as agruras da crise (CORREIO DO S. FRANCISCO, 27 dez. 1903, p. 2).

Descrições como essas foram comuns entre os anos 1903 e 1904, porque foi registrado um longo período de estiagem que afetou algumas províncias do Norte, especialmente, a do Rio Grande do Norte. Guerra (1981) realiza um levantamento desse fenômeno, ao longo dos últimos séculos, começando com os primeiros registros feitos pela Companhia de Jesus, em 1559, até a década de 1970, onde as informações são tidas como mais “seguras”, devido à atuação de vários cientistas. Para caracterizar esse período como seco, esse autor define que é preciso pelo menos 18 meses sem chuva, uma vez que a época chuvosa – entre janeiro e junho – está situada entre dois semestres – julho a dezembro – sem a ocorrência desse fenômeno. Seguindo essa lógica,

dois anos equivalem a 30 meses, caracterizando, assim o período da estiagem dos anos de 1903-1904.

O ciclo “tempo seco x tempo verde” ou “estação seca x estação chuvosa” é comum ao clima semiárido, onde o Arraial de Santa Rita do Rio Preto está localizado, se caracterizando por um índice pluviométrico irregular (com chuvas concentrando-se em determinado período do ano), diretamente atrelado a uma alta taxa de evapotranspiração, facilitando o fenômeno da seca. No Brasil, esse clima costuma desenvolver uma relação muito particular com a vegetação, onde predomina o bioma caatinga (CARVALHO, 2010)³⁰. Mesmo que, na época, não houvesse uma delimitação oficial do território brasileiro que seguisse essa nomenclatura e ressaltasse essas características³¹, havia a compreensão de que algumas províncias, que se localizam ao norte do país, padeciam de chuvas irregulares e períodos secos. Esse conhecimento ganhou ampla popularidade, sobretudo, após a “grande seca” de 1877-79, que foi a primeira a atingir os médios proprietários de terra, ganhando notoriedade nacional através da imprensa.

Esse episódio foi marcado por diversos motivos. Costa (2004), por exemplo, relata como esse fenômeno afetou a cidade de Fortaleza, destacando o grande fluxo migratório do interior cearense para a capital da província.

Com a elevação da temperatura e o reduzido índice das precipitações, as lagoas e os riachos secaram, as culturas foram devastadas e o gado morreu de fome e sede. A escassez de água e alimentos no interior levou a população sertaneja a migrar para as cidades litorâneas, principalmente a capital, que não tinha como abrigar o excedente populacional. Fortaleza também sofria os efeitos da seca, registrando índice de precipitações pluviais de 469mm para todo o ano de 1877. A elevação da temperatura causava a rápida evaporação das águas estagnadas, deixando expostas as matérias orgânicas decompostas pela “acção do calor e humidade”. O contato dos animais de rua e domésticos com essas sujeiras provocou a disseminação de epizootias (COSTA, 2004, p. 64).

Essa autora ressalta ainda que a rede de serviços públicos, voltados para a saúde, tinha dificuldades em atender a essa nova demanda populacional, que chegou a ser multiplicada por seis, durante esse período. A situação também se agravou devido à epidemia de varíola que se

³⁰ A Caatinga é um bioma exclusivamente brasileiro. Sua vegetação se caracterizando por uma área de domínio de árvores e arbustos que se adaptam a climas secos, com pouca ou irregular demanda de água. Devido a isso, as plantas desenvolveram diversas formas de adaptação, como folhas pequenas, espinhos ou até mesmo a perda de folhas durante o período da estiagem (FERNANDES e QUEIROZ, 2018).

³¹ A primeira delimitação irá ocorrer apenas em 1936, após a criação de uma área oficial de ocorrências de secas, denominada como “Polígono das secas”. Ao longo do século XX e XXI, essa cartografia será revista e modificada por diversas entidades que irão constituir uma delimitação do Semiárido Brasileiro de acordo com seus interesses. Atualmente, diversas cartografias convivem simultaneamente (CARVALHO, 2010).

proliferou rapidamente no território, quando apenas na Província do Ceará, foram registradas mais de 180 mil mortes.

Historicamente, a estiagem de 1903 e 1904 não teve impacto tão catastrófico como o do período de 1877-1879, no entanto, observei, no *Correio do S. Francisco*, o crescimento de uma movimentação que busca pressionar o governo brasileiro para promover iniciativas e destinar recurso público para a minimização dos efeitos da estiagem. No relato, Sevenén descreve com os “poderes competentes” tardam em auxiliar o povo, sugerindo, inclusive, algumas soluções que poderiam ser colocadas em práticas:

A proposito da secca, seria muito humanitario o procedimento dos poderes competentes, se auxiliasse a classe desprotegida da sorte, com os socorros, que, para caso taes, nos promettem as nossas constituições, e para isso bastava que o Governo mandasse fase aqui qualquer serviço de interesse publico, e n'elle mandasse empregar o povo desprotegido, de modo que assim, matava a fome aos pobres e nos legava ao mesmo tempo, uma obra util. São muitos os serviços de que carecemos, e taes são; uma casa de caridade, uma cadeia, um mercado, um cemiterio, um porto franco, a'guas açúdes, uma estação telegráfica (CORREIO DO S. FRANCISCO, 27 dez. 1903, p. 2).

A solução proposta por Sevénen não era algo inédito. Guerra (1981) sinaliza que, até 1845, a assistência do Governo Imperial se limitava à “distribuição de esmolas” para a população. Muitas vezes, essa dinâmica era realizada através da concessão de trabalho aos indivíduos considerados “flagelados” na construção de cadeias e igrejas. Posteriormente, irão aparecer obras de maior porte, como a abertura de açudes e estradas, que serão atribuídas a uma política de “Combate à seca”. Por inúmeros motivos, a atuação dessas políticas não foi exitosa. Essas práticas também fomentavam o que viria a ser chamada de “Indústria da Seca”, que favorecia determinados grupos a se apropriarem, de forma indevida, de recursos destinados a minimizar os efeitos da estiagem.

O relato sobre Santa Rita do Rio Preto não será o único a debater as questões relacionadas às condições climáticas e seus efeitos nas Províncias do Norte. O *Correio do S. Francisco* reproduz, entre agosto e setembro de 1904, um artigo intitulado como “Observações”, escrito por Antônio de Medeiros e publicado, originalmente, no *Jornal dos Agricultores*. Nesse texto, a estiagem é compreendida como um fenômeno físico-fisiológico, que ocorre, de forma periódica, conforme a ação de uma natureza “cruelmente caprichosa”³².

³² *Correio do S. Francisco*, Observações, 28 de agosto de 1904, p. 2.

O fenômeno periódico das sêccas prolongadas, que flagelam a maioria de quase todos os Estados do Norte, despovoando-os, empobrecendo os, arruinando-os, está indicando que os legisladores federaes têm o imperioso dever de providenciar de fôrma que de futuro à acção do mal não se faça mais sentir com a mesma violência desorganizadora e apavorante, que até ao presente há sido, infelizmente, a nota dominantes (CORREIO DO S. FRANCISCO, 28 ago. 1904, p. 2).

O foco dessa narrativa não será discutir as características e efeitos da estiagem, mas debater as possibilidades de ações que o poder público pode tomar para minimizar a sua intensidade. Medeiros irá direcionar seus argumentos para os representantes do povo brasileiro, que se encontram no Congresso Nacional, afirmando que é necessário deixar de concentrar as ações que evitem o aparecimento do referido fenômeno, redirecionando os esforços para “amortecer a intensidade e violência de sua acção”³³. Para fundamentar essa premissa, que estaria longe de ser uma “utopia irrealizável”, ele se baseia nas ações de outras nações que possuem características semelhantes aos territórios localizados na Província do Norte:

Não é o Brasil o único paiz do mundo onde a escassez das aguas meteóricas gera as secas periódicas.

Nas Indias Inglezas; ao Egypto e em quase toda a região septentrional da Africa; em varios logares da America Central, da America do Norte, da America do Sul; nas regioes australianas, etc., as sêccas são comuns, e aguardadas quase geralmente com a exactidão mathematica dos fenomenos astronômicos (CORREIO DO S. FRANCISCO, 04 set. 1904, p. 1).

Visto a periodicidade desse fenômeno, seria possível desenvolver intervenções organizadas e efetivas. Seguindo o modelo das nações mencionadas acima, Medeiros partilha, em seu texto, a necessidade de mobilização voltada para a fundação e multiplicidade de açudes, estruturas artificiais que tem por finalidade armazenar águas pluviais incidentes, que podem ser feitos de diversas formas - terra, alvenaria, concreto – e tamanhos. Esses mecanismos de armazenamento de água foram usados como recurso providencial para a estabilidade da população nesses territórios.

Até o ano do relato de Medeiros, já haviam algumas dessas obras que tinham sido desenvolvidas na Província do Norte. O Açude Cedro, em Quixadá-CE, foi o primeiro que se tem registro no Brasil, com caráter específico de amortizar os efeitos dos períodos secos. Sua construção começou em 1884, após tamanha proporção da Grande Seca de 1877-89. Monteiro

³³ Correio do S. Francisco, Observações, 04 de setembro de 1904, p. 2.

(2020) irá descrever o processo de construção desse açude, ressaltando, sobretudo, as expectativas que o Governo detinha em torno dessa obra:

O objetivo do presidente da província era demonstrar para os habitantes do Ceará e para outros grupos da sociedade brasileira que o governo imperial estava envolvido na construção dessa grande obra pública, assim como acreditavam na sua eficácia para solucionar o problema das estiagens. Acreditava-se que se construir esse “maravilhoso” reservatório e os canais de irrigação, a paisagem sertaneja seria transformada profundamente. As cidades que sofriam periodicamente com as “mais desoladoras secas” também seriam beneficiadas, assim como se desenvolveria a agricultura no Ceará, tornando-a moderna, produtiva e rentável. Dessa forma, supõe-se que, para essas pessoas, a concretização desse projeto de açudagem fosse de suma importância, pois além de fortalecer a influência dos políticos situacionistas, seria um bom símbolo do poder imperial na região sertaneja. Afora isso, sob o viés técnico e científico, representaria a vitória da humanidade sobre as intempéries da natureza (MONTEIRO, 2020, p. 5-6).

De forma semelhante, Antônio Medeiros irá discorrer sobre os benefícios que obras como essas poderiam trazer a população, caso voltassem a ser aplicadas no Brasil. Para esse autor, a medida seria bem sucedida por diversos motivos. Primeiro, porque os açudes se apresentam como um recurso de fácil articulação, possibilitando o fornecimento quase constante de água para as pessoas e animais, podendo também ser ligados a outros recursos de armazenamento de água, criando “cisternas ao ar livre”.

Além do fornecimento de água, Medeiros atribui outros impactos positivos na adoção desse recurso que estão ligados a relação com o ambiente em que são estabelecidos. Os açudes trazem consigo uma elevação no índice arborização, capaz de atenuar o fenômeno da evaporação, impedindo, também, que os ventos atinjam a área violentamente. Todos esses aspectos irão contribuir para a condensação dos vapores atmosféricos, favorecendo a precipitação de chuvas.

Diante dessas possibilidades, os açudes são vistos por Medeiros como uma “matriz salvadora”. O investimento do governo nesse tipo de recurso nas Províncias do Norte, de acordo com ele, colaboraria para o estabelecimento das populações nessas regiões, que passariam a ter maior facilidade em cultivar culturas, uma vez que fatores como a luz, água, calor, ar e solo estarão em função latente, assegurando a alimentação de homens e animais.

As populações, até agora forçadas pela Natureza e açutadas pelos governos a serem periodicamente nomades, tornar-se-hão estaveis, revestir-se-hão de coragem e, uma vez convencidas, moral e materialmente, de sua potencialidade de resistencia, poderão transpor as sêccas mesmo as

prolongadas e violentas. Isto, que aqui exponho, não é novo; é muito sabido. Resta que os legisladores federaes traduzam em lei que seja executada, estas aspirações seculares (CORREIO DO S. FRANCISCO, 04 set. 1904, p. 1).

No geral, as observações realizadas por Medeiros abrem brechas para diversas reflexões. A primeira que se destaca, certamente, é a compreensão da estiagem a partir de uma perspectiva científica, ressaltando-a como um fenômeno que faz parte da natureza.

A abrangência e relação com a natureza, levantadas por Medeiros, estão inseridas em uma proposta muito pertinente ao período em que foram escritas, no qual os ideais de modernidade estavam em ascensão. De acordo com Carvalho (2010), essa perspectiva é convergente a ideia de Ciência Moderna que, desde o século XVII, emergia na sociedade. Para ela, a Ciência Moderna se baseia na separação do homem e a natureza, no qual o homem passa a se relacionar e compreender a natureza a partir da possibilidade de exploração do território e das espécies contidas nele. Também predominaria a concepção de que os “déficits” encontrados no meio ambiente poderiam ser resolvidos através do desenvolvimento de técnicas e tecnologias que poderiam suprir essas ausências

No início do século XX, a estiagem vai ser compreendida como um fenômeno atrelado a uma concepção de hostilidade ambiental, sendo tratadas como o principal motivo para pobreza, à fome e migração da população. Dessa forma, a solução possível, seria o estabelecimento de obras técnicas que tivessem a finalidade de compensar o déficit hídrico do território que sofria com uma “natureza limitada e escassa de recursos naturais”, como afirma Carvalho (2010). Assim, ideias semelhantes as de Antônio Medeiros, que propôs a multiplicação de açudes em locais que contavam com essas características, começavam a ganhar popularidade e adesão.

Na concepção de território naturalizado pelas secas, caberia ao Estado-nacional a tarefa de ‘civilizar’ o território, corrigindo o determinismo natural, cujas intervenções dar-se-iam conta de inserir esse território dentro da ideia de nação forte, redirecionando-o para o desenvolvimento nacional (CARVALHO, 2010, p. 124).

A partir disso, haverá certa mobilização, especialmente no Congresso Nacional, onde a bancada dos estados do norte irão formar o “Bloco do Norte”, que iriam se organizar para a unificação de reivindicações de suas províncias. Nesse processo, a estiagem passará por um processo de “institucionalização”, abrindo espaços para a obtenção de verbas especiais que seriam destinadas as “vítimas do flagelo”. A partir dessa articulação política, serão criadas

algumas instituições que teriam como objetivo central desenvolver ações voltadas para o combate à seca, a exemplo da Inspetoria de Obras contra as Secas (IOCS)³⁴, criada pelo Decreto nº 7.619, de 21 de outubro de 1909, se dedicando a desenvolver estudos de caráter científico sobre os territórios de ocorrência de estiagem, assim como na construção de açudes e à perfuração de poços, na intenção de que o acesso à água traria desenvolvimento à região.

Para além dos artigos e relatos que envolviam a questão ambiental, o *Correio do S. Francisco* pautou a movimentação para a criação de organizações sociais que também tinham, como pano de fundo, relação com esse assunto. Dirigidos pela ciência e exemplos de sucesso, as conferências para a mobilização e criação de sindicatos virou notícia em duas edições do mês de dezembro de 1903. O primeiro texto, intitulado “Syndicatos Agrícolas”, foi divulgado na edição de 13 de dezembro, na qual o jornal começa a redação destacando o dever da imprensa em divulgar a propagação de ideias, compreendendo as dificuldades que alguns ideais têm em serem amplamente conhecidos.

A notícia proclamava a conferência realizada pelo sr. dr. Plinio Costa sobre as bases da organização e evolução de sindicatos agrícolas e cooperativas com finalidade semelhantes. O evento ocorreu no Club Comercial, contando com as pessoas “mais gradas d’esta cidade e da fronteira cidade de Petrolina” (CORREIO DO S. FRANCISCO, 1903, p. 1). Plinio Costa deu início a sua palestra ressaltando a importância da atividade agrícola para a transformação e desenvolvimento do Brasil. Em seu discurso, ele sempre se baseava em estudos e análise da experiência dos indivíduos que se uniram em coletivos e tiveram resultados positivos, a exemplo da Alemanha que, na época, mostrava um “assombroso” progresso, devido ao fortalecimento dos sindicatos. Sua segurança era tão consolidada, que o jornal relatou que se surgiam objeções, o palestrante combatia de modo categórico, afirmando que estaria pronto para responder e dar maior força da sua propagação. Nesse trecho abaixo, é possível ter maior compreensão da atuação do Plinio Costa que, durante a conferência, estava:

[...] mostrando e analysando os diferentes systemas que têm sido criados, dos quaes provou serem os melhores os de Schultze e Haiffeizen, com preferencia o d’este ultimo. Explicou o mecanismo de suas organizações, fazendo sentir a palpitante necessidade de serem ellas criadas pelos syndicatos agrícolas. S. S. disse sobre os efeitos d’essas agremiações na politica geral do paiz, estudando o seu momento actual com profunda verdade e clareza, e fazendo sentir os benéficos efeitos que d’elles poderão dimanar. Citou os nomes de escriptores illustres com Tarde sobre a lei da imitação, Stuard Milla sobre a

³⁴ Ao longo do século XX, a IOCS irá mudar sua nomenclatura. Em 1919, passa a se chamar Inspetoria de Obras contra as Secas e em 1945, passa a ser reconhecida com Departamento Nacional de Obras contra as Secas ainda atuante no beneficiamento de áreas e obras de proteção contra as secas e inundações; irrigação; radicação de população em comunidades de irrigantes ou em áreas especiais, abrangidas por seus projetos etc.

intuição positivo-social. Dupont-Vitthe, etc; fez notavel elogio dos nossos propagandistas, como: Olivera Bello, Baptista de Castro, Ignaco Testa, etc; e finalmente perorou fazendo um apelo ás classes laboriosas do paiz para se unirem sobre a forma de Syndicatos Agricolas (CORREIO DO S. FRANCISCO, 13 dez. 1903, p. 1).

Esse não seria a única Conferência com o propósito de discutir a formação de sindicatos. Na edição do dia 22 de dezembro de 1903, foi noticiado a realização de uma segunda conferência, focada no debate do sindicato pastoril. Diferente da primeira, nessa exposição, Plínio irá voltar suas falas para discutir a realidade e os desafios locais que os donos de gado da região enfrentavam.

Tendo talvez de ser enfadonho na demonstração de algumas theses, disse confiar, entretanto, na benevolência de todos e passou a estudar o estado actual da criação entre nós, mostrando os factores de sua crise e fazendo sentir o seu aniquilamento pela competência estrangeira e do sul do Paiz constante intermittencia de máos invernos desde que não buscássemos valer-nos dos recursos indicados pela sciencia e pala razão pratica para substituirmos os velhos processos da rutina. (CORREIO DO S. FRANCISCO, 22 dez. 1903, p. 1).

O palestrante continuou revelando o estudo minucioso que realizou entre as diversas espécies de gado. Para ele, a indústria pastoril dependia da forma inteligente e prática para se aplicar ao cruzamento de raças, melhor época para castração, os diferentes tipos de raça estrangeiras e nacionais etc. O fator climático também foi ressaltado. Esse autor ressaltou ainda que um modo de superar esse obstáculo seria o estabelecimento de depósitos de água que tivessem uma duração mediana e permanente, oferecendo também a possibilidade do plantio de vegetais, como mandacaru, xique-xique, macambira e o feno.

Para além das questões mencionadas acima, Plínio defendeu que era preciso combater fatores como a inércia, o egoísmo e o estilo individualista dos criadores que necessitavam unir suas forças sob a base de um sindicato. Os benefícios dessa relação consistiam em suprir as deficiências dos criadores, optando pela organização em caixas rurais ligadas ao sindicato. Era preciso resgatar o “espírito de associação que é a base do progresso das classes, das sociedades, da humanidade em summa”³⁵.

Os relatos sobre as conferências realizadas por Plínio Costa trazem vestígios das discussões que estavam se passando na sociedade juazeirense e que a imprensa julgava importante pautar em suas páginas. O conteúdo das palestras também apresenta alguns indícios

³⁵ **Correio do S. Francisco**, Sindicato Pastoril, 22 de dezembro de 1903, p. 1.

que já foram discutidos anteriormente, como a influência europeia para fortalecer as ideias de criar os sindicatos. Na ocasião, não apenas a Alemanha, como a Bélgica, Suíça e Suécia foram citadas como países que estavam em pleno progresso, devido as organizações coletivas que os indivíduos formaram.

Outra questão que se faz presente diz respeito as referências utilizadas para embasar os argumentos. Em todos o discurso, Plínio Costa utiliza de estudos e teses que já foram aplicadas e surtiram efeito. Para ele, o futuro do país estava atrelado as transformações e desenvolvimento das questões agrícolas. Todavia, esse desenvolvimento só seria bem executado se as ações que estão por trás sejam calcadas na razão, prática e ciência. Para isso, Costa cita renomados pensadores europeu do século XIX, como Gabriel Tarde e Stuart Mill³⁶. Isso demonstra que, mesmo concentrada no outro lado do Atlântico, no interior do país, a sociedade juazeirense já tinha contato próximo com as ideias que foram desenvolvidas na Europa.

Por último, é possível destacara a adaptação dos estudos e influências europeias a realidade brasileira, especificamente, no território do qual Juazeiro faz parte. Costa cita, com muita propriedade, pelo menos do ponto de vista do periódico, suas pesquisas sobre as rezes, o clima e a vegetação típica. Em relação ao gado, esse autor ressalta a importância de ter espécies que fossem adaptadas ao tempo seco. Sobre essas condições climáticas, ele também buscou trazer soluções como a proposta de armazenamento de água e o uso das espécies nativas – como o mandacaru e a macambira – para uma plantação exitosa.

Assim, as percepções, apontadas nesse subitem, revelam uma considerável preocupação nas questões voltadas para a natureza e o uso dos seus recursos. Esses assuntos surgiam nos mais diferenciados formatos, como o relato contido na carta de Sevenén, as matérias copiadas do Jornal dos Agricultores, assim como na cobertura jornalística de uma palestra que ocorreu na cidade. Outros assuntos também terão constante espaço, como o desenvolvimento de técnicas e tecnologias para facilitar a ‘lida’ no campo, a descrição de estudos de diversas culturas, como a maniçoba, coqueiro e etc. Observei, ainda, que o avançar dos ideais e práticas consideradas modernas não se limitavam apenas ao espaço público. A natureza e as atividades do campo também eram alvo de discussão que, majoritariamente, terminavam com propostas para organizar o espaço rural. De forma semelhante as transformações citadinas, as mudanças no campo também eram baseadas nos preceitos científicos.

³⁶ Ambos os autores contribuíram com suas perspectivas para as Ciências Sociais. Enquanto Gabriel Tarde compreendia as relações presentes na sociedade sendo regidas pelas leis da imitação, adaptação e oposição, Stuart Mill foi um dos principais pensadores do utilitarismo e liberalismo político (FAZZI e LIMA, 2016).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após tanto trilhar na penumbra dos vestígios do passado, chega o momento de retornar ao presente para fechar o ciclo da pesquisa. Durante esse trajeto investigativo, algumas questões se fizeram presentes. A primeira delas, certamente, foi a declaração da pandemia da Covid-19, logo na segunda semana de imersão no mestrado. Esse fator refletiu sob diversas formas e aspectos na formação e desenvolvimento deste estudo, se afastando, inclusive, das expectativas criadas em torno de vivenciar o mestrado e a universidade. Devido as normas de distanciamento social, esse percurso investigativo foi, por muitas vezes, solitário pelo fato das interações sociais se limitarem ao contato virtual. Ressalto essa questão, uma vez que o espaço da Universidade vai além da sua estrutura física, sendo compreendido também como um lugar de trocas de conhecimentos. Assim, a ausência de uma vivência diária que permitissem esses intercâmbios de saberes entre alunos, pesquisadores e colaboradores foi bastante significativa.

Assim como a universidade, outros espaços de fontes e trocas de conhecimento se mantiveram fechados, durante boa parte desta pesquisa. A falta de acesso a bibliotecas físicas, por exemplo, fez com que uma parcela significativa da bibliografia consultada fosse proveniente da internet. Isso acabou limitando, de certa forma, o acesso a alguns livros que não estavam disponíveis – ou se tornaram pouco acessíveis devido ao aumento dos valores - na plataforma. Para equilibrar esse cenário, tive a oportunidade de obter alguns livros que se encontravam em bibliotecas privadas, como as da minha orientadora, Carla Paiva, Andrea Santos e Luís Osete.

Também existiram alguns desafios inerentes à própria fonte de pesquisa. As edições do *Correio do S. Francisco* resistiram as ações do tempo por mais de um século, se apresentando, em geral, de uma forma compreensível a leitura. No entanto, algumas questões se fizeram presentes ao longo da investigação. Por se tratar de um material digital no formato foto digitalizado, isto é, para sua digitalização foi utilizada a técnica da fotografia, alguns números se encontravam parcialmente desfocados, especialmente, nas bordas das páginas. Como não foi possível a consulta ao acervo físico, devido ao fechamento temporário do Museu Regional do São Francisco, minha análise se baseou nas edições que foram disponibilizadas em 2017.

Outro aspecto relevante diz respeito a própria leitura do material. Como explanado, anteriormente, no Capítulo 3, o jornal concentrava suas notícias em quatro páginas, eram divididas em seis colunas. O texto justificado e o espaçamento simples, além da ausência de foco, em algumas partes, tornavam a leitura do material cansativa. Assim, se tornava impossível realizar uma leitura demorada ou, até mesmo, a análise de diversas matérias em um único dia.

Superada essas dificuldades, busquei compreender as representações de educação que se alinhavam ao processo educativo baseado na construção das concepções dos indivíduos acerca do mundo. Assim, aspectos como condutas e valores desejáveis para serem seguidos no coletivo, discussões sobre o modo de viver e exercer a cidadania, assim como a relação da sociedade com os seus territórios, ganharam destaque nesta dissertação. Consequentemente, a compreensão acerca da educação, adotada nesta pesquisa, não se centra apenas na sistematização dos conhecimentos que estão relacionados a um caráter metódico, comumente aplicados em instituições escolares.

Esses fatores fizeram com que a pesquisa ganhasse um *corpus* com temáticas diversas, considerando a variedade de temas que se alinhavam a compreensão de educação presente neste estudo. Assim, para dar continuidade a análise, foi necessário me aprofundar na leitura e percepção interdisciplinar de alguns campos de estudos que eram distintos da minha formação, enquanto jornalista, como Educação, História, Sociologia, Psicologia, Urbanismo, Saúde Pública, Geografia e entre outros.

Todas essas exterioridades ganharam maior complexidade por serem analisadas sob o pano de fundo do momento histórico em que a cidade Juazeiro, assim como o Brasil e o mundo, vivenciava. A circulação do *Correio do S. Francisco* é concomitante ao momento em que as ideias de modernização começavam a ganhar maior destaque no país. Nesse período, em que novas representações, signos e significados, atrelados a modernidade, estão em ascensão, diversos meios e veículos vão ser utilizados não apenas para a disseminação desses pensamentos, como também para a rejeição de práticas e valores considerados "atrasados" para o país.

Entender esse panorama é algo de significativa relevância para esta pesquisa, uma vez que é possível identificar, por meio das edições, uma intrínseca relação do periódico com esses discursos que estavam sendo difundidos no país. As representações de educação trazidas pelo *Correio do S. Francisco* estão diretamente alinhadas aos valores e condutas que ganharam visibilidade durante o Regime Republicano, no qual a educação era vista como força motriz para a vivência da sociedade. Dessa forma, o periódico trouxe essas representações de diversas formas, seja através da divulgação de condutas e posturas adotadas pelo município, atividades e eventos escolares, matérias baseadas em estudos científicos e entre outras.

Essa postura do *Correio do S. Francisco* também contribuiu para reforçar o papel da imprensa na divulgação de ideias que, muitas vezes, não tinham a devida propagação, como no caso da Conferência do Plínio Costa, na edição de 13 de dezembro de 1903, assim como o seu

papel em esclarecer e instruir as camadas da sociedade por meio da difusão de conhecimentos “úteis e necessários” aos homens, destacado no número de 22 de maio de 1904.

Assim, as representações de educação foram se materializando nas páginas do periódico. Seguindo a compreensão de que a Educação seria a força motriz do progresso e civilização, as instituições de ensino ganharam destaque, especialmente, o Gremio Polymathico Manoel Xavier. A formação dos indivíduos para se tornarem cidadãos do novo tempo era uma preocupação central na sociedade e se refletia no jornal. Seriam nesses espaços escolares onde discussões, saraus, eventos e aulas aconteciam, possibilitando a aproximação da mocidade aos exemplos de civismo, condutas e valores desejáveis para serem adotados.

Esses aspectos são interessantes de serem observados – e ressaltados -, uma vez que existem poucas informações acerca da história e funcionamento de instituições escolares, durante o período de circulação do jornal. A historiografia educacional da região onde Juazeiro e Petrolina estão inseridas irão ganhar maior notoriedade a partir da década de 1920, com o surgimento de instituições de ensino que estão em funcionamento até os dias atuais. Antes disso, até mesmo instituições relevantes, como o próprio Gremio Polymathico, irão ganhar poucas menções nas bibliografias que tratam da história da educação. Dessa forma, a análise do *Correio do S. Francisco* origina novas possibilidades de compreender – e até mesmo aprofundar - a atuação dessas instituições.

Por meio das notícias do *Correio do S. Francisco*, também é possível notar a preocupação em organizar o espaço público, seja ele urbano ou rural. Na cidade, essa manifestação aparece sob diversos formatos, especialmente voltados para a viabilização de normas e condutas que os moradores deveriam seguir para viver de forma “civilizada”. Os Códigos de Postura dos municípios representam bem esse aspecto. Foram através deles, que as ruas, praças, portos, casas e, claro, as pessoas, tiveram uma referência padronizada a ser seguida. Qualquer violação dessas posturas remetia a uma refutação do modo de viver que estava sendo estabelecido e, por isso, devidamente penalizado.

Também será nesse espaço urbano que o discurso higienista e a fomentação das medidas profiláticas vão ganhar notoriedade. Essas temáticas vão granjear maior destaque no ano de 1904, quando o periódico passa a dedicar um espaço significativo das suas edições para debater acerca da saúde pública. Os textos, em grande parte, vão partir de um discurso que tem como objetivo prevenir os cidadãos das moléstias, antes mesmo que eles tivessem contato com a doença. Dentre as inúmeras medidas que poderiam ser adotadas para “medicalizar” a cidade, instruir e educar a população surtiria mais efeito, pois, seria através dessas ações, que os

indivíduos poderiam reproduzir medidas de profilaxias e, por meio desses exemplos, um maior número de pessoas seriam sensibilizadas.

Dentro do recorte desta pesquisa, que busca analisar as representações de educação nas páginas do *Correio do S. Francisco*, foram trazidas quatro edições que discutiam questões voltadas para saúde pública. A partir disso, delinheie alguns aspectos que foram mencionados no parágrafo acima, assim como no subitem dedicado a análise da categoria. Em meio a esse cenário, notei que o periódico apresenta um material sobre saúde com grande potencial de ser explorado em pesquisas futuras, especialmente, as que se aproximam do campo da historiografia da saúde ou, até mesmo, a identificação de vestígios do que poderia vir a ser os primeiros passos de um jornalismo científico na região.

Ainda nessa discussão sobre a organização do espaço público, o periódico exibe vestígios que demonstram a preocupação em separar o espaço urbano do espaço rural, a exemplo de alguns artigos do Código de Postura que delimitava algumas ações exclusivas para fora dos limites citadinos. A cidade era o centro das transformações modernas, como foi discutido no Capítulo 2, todavia, as discussões modernas não se detinham a esse lugar. Como pontuado, anteriormente, no subitem 4.2.3, os territórios rurais ganharam um significativo espaço nas páginas do jornal.

As matérias jornalísticas dedicadas a essa temática eram centradas, especialmente, na discussão sobre as características do solo e do clima, o cultivo de plantas, a criação pecuária, além do uso de técnicas e tecnologias para serem aplicadas nesses espaços. Em geral, todos esses tópicos eram abordados levando em consideração uma característica pontual do território: o período de estiagem. Essas discussões tinham um caráter voltado para a tentativa oferecer “soluções” para esse aspecto. Com base nisso, era comum que as respostas a essa problemática estivessem calcadas na ciência, que utilizava de cálculos e técnicas para o manejo racional desses territórios.

Esses espaços rurais também seriam passíveis de serem ordenados por meio da implementação de tecnologias que iriam permitir a melhoria desses ambientes, apesar das suas características naturais. Esse tópico também se apresenta como um grande potencial para ser aprofundado, uma vez que o período de veiculação dessas ideias é concomitante aos primórdios das discussões sobre a divisão do Brasil em regiões. Será nesse cenário, por exemplo, que a região Nordeste será delimitada não apenas geograficamente, mas por um conjunto de imagens, signos e significados que estarão diretamente atrelados a estiagem. Foi interessante notar que, nesse período da história em Juazeiro, já seriam sinalizados alguns indícios de discussões que irão ser aprofundadas ao longo das décadas, se fazendo presentes até os dias atuais, como o

investimento na fruticultura. Também haviam vestígios de práticas atreladas a convivência com o território Semiárido, a partir do estabelecimento de depósitos de água, assim como a plantação de espécies presentes no território, como o mandacaru e a macambira, apontados na edição do dia 22 de dezembro de 1903, quando o jornal discute a Conferência do Sindicato Pastoral do Plínio Costa.

Após a exposição desses breves apontamentos, que giraram em torno dos desafios e potencialidades que me deparei, ao longo desse percurso investigativo, também caberia, nessas Considerações Finais, pautar algumas reflexões oriundas desses dois anos dedicados a pesquisa interdisciplinar. Apesar da minha análise ter se centrado nas representações sociais de educação, esse objeto de estudo sempre esteve muito interligado a fonte documental de pesquisa, isto é, o *Correio do S. Francisco*. Ao contrário do que, muitas vezes, acontece no caminho investigativo que se inicia a partir da problemática e objeto de análise, esta dissertação começou a ser pensada antes mesmo de surgir a intenção de fazer um mestrado. Foi folheando o periódico, ainda no período da Iniciação Científica, no Bacharelado em Comunicação com habilitação em Jornalismo em Múltiplos Meios, que notei um caráter educativo nas páginas do *Correio*.

Esse aspecto ficou presente na minha memória até o momento que, de fato, propus um projeto de pesquisa para o PPGESA. A minha formação em Comunicação me permitiu construir uma perspectiva que observava como os processos comunicativos poderiam estar atrelados aos processos educativos, especialmente ao se tratar de um período no qual os jornais assumiam essa característica de difundir informações acerca de um “novo tempo”. Todavia, encontrei algumas incompreensões, inclusive no próprio Programa, por tratar de Educação e Comunicação, sem deixar a última em segundo plano.

Apesar do avanço nas discussões acerca da pluralidade e amplitude da Educação, ainda existe uma resistência em se tratar de processos educativos que não estejam voltados, diretamente, para as instituições escolares. Já quando a Educação é abordada junto com a Comunicação, especialmente, quando os veículos de comunicativos são considerados, também existe uma prevalência em pensar os meios de comunicação como instrumentos de suporte para as mensagens educativas. Diante disso, destaco que é necessário colocar em prática, na pesquisa em Educação e Comunicação, posturas que compreendam que os processos educativos estão inerentes nos processos comunicativos, assim como exercitar o entendimento da impossibilidade de prevalectimento de um campo de pesquisa, em detrimento do outro, para a realização de uma pesquisa interdisciplinar

Por fim, como diria o pesquisador e amigo Luís Osete Carvalho (2017, p. 206): “a pesquisa não tem fim. A escrita sim”. Com a inevitabilidade do final deste pequeno ciclo, que representa

o Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos. Como sempre, o jornalismo sempre me possibilitou conhecer e contar histórias. Esta dissertação registra esses breves apontamentos acerca da historiografia da educação e comunicação da cidade de Juazeiro, na esperança de que outros e futuros caminhos sejam iluminados pela partilha do saber.

6. REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2011.
- ANTUNES, José Leopoldo Ferreira; WALDMAN, Eliseu Alves; MORAES, Mirtes de. A tuberculose através do século: ícones canônicos e signos do combate à enfermidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 5, p. 367-379, 2000.
- ARCHANJO, Paulo Cesar Vieira; ARCHANJO, Oliveira F.; CRISTINA, Elaine. As posturas em Parintins no início do século XX: tensões sociais sobre o controle dos animais no perímetro urbano. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, n. abril, 2019.
- BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 3. Ed., 5ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2020
- BARBOSA, Marialva. 2004. Como escrever uma história da imprensa? In: **II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, Florianópolis**. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/2o-encontro-2004-1>, acesso em 15 jan. 2018.
- _____. Reflexões sobre a imprensa no Brasil de 1808. **Estudos em jornalismo e mídia**, v. 5, n. 2, p. 91-109, 2008.
- _____. **História Cultural da Imprensa: Brasil 1800-1900**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.
- _____. Múltiplas formas de contar uma história... In: **ALCEU**, v. 10, n. 20, p. 25-40, jan./jun. 2010.
- BARBOSA, Marialva; MOREL, Marcos. **História da imprensa no Brasil: Metodologia**. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/xs1exs>, acesso em: 26 mai. 2021.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BAUER, Martin W.; AARTS, Bas. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 13 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- BAUER, Martin W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 13 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: um Haussmann tropical**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, DGDIC, Divisão de Editoração, 1992.
- BERTOLLI FILHO, Claudio. **História social da tuberculose e do tuberculoso: 1900-1950**. Editora Fiocruz, 2001.

BRITTO, Maria Creusa de Sá y. Petrolina: origem, fatos, vida, uma história: (do desbravamento do município a 1992. Petrolina: Tribuna do Sertão, 1995. 381 p. 1995

BRUNO, Ana. Educação formal, não formal e informal: da trilogia aos cruzamentos, dos hibridismos a outros contributos. In: **Medi@ções**, v. 2, n. 2, p. 10-25, 2014.

CAMPOS, Raquel Discini de. No rastro de velhos jornais: considerações sobre a utilização da imprensa não pedagógica como fonte para a escrita da história da educação. In: **Revista Brasileira da História da Educação**, Campinas, SP, v. 12, n. 1 (28), jan./abr. 2012.

CARVALHO, Aloysio. A Imprensa na Bahia em 100 anos. In: TAVARES. Luis Guilherme Pontes (org). **Apontamentos para a história da imprensa na Bahia**. 2. ed., Salvador: Academia de Letras da Bahia, 2008.

CARVALHO, Luzineide Dourado. **Ressignificação e reapropriação social da natureza: práticas e programas de “Convivência com o Semiárido” no Território de Juazeiro – Bahia**. 2010. Tese (Doutorado em Geografia). Centro de Educação e Ciências Humanas/Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe. São Cristovão-SE, 2010.

_____. Natureza, território e desenvolvimento no Semiárido. In: REIS, Edmerson dos Santos; SILVA, Maria Luciana da; CARVALHO, Luzineide Dourado (Orgs). **Educação e convivência com o Semiárido Brasileiro: Reflexões por dentro da UNEB**. 2ªed. Juazeiro-BA: UNEB/Departamento de Ciências Humanas-campus III/UNEB/NEPEC-SAB/MCT/CNPQ/INSA/Selo Editorial RESAB, 2013.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. Editora Companhia das Letras, 1997.

CASTRO, César Augusto. Ensino e biblioteca: diálogo possível. In: **Transinformação**. Campinas, n. 15, v. 1, p. 63-72, jan./abr., 2003.

CELLARD, André. A análise documental. In: **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

CHILCOTE, Ronald. **Transição capitalista e a classe dominante no Nordeste**. São Paulo: Edusp. 1991.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. A cidade e o pensamento médico: uma leitura do espaço urbano. **Mercator**, v. 1, n. 2, 2002.

_____. Teorias médicas e gestão urbana: a seca de 1877-79 em Fortaleza. In: **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 11, p. 57-74, 2004.

COUTO, Nadia. **Educação, imprensa e modernização um estudo histórico da formação do jornalista no Brasil**. 2007. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Educação), UNESC.

CUNHA, João Fernandes. **Memória Histórica de Juazeiro**. Juazeiro-Ba. Ed. Autor. Juazeiro-Ba. 1978.

CURI, Luiz Felipe Bruzzi; SAES, Alexandre Macchione. Roberto Simonsen e a modernização do Brasil da Primeira República. **História Econômica & História de Empresas**, v. 17, n. 2, 2014.

DELANEZE, Taís. **As Reformas educacionais de Benjamim Constant (1890-1891) de Francisco Campos (1930- 1932)**: o projeto educacional das elites republicanas. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de São Carlos. São Carlos-SP, 2007.

DOURADO, Walter. A imprensa e os vultos do passado de Juazeiro, ano 100. In: DUARTE, Jorge; DOURADO, Walter et alli. **Juazeiro ano 100: lances de sua história**. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1978.

_____. **Juazeiro da Bahia à Luz da História**. Vol I. Imprensa Rocha. Studio Domingues, Juazeiro - Bahia, 1985.

DUVEEN, Gerard. Introdução: o poder das ideias. In: MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. Disponível em:
https://www.academia.edu/25698906/MOSCOVICI_S_Representa%C3%A7%C3%B5es_Sociais. Acesso em: 04 jun. 2021.

FERNANDES, Etelvina Rebouças. Duas ferrovias para ligar o mar da Bahia ao rio do Sertão: Bahia and San Francisco Railway e a Estrada de Ferro São. **Cadernos PPG-AU/UFBA**, v. 5, n. 1, 2006

FERNANDES, Moabe Ferreira; QUEIROZ, Luciano Paganucci de. Vegetação e flora da Caatinga. **Cienc. Cult.**, São Paulo , v. 70, n. 4, p. 51-56, Oct. 2018 . Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252018000400014&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 25 ago. 2021.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Joice Elias Costa (Trad.). 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa da. Análise de conteúdo. In: DUARTE, Jorge e BARROS, Antônio. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

FRANÇA, Fabiane Freire; CEZAR, Kelly Priscilla Lóddo; CALSA, Geiva Carolina. Nova proposta de educação na Primeira República Brasileira: a co-educação dos sexos. **Revista HISTEDBR On-line, Campinas**, n. 27, p. 127-142, 2007.

FREITAS, Lucas Paulo de. **Entre o evangelho e o ensino: o Colégio Presbiteriano Buriti (1923-1965)**. Dissertação (Mestrado em Educação), Cuiabá-MT, 2013.

GIDDENS, Anthony. **As Consequências da modernidade**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GILLY, Michel. As representações sociais no campo da Educação. In: JODELET, Denise (org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. 420p.

GONDRA, José Gonçalves. O veículo de Circulação da Pedagogia Oficial da República: a Revista Pedagógica. In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 78, n. 188/189/190, p. 374-395, jan./dez. 1997.

GUERRA, Paulo de Brito. **A Civilização da Seca**. Fortaleza: Ed. DNOCS, 1981. 324p.

GUERRERO, Raúl Rentería. **O sabor moderno: da Europa ao Rio de Janeiro na República Velha**. 2003. Tese de Doutorado. PUC-Rio.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, v. 14, p. 27-38, 2006

HALFELD, Henrique Guilherme Fernando. **Atlas e relatório concernente a exploração do Rio de S. Francisco desde a Cachoeira da Pirapóra até ao Oceano Atlantico levantado... pelo engenheiro civil Henrique Guilherme Fernando Halfeld em 1852, 1853 e 1854**. Lith. de E. Rensburg, 1860.

HERSCOVITZ, Heloisa Golbspan. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2007

IANNI, Octavio. A idéia de Brasil moderno. Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura, v. 1, n. 1, p. 19-38, 1990.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise (org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. 420p.

KRIPKA, Rosana Maria Luvezute; SCHELLER, Morgana; BONOTTO, Danusa de Lara. Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterizações. In: **Revista de Investigaciones UNAD**. Bogotá, v. 14, n. 2, jul./dez. 2015

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. Ed. São Paulo: Contexto, 2004.

LOWENTHAL, David. **Como conhecemos o passado**. São Paulo: Projeto História, vol. 17, nov. 1998.

MARTINO, Luiz. Classificação e exame crítico da literatura sobre História da Comunicação. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; HERSCHMANN, Micael (orgs.). **Comunicação e**

História: interfaces e novas abordagens. Rio de Janeiro: Mauad X: Globo Universidade, 2008.

MARTINS, Cristiane Nascimento. **A educação como irradiação do progresso:** genealogias e sua expressão na primeira república. 2006. Dissertação (Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG, 2006.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. A modernidade republicana. **Tempo**, v. 13, p. 15-31, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de S.; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cadernos de saúde pública**, v. 9, p. 237-248, 1993.

MONTEIRO, Renata Felipe. Um monumento ao sertão? Expectativas diversas em torno da construção do açude Cedro, em Quixadá-CE (1884-1906). **Mundos do Trabalho**, v. 12, p. 1-15, 2020.

MOSCOVICI, Serge. Das representações coletivas às representações sociais: elementos para uma história. In: JODELET, Denise (org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. 420p.

_____. **Representações sociais:** investigações em psicologia social. 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. Disponível em: https://www.academia.edu/25698906/MOSCOVICI_S_Representa%C3%A7%C3%B5es_Sociais. Acesso em: 04 jun. 2021.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1976.

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da república. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves e FERREIRA, Jorge Luís (Orgs.). **Brasil Republicano:** Estado, sociedade civil e cultura política. O tempo do liberalismo excludente. Da Proclamação da República à Revolução de 1930. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003, v. 4. P. 14 a 44.

O'DONNELL, Julia Galli. **No olho da rua: a etnografia urbana de João do Rio**. 2007. Tese de Doutorado. Dissertação de mestrado apresentada ao PPGAS do Museu Nacional da UFRJ. Rio de Janeiro.

PATTO, Maria Helena Souza. Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. **Estudos avançados**, v. 13, p. 167-198, 1999.

PEREIRA, Guilherme; ORTIGÃO, Maria Isabel Ramalho. Pesquisa quantitativa em educação: algumas considerações. In: **Periferia:** Educação, Cultura & Comunicação, v. 8, n. 2, jul./dez. 2016.

PERIOTTO, Marcília Rosa. Imprensa, intelectuais e educação: o Brasil em debate no século XIX. **Revista HISTEDBR On-Line**, v. 13, n. 53, p. 41-55, 2013.

PINTO, Adriana Aparecida. **Nas páginas da imprensa: a instrução/educação nos jornais em Mato Grosso: 1880-1910.** 2013. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara-SP, 2013.

PORCEL, Najar Roberto. **República e educação: as imagens arquitetônicas e jornalísticas do Grupo Escolar Barão de Monte Santos (Mococa-SP).** 2007. Dissertação (Educação) - Faculdade de Educação /, Universidade estadual de Campinas, Campinas-SP, 2007.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas.** 3. Ed., 5ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2020a.

RESENDE, Luciana Araujo Valle de; NETO, Wenceslau Gonçalves; DE CARVALHO, Carlos Henrique. A civilização como ideal: educação na imprensa de Uberabinha-MG na primeira república. **Revista HISTEDBR On-Line**, v. 9, n. 34, p. 127-141, 2009.

_____. **Práticas de Pesquisa em História.** São Paulo: Contexto, 2020b.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Jornalismo, Literatura e Política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 31, 2003, p. 147-160

_____. **Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950.** Rio de Janeiro. E-papers, 2007.

_____. Nelson Werneck Sodré e a história da imprensa no Brasil. In: **INTERCOM**, v. 38, n. 2, p. 275-288, jul./dez. 2015.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; HERSCHMANN, Micael. História da Comunicação no Brasil: um campo em construção. In: **Comunicação e história: interfaces e novas abordagens.** Rio de Janeiro: Mauad X: Globo Universidade, 2008.

RIBEIRO, Edson. **Juazeiro: na esteira do tempo.** 2ª edição. Juazeiro-Ba: Câmara Municipal de Juazeiro. 2005.

ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. **Matrizes da modernidade republicana: cultura política e pensamento educacional no Brasil.** Autores Associados, 2004.

RODRIGUES, José Roberto Gomes. **Formas de escolarização secundária e sócio-gênese de uma instituição escolar: o Ginásio Ruy Barbosa em Juazeiro, BA (1953-1963).** 2009. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

ROSSI, Ednéia Regina. A educação escolar primária na Primeira República (1889-1929). **Série-Estudos-Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB**, p. 159-171, 2017

SAMPAIO, Teodoro. O Rio de S. Francisco e a Chapada Diamantina: trechos de um diário de viagem (1879-80). In: **Revista S. Cruz:** São Paulo: Editora das Escolas Profissionais Salesianas, 1905. Edição digitalizada pela Biblioteca Digital Curt Nimuendaju, em 2010. Disponível em http://biblio.wdfiles.com/local--files/sampaio-1905-rio/sampaio_1905_rio.pdf. Acesso em 15 de jun. de 2021.

SANTOS, Andrea Cristiana. Mapeamento dos periódicos de Juazeiro-Ba e Petrolina-Pe (1901-1999). In: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. **Anais do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação na Região Nordeste**. Juazeiro, BA: INTERCOM, 2011.

_____. Entre história, memória e esquecimento: narrativas sobre a imprensa Juazeirense. **Revista ComSertões**, v. 1, n. 1, 2013

_____. **Travessias Comunicacionais de um Tipógrafo-Jornalista: José Diamantino de Assis e as Tessituras do Moderno**. 2016. Tese (Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

SANTOS, Ingrid Hayara; SANTOS, Andrea Cristiana. A Produção Jornalística do Correio do São Francisco. In: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. **Anais do XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste**. Juazeiro, BA: INTERCOM, 2018.

SANTOS, Ingrid Hayara et al. A imprensa no Interior da Bahia e Pernambuco: O Correio do São Francisco e O Pharol. In: Alcar – Encontro Nordeste de História da Mídia. **Anais do V Encontro Nordeste de História da Mídia**. Recife, PE: Alcar, 2018.

SANTOS, Maria de Fátima de Souza; ALMEIDA. A Teoria das Representações Sociais. In: SANTOS, Maria de Fátima de Souza; ALMEIDA; Leda Maria de. **Diálogos com a Teoria das Representações Sociais**. Recife, PE: Ed. Universitária da UFPE, 2005.

SANTOS, Milton. Classificação funcional dos jornais brasileiros: as regiões jornalísticas. In: TAVARES, Luis Guilherme Pontes (org). **Apontamentos para a história da imprensa na Bahia**. 2. ed., Salvador: Academia de Letras da Bahia, 2008.

SCHMACHTENBERG, Ricardo. Código de posturas e regulamentos: vigiar, controlar e punir. **Vestígios do passado: a história e suas fontes**, p. 1-13, 2008.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. In: **Tempo**, v. 13, p. 32-55, 2009.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SODRE, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, Kellcia Rezende; KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Abordagem quanti-qualitativa: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação. **Educação e Filosofia**, v. 31, n. 61, p. 21-44, 27 abr. 2017.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910), São Paulo, UNESP, 1998.

STUMPF, Ida Regina C. Pesquisa bibliográfica. In: DUARTE, Jorge e BARROS, Antônio. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

VALENTIM, Renata Patricia Forain de; MARTINS, Renata Dahwache; RODRIGUES, Mariana Martelo. Ideários da educação feminina na primeira república brasileira. **Cadernos Pagu**, 2019.

ZANLORENZI, Claudia Maria Petchak; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. Imprensa periódica e a centralidade da educação no início do século XX. **Imagens da Educação**, v. 3, n. 1, p. 11-18, 2013.

ARQUIVOS E FONTES

Almanak administrativo, mercantil, e industrial do Rio de Janeiro. Edições de 1901 a 1906. Rio de Janeiro. Arquivo da Biblioteca Digital Nacional. Rio de Janeiro, 2021.

Correio do S. Francisco. Edições de 1903 e 1904. Juazeiro. Arquivo do Museu Regional de Juazeiro. Juazeiro, 2012.

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: Acesso em: 27/06/2021.

Jornal do Brasil. Edição 189, 08 de julho de 1903. Rio de Janeiro. Arquivo da Biblioteca Digital Nacional, 2021.